

ARQUITETURA: O CONFORTO APÓS A FUGA

Reabilitação do Hospital Militar da Boa Hora para apoio a Refugiados

Sofia Ribeiro Tomé Henriques

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura com Especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:

Professor Doutor José Cabido

Juri:

Presidente: Professor Doutor Francisco Agostinho

Vogal: Professora Doutora Bárbara Massapina Vaz

Faculdade de Arquitetura | Universidade de Lisboa

Lisboa, Dezembro de 2019



AGRADECIMENTOS

Desejo exprimir os meus profundos agradecimentos a todos aqueles que, de alguma forma, permitiram que esta tese se concretizasse.

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus pais e irmã que sempre me apoiaram incondicionalmente nesta fase de vida académica. Estiveram sempre no sítio certo, à hora certa, para me dar coragem para continuar o meu percurso e para me reconfortar nos momentos difíceis. Sem eles nada disto seria possível.

Em segundo, quero agradecer ao Professor Doutor José António Jacob Martins Cabido, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, por ter aceite o meu convite à sua orientação e, ter acreditado em mim e nas minhas capacidades. Agradeço ainda o trato simples, correto e científico, com que sempre abordou as nossas reuniões de trabalho, sem nunca ter permitido que o desalento se instalasse, mesmo quando as coisas não corriam bem.

Agradeço, de igual forma, ao Professor Doutor João Nuno Carvalho Pernão, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, por me ter ensinado o que era a Reabilitação de Edifícios, motivo pelo qual ingressei neste curso.

Aos meus colegas, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, quero agradecer-lhes os momentos magníficos que passámos. Agradeço o bom convívio, as boas discussões e, a alegria que por vezes se instalava:

Agradeço à minha amiga Sofia Aurélio, que desde sempre me apoiou e aceitou ter iniciado esta caminhada comigo, ao longo de oito anos de formação.

Agradeço à minha amiga Jéssica Guerreiro a amizade demonstrada, a sua sempre inteira disponibilidade, e ainda ser uma colega inseparável.

À Catarina Marques, a delicadeza e a amizade demonstradas.

Agradeço a toda a minha família, por me darem apoio ao longo dos anos académicos. Mas em especial, quero agradecer ao meu primo Simão Ribeiro que sempre me auxiliou nas questões matemáticas e à minha prima Marisa Ribeiro que sempre esteve presente em momentos menos bons e me deu foco para continuar o trabalho.

Agradeço à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e a todos os docentes pelo acolhimento e disponibilidade prestados.

Por último, mas não menos importante, quero agradecer às minhas estrelas guias, os meus avós, que sempre me deram uma força sobrenatural para continuar em frente. A eles, Francisco Ribeiro Vigário, Maria Vigário Bernardino, dedico esta obra.

RESUMO

O tema do apoio a refugiados tem integrado diversas áreas de investigação, não constituindo a arquitetura uma exceção. De acordo com a Convenção de Genebra de 1951, relativa ao Estatuto de Refugiado, um refugiado é uma pessoa que "receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas se encontre fora do país de que tem nacionalidade". Enfrentando este panorama, interessa compreender e investigar sobre o contributo da arquitetura neste campo de atuação.

O Conselho Português para Refugiados é uma organização inspirada numa cultura humanista de tolerância e respeito pela dignidade dos povos, tendo como propósito principal promover uma política de asilo mais humana e liberal, a nível nacional e internacional. Recorrendo à análise desta organização, o objetivo geral desta investigação é compreender o papel da arquitetura como instrumento de valorização dos espaços para a proteção e procura de soluções temporárias para os refugiados. Para o efeito destacou-se o estudo de programas e exigências funcionais que informam a sua conceção arquitetónica, considerando a adaptação/requalificação de equipamentos existentes.

Palavras-chave: Refugiados, Requalificação Arquitetónica, Habitação Temporária, Arquitetura de Emergência, Reintegração Social.

Refugiados

Requalificação arquitetónica

Habitação temporária

Arquitetura de Emergência

Reintegração social

ABSTRACT

The subject of refugee support has integrated several areas of research being architecture not an exception. Accordingly to Refugee Status Geneva Convention of 1951, a refugee is a person who “is rightly feared to be persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership in a certain social group or political opinion outside its country of birth. “Facing this panorama, it is important to understand and investigate the contribution of architecture in this field.

The Portuguese Council for Refugees is an organization inspired by a humanist culture of tolerance and respect for people dignity, with the main purpose of promoting a more humane and liberal asylum policy at both levels national and international. Based on the analysis of this organization, the general objective of this research is to understand the role of architecture as an instrument for valuing spaces for protection for refugees as well as search for temporary solutions for themselves. For this purpose it was highlighted the study of functional programs and requirements that inform its architectural design, considering the adaptation / requalification of existing equipment's.

Keywords: Refugees, Architectural Requalification, Temporary Housing, Emergency Architecture, Social Reinsertion.

Refugees

Architectural Requalification

Temporary Housing

Emergency Architecture

Social Reinsertion

ÍNDICE

I. Agradecimentos	I
II. Resumo	III
III. Abstract	V
IV. Índice	VII
V. Índice de Imagens e Figuras	IX
VI. Lista de Siglas e Abreviaturas	XII

1. INTRODUÇÃO

1.1 Motivação	5
1.2 Objetivos e Questão de Investigação	5
1.3 Conceitos Base	6
1.4 Metodologia	7
1.5 Estrutura do Trabalho	8

2. ESTADO DA ARTE

2.1 Conservação, Restauro e Reabilitação	15
2.2 O Problema dos Refugiados	18
2.3 Arquitetura para Refugiados	24
2.3.1 Arquitetura de Emergência	24
2.3.2 O direito a uma habitação adequada	28
2.3.3 Diretrizes para um projeto de Arquitetura de Emergência	29
2.4 Habitação Temporária	30
2.5 Requalificação Arquitetônica	32
2.6 Referências Arquitetônicas	34

3. ANÁLISE DO LOCAL DE INTERVENÇÃO

3.1 Enquadramento concetual e histórico	45
3.2 Antigo Convento da Boa Hora	54

4. PROPOSTA DE REABILITAÇÃO DO ANTIGO CONVENTO DA BOA HORA	
4.1 Proposta da Área de Intervenção	63
4.2 Programa do Projeto	69
4.3 Projeto - Descrição e Justificação	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
7. BIBLIOGRAFIA	95
8. ANEXOS	101

ÍNDICE DE IMAGENS E FIGURAS

Figura 1. Viollet-le-Duc. Fonte: MATEUS, Luís (2009) - Conservação Restauro Reabilitação. Princípios E Métodos De Levantamento. Faculdade de Arquitectura, Lisboa. Livro digital.....	16
Figura 2. John Ruskin. Fonte: MATEUS, Luís (2009) - Conservação Restauro Reabilitação. Princípios E Métodos De Levantamento. Faculdade de Arquitectura, Lisboa. Livro digital.....	16
Figura 3. Dados Gerais do acolhimento de pessoas refugiados em Portugal. Fonte: http://www.refugiados.pt/refugiadosemp Portugal/	23
Figura 4. Esquema construtivo Habitações Murondins. Fonte: SILVA, Catarina de Lurdes Marques Matos (2013) - <i>Arquitetura temporária de emergência</i> . Universidade Lusíada, Lisboa.....	27
Figura 5. Esquema construtivo – Alvar Aalto. Fonte: SILVA, Catarina de Lurdes Marques Matos (2013) - <i>Arquitetura temporária de emergência</i> . Universidade Lusíada, Lisboa.....	27
Figura 6. Planta de Localização da Ajuda em1807 de Duarte Fava. Fonte: http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/	47
Figura 7. Planta de Localização da Ajuda em1911 de Silva Pinto. Fonte: http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/	47
Figura 8. Planta de Localização de Levantamento de Usos. Fonte: Edição Pessoal.....	50
Figura 9. Planta de Localização de Levantamento de Espaços Verdes. Fonte: Edição Pessoal.....	51
Figura 10. Planta de Localização de Levantamento da Hierarquia Viária. Fonte: Edição Pessoal.....	52
Figura 11. Área de intervenção. Fonte: Edição Pessoal.....	63
Figura 12. Área de intervenção com a nova via. Fonte: Edição Pessoal.....	64
Figura 13. Área de intervenção com acessos. Fonte: Edição Pessoal.....	65

Figura 14. Área de intervenção com áreas verdes. Fonte: Edição Pessoal.....	66
Figura 15. Proposta da área de intervenção. Fonte: Edição Pessoal.....	67
Figura 16. Edifício do Antigo Convento - Planta do piso 0. Fonte: Edição Pessoal	69
Figura 17. Edifício do Antigo Convento - Planta do piso 1. Fonte: Edição Pessoal	70
Figura 18. Edifício do Antigo Convento agregado ao Hospital Militar. Fonte: Edição Pessoal.....	71
Figura 19. Edifício do Antigo Convento agregado ao Hospital Militar .1. Fonte: Edição Pessoal.....	72
Figura 20. Planta do Hospital Militar – Pisos 3 e 4. Fonte: Edição Pessoal.....	73
Figura 21. Planta do Antigo Convento – Piso térreo. Fonte: Edição Pessoal....	76
Figura 22. Planta do Antigo Convento – Piso 1. Fonte: Edição Pessoal.....	77
Figura 23. Planta do Antigo Convento – Piso 2. Fonte: Edição Pessoal.....	78
Figura 24. Planta do Hospital Militar – Piso Térreo. Fonte: Edição Pessoal.....	79
Figura 25. Planta do Hospital Militar – Piso 3. Fonte: Edição Pessoal.....	80
Figura 26. Planta do Hospital Militar – Piso 1. Fonte: Edição Pessoal.....	81
Figura 27. Planta do Antigo Convento – Cobertura. Fonte: Edição Pessoa.....	81
Figura 28. Planta do Hospital Militar – Piso 2. Fonte: Edição Pessoal.....	82
Figura 29. Planta do Hospital Militar – Piso 3. Fonte: Edição Pessoal.....	82

Imagem 1. Aylan (2012 - 2015). Fonte: https://zap.aeiou.pt/imagem-de-crianca-siria-morta-na-praia-torna-se-simbolo-drama-dos-refugiados-81071	20
Imagem 2. Acampamento de Refugiados, São Francisco. Fonte: SILVA, Catarina de Lurdes Marques Matos (2013) - <i>Arquitetura temporária de emergência</i> .Universidade Lusíada, Lisboa.....	26
Imagem 3. Cottages. Fonte: SILVA, Catarina de Lurdes Marques Matos (2013) - <i>Arquitetura temporária de emergência</i> .Universidade Lusíada, Lisboa.....	26
Imagem 4. Levittown houses. Fonte: SILVA, Catarina de Lurdes Marques Matos (2013) - <i>Arquitetura temporária de emergência</i> .Universidade Lusíada, Lisboa.....	27
Imagem 5. Super Adobe, Nader Khalili. Fonte: SILVA, Catarina de Lurdes Marques Matos (2013) - <i>Arquitetura temporária de emergência</i> .Universidade Lusíada, Lisboa.....	27
Imagem 6.Complexo Social de Alcabideche. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/761557/complexo-social-em-alcabideche-guedes-cruz-arquitectos	34
Imagem 7. Universidade de Pequim. Fonte: https://www.pinterest.pt/pin/856035841652402888/	35
Imagem 8. Edifício de Habitação em Guimarães. Fonte: https://www.pinterest.pt/pin/856035841652419812/	35
Imagem 9. Edifício de Habitação em Guimarães.1. Fonte: https://www.pinterest.pt/pin/856035841652419812/	36
Imagem 10. Academia de Música de Roubaix. Fonte: https://www.pinterest.pt/pin/856035841652419701/	36
Imagem 11. Reabilitação para um Hotel. Fonte: https://www.pinterest.pt/pin/856035841652419850/	37
Imagem 12. Planta de Localização Geral atual com destaque na freguesia da Ajuda. Fonte: Edição Pessoal.....	48
Imagem 13. Planta de Localização Geral com destaque em edifícios com valor histórico e patrimonial. Fonte: Edição Pessoal.....	49
Imagem 14.Planta de Localização do Antigo Convento da Boa Hora agregado ao Hospital Militar. Fonte: Edição Pessoal.....	53
Imagem 15. Planta da Área de Intervenção do Antigo Convento da Boa Hora agregado ao Hospital Militar. Fonte: Edição Pessoal.....	55
Imagem 16. Planta da Área de Intervenção do Antigo Convento da Boa Hora agregado ao Hospital Militar. Fonte: Edição Pessoal.....	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CPR - Conselho Português para os Refugiados

ONU – Organização das Nações Unidas

PAR - Plataforma de Apoio aos Refugiados

PMA - Programa Alimentar Mundial

SPAB - Society for the Protection of Ancient Buildings

UE – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura

UNHCR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

1. INTRODUÇÃO

“Porque o espaço habitado, vivido, sonhado, como o conjunto da prática humana e social depende de uma relação fundamental com o mundo, com o próximo e consigo mesmo.”

Michel Freitag, *Arquitetura e Sociedade* (2007, p.12)

- 1.1 Motivação
- 1.2 Objetivos e Questão de Investigação
- 1.3 Conceitos Base
- 1.4 Metodologia
- 1.5 Estrutura do Trabalho

1.1 MOTIVAÇÃO

A arquitetura social constitui um campo de pesquisa abrangente e multidisciplinar, uma vez que é indispensável articular as questões que interrelacionam a cultura, a religião e a etnia, espaço e lugar. Para além de todas as exigências espaciais inerentes ao espaço arquitetónico, as diferentes tipologias de cuidados, níveis de dependência distintos e questões emocionais, constituem alguns dos desafios colocados ao arquiteto que procura responder a estas necessidades.

“(...) E como a arquitetura, de todas as artes, é a que permanece ligada de mais perto à forma visível que a nossa ação colectiva toma no mundo, uma vez que continua a ser a que adere mais à técnica compreendida como apreensão material exercida sobre o mundo e sobre nós próprios, uma vez que, enfim, é aquela em que a exigência da função que cada parte assume na vida do todo se exprime da maneira mais visível, poderíamos dizer que se trata para nós de reinventar, de redescobrir, de reassumir na arquitetura, normas, valores, finalidades que possam servir de critérios à sociedade. (...)”

Michel Freitag, *Arquitectura e Sociedade* (2007, p.12).

Desta forma, este torna-se um campo ideal para colocar em prática a afirmação do autor; evocando a “ação coletiva” enunciada por Freitag, importa compreender como pode a arquitetura cumprir a missão de contribuir para espaços e ambientes mais integradores e residenciais.

1.2 OBJETIVOS E QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO

A presente questão centra-se na análise de modelos residenciais destinados a públicos desfavorecidos que se instalam em Portugal, aqui designados por “Refugiados”. É seu objetivo o estudo de programas e exigências funcionais que informam a sua conceção arquitetónica, considerando a adaptação/requalificação de equipamentos existentes. A leitura proposta tem como foco explorar o modo de funcionamento destes novos modelos residenciais, a partir do programa de espaços e da sua organização funcional, tendo em conta as necessidades de quem os habita.

Esta visão leva-nos desde logo, a levantar as seguintes questões:

1. De que forma os usos espaciais sociais se podem traduzir em arquitetura?
2. Como pode a arquitetura conventual contribuir para desenhar edifícios que satisfaçam os requisitos de um público com características tão específicas e peculiares?
3. Em reabilitações de edifícios existentes, como articular os programas e múltiplas formalidades de projeto com outras necessidades espaciais?

1.3 CONCEITOS BASE

Refugiado

Qualidade de vida

Autonomia

Independência

Para uma melhor compreensão do tema em análise, apresentam-se as definições de alguns conceitos base que surgem frequentemente na bibliografia utilizada. Para tal consultaram-se diversas publicações do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) visto ser um organismo internacional humanitário e estritamente apolítico que tem por missão proteger e ajudar os refugiados de reconhecimento mundial. Tendo em conta que o Conselho Português para os Refugiados (CPR) é a organização operacional do ACNUR para Portugal.

Refugiado: Pessoa que tem receio de ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas e que se encontre fora do país de que tem nacionalidade e não possa ou queira pedir a proteção do mesmo país; ou que, se estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual, após aqueles acontecimentos não possa ou queira voltar ao mesmo.

Qualidade de Vida: é uma perspetiva individual da posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores onde se vive, em relação aos objetivos, expectativas, padrões e preocupações de um indivíduo. É um conceito de amplo alcance incorporando, de maneira complexa temas como a saúde física de uma pessoa, estado psicológico, nível de independência, relações sociais, crenças pessoais e sua relação com características marcantes no ambiente.

Autonomia: É a capacidade de controlar, enfrentar e tomar decisões pessoais sobre como se vive no dia-a-dia, de acordo com suas próprias regras e preferências.

Independência: É frequentemente entendida como a capacidade de executar funções relacionadas à vida diária, isto é, a capacidade de viver de forma independente na comunidade sem/ou com apenas uma pequena ajuda de outros.

1.4 METODOLOGIA

A presente proposta irá ser desenvolvida em seis etapas. A primeira contempla a recolha bibliográfica necessária à compreensão do tema em estudo: apoio e inserção a Refugiados. Prende-se numa fase inicial, a abranger desde a revisão de conceitos fundamentais para uma melhor compreensão do tema em estudo, até ao enquadramento teórico dos ambientes existentes.

A segunda etapa do trabalho focalizar-se-á numa pesquisa fundamentada em Referências Arquitetónicas, de forma a suportar as decisões de seleção tomadas para o projeto de modo a apreender semelhanças, particularidades e diferenças. De modo a conseguir um entendimento para a realização da análise espaço-funcional. Inicialmente será necessário proceder ao levantamento e tratamento de elementos gráficos (desenhos documentais, fotografias, esquemas, entre outros) que permitam uma compreensão do espaço a intervir. Irão ser também realizadas visitas aos locais quer de intervenção como a complexos de apoio e inserção social e várias técnicas de recolha e análise de informação, através de documentos.

A terceira etapa consistirá na elaboração das conclusões obtidas na etapa 2, ou seja, a elaboração dos primeiros desenhos conceptuais que expressem o conhecimento sobre a estrutura urbana do local, o modo como se insere no território urbano, qual o seu estado atual e também as primeiras hipóteses de projeto, focando-se na análise do programa e dos seus utilizadores, desde os requisitos exigidos atualmente até às disposições legais e técnicas que regulam a sua criação e funcionamento.

A quarta etapa concentrar-se-á na elaboração de peças desenhadas que ditem as conclusões da etapa 3, e que abordem o projeto desde a escala do território à escala do edificado, concluindo com algumas considerações finais a este nível.

A quinta etapa refere-se ao documento escrito e elementos de apoio como maquetes de estudo. Embora apenas nesta fase mencionados, é de ressaltar que tanto o documento escrito como as maquetes de estudo serão um meio de trabalho adotado ao longo de todas as fases.

A sexta etapa corresponderá à elaboração das peças finais do projeto, que compreendem os painéis e maquetes.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O documento encontra-se organizado em três capítulos fundamentais, descritos de seguida:

Capítulo 1. ESTADO DA ARTE

O primeiro capítulo descreve brevemente o conceito de Conservação, Restauro e Reabilitação. É também exposta uma breve investigação que aborda o percurso dos Refugiados até aos dias de hoje, nomeadamente os seus receios e necessidades. São apresentados alguns casos e estudo tendo em conta a arquitetura para Refugiados, bem como algumas noções, necessárias, de habitação temporária e requalificação arquitetónica.

Capítulo 2. ANÁLISE DO LOCAL DE INTERVENÇÃO

No segundo capítulo é feita uma contextualização demográfica da Ajuda. Será feita uma descrição do local, a par com a sua Origem e Evolução Morfológica e Funcional.

Capítulo 3. PROPOSTA DE REABILITAÇÃO DO ANTIGO CONVENTO DA BOA HORA

No terceiro capítulo são apresentados os Pressupostos do projeto: a Intervenção Urbana como Interpretação do núcleo Urbano e a Intervenção Arquitetónica como reabilitação de um edifício e reconversão do seu uso. É também neste capítulo, apresentado o programa e quantificação de áreas e utilizadores.

2. ESTADO DA ARTE

“Fechar as portas aos refugiados porque eles constituem “uma ameaça” é aceitarmos ser reféns do Daesh, que escraviza e viola crianças “infiéis”, degola os “ímpios” e destrói o património “pagão” da humanidade.”

Margarida Santos Lopes, *Refugiados* (2015, p.17)

- 2.1 Conservação, Restauro e Reabilitação
- 2.2 O Problema dos Refugiados
- 2.3 Arquitetura para Refugiados
- 2.4 Habitação Temporária
- 2.5 Requalificação Arquitetônica
- 2.6 Referências Arquitetônicas

2.1 CONSERVAÇÃO, RESTAURO E REABILITAÇÃO

REABILITAÇÃO

Sendo este projeto uma proposta de reabilitação, é importante fazer um estudo de modo a compreender como surgiu este conceito e de que forma difere dos conceitos de restauro e conservação. Assim, através de uma análise que percorre a evolução histórica destes temas e teorias, pretendemos adotar estratégias de abordagem ao projeto mais conscientes e fundamentadas, que valorizem as características da identidade da pré-existência. A vontade de preservar determinados edifícios provém do reconhecimento do seu valor patrimonial e do desejo de permitir que continuem a ocupar um lugar na memória das gerações. No entanto, com a evolução da sociedade surge a necessidade de adaptar estes edifícios, que outrora serviram uma determinada função, mas que entretanto por motivos de variadas naturezas, caíram em desuso. É desta dualidade entre preservação e adaptação que surge a reabilitação. Para percebermos concretamente a origem da preservação do património, e consequentemente da reabilitação, devemos recuar até ao século XVIII, mais concretamente à Revolução Francesa. A Revolução Francesa desencadeou uma série de "ataques" a monumentos que levaram à sua degradação e destruição. Foi então que numa crescente consciência da valorização do património, se gerou a necessidade de definir critérios e uma linha de atuação, de modo a proteger esses monumentos. Tornou-se então necessário, proteger os monumentos e iniciar a discussão sobre a metodologia de conservação e restauro.

Apareceram assim três tendências fulcrais de restauro:

1. Em França, no século XIX, o "Restauro Estilístico", teoria do restauro a que se associa inevitavelmente o nome de Viollet-le-Duc, seu grande precursor. Para Viollet, todos os acrescentos de épocas anteriores deveriam ser destruídos, de modo a restituir "cientificamente" o original. Desta forma, de acordo com Luso, Lourenço e Almeida (2004, p.35) "o arquiteto deveria optar pela reconstrução do monumento melhorando os defeitos e procurando um ideal do seu estilo".
2. No mesmo período surge em Inglaterra o "Restauro Romântico", tendência com ideais opostos aos de Viollet-le-Duc, protagonizada por John Ruskin e William Morris. O escritor, poeta e crítico, que defende a intocabilidade do monumento degradado, assegurando que alterações ou "acrescentos" feitos posteriormente eram "mentiras arquitetónicas". Mas foi William Morris que mais difundiu esta tendência através do movimento Arts and Crafts e da Society for the Protection of Ancient Buildings (SPAB).

3. Em Itália surge o "Restauro Arqueológico", que tinha por base os escritos do Papa Leão XIII e posteriormente, entre o final do século XIX e início do século XX, os princípios estabelecidos pelo arquiteto italiano Camilo Boito, que serviriam de base para o primeiro decreto italiano sobre a temática da proteção dos monumentos.

Assim, é essencial compreender os métodos de levantamento colocando as seguintes questões: “O que é um levantamento?”, “Registrar porquê?”, “Registrar para quê?”, “Registrar o quê?”, “Registrar como?”.

Um levantamento é o desenho da planta de um terreno, da carta de uma Região ou até mesmo de um edifício, após as necessárias medições, tratando-se de uma representação gráfica (registo gráfico) de um objeto, conjunto de objetos ou área e sua condição.

Num levantamento há pelo menos dois momentos: Medir e Representar.

Portanto, o levantamento arquitetónico é um ato cultural com implicações técnicas, isto é, depende da bagagem cultural de quem a executa, sempre com a consequência do seu tempo, das teorias da arquitetura vigentes e das tecnologias existentes.

“(...) medição, clarificação geométrica, conhecimento histórico, mas é sobretudo uma operação de leitura, de discretização da forma arquitectónica e transcrição gráfica das qualidades formais da mesma”

Docci e Maestri (2005, p.343)

Em certo sentido é um processo inverso ao do Projeto de Arquitetura, pois parte-se do edifício construído para a sua representação gráfica, enquanto no Projeto o primeiro passo é a representação gráfica que dá seguimento ao ato de construir.

Das mais variadas formas a sociedade confronta-se com o existente, por isso é tão importante haver um suporte do planeamento de ações sobre o que está construído. O registo não é mais do que um meio de perpetuar a memória de uma situação atual para as gerações futuras, devendo ser conduzido com ética e meticolosidades.

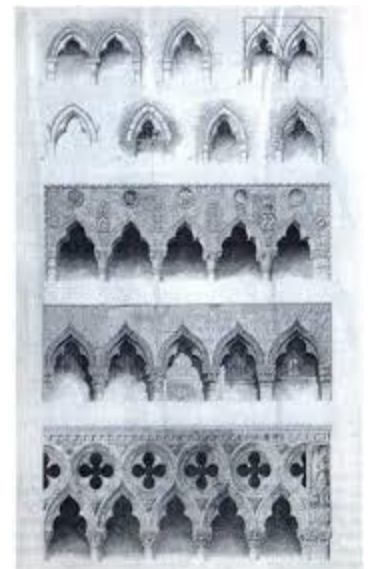
“In all works of preservation, restoration or excavation, there should always be precise documentation in the form of analytical and critical reports, illustrated with drawings and photographs. Every stage of the work of clearing, consolidation, rearrangement and integration, as well as technical and formal features identified during the course of work, should be included. This record should be placed in the archives of a public institution and made available to research workers. It is recommended that the report should be published.”

Carta de Veneza (1964, Artigo 16)



Viollet-le-Duc

Figura 1



John Ruskin

Figura 2

Quando nos interrogamos “*Registrar o quê?*”, existem quatro pontos fundamentais a ter em conta. Primeiramente a geometria e as deformações, seguindo-se a recolha dos materiais e por sua vez perceber os elementos construtivos e a lógica de articulação dos mesmos. Por fim é importante avaliar o estado de conservação do conjunto.

IDENTIDADE ARQUITETÓNICA

A produção arquitetónica prende-se sempre com a forma como o novo se relaciona com o que o rodeia, seja uma envolvente construída, uma paisagem natural, ou no caso da reabilitação, uma pré-existência. Isto porque o que pretendemos construir está sempre suportado por uma base concreta, real, dotada de características que lhe conferem um carácter e uma identidade. Norberg-Schulz (1980) intitula esta identidade como o seu “*Genius Loci*”.

No entanto, a identidade não pode ser encarada como um conceito imutável e estático, pois esta mesma identidade que reconhecemos naquele momento na pré-existência, é já o resultado da passagem do tempo, de eventuais intervenções, e do próprio significado que aquele objeto ganhou naquele lugar, para aquelas pessoas. Muitas vezes, quando há a necessidade de Reabilitar, deparamo-nos com uma pré-existência devoluta. O que significa que parte da identidade daquele local, na medida em que acompanhava a necessidade evolutiva do utilizador e que fazia com que este se revesse naquele espaço, já se perdeu.

Compreender o edifício, compreender o que nos diz, o que diz ao espaço em que se insere, e o que diz às pessoas que o conhecem, torna-se assim ³ um passo imprescindível para a compreensão da sua identidade, e consequentemente da abordagem mais indicada para a sua Reabilitação, de forma a conferir-lhe uma identidade que responda às necessidades atuais, mas que respeite o que foi outrora. Na Reabilitação que propomos, e após uma apreciação da condição e da identidade em parte perdida do conjunto arquitetónico, embora tentemos recriar fragmentos da memória do lugar, nunca conseguiremos recriar o seu “*Genius Loci*”, e também não pretendemos fazê-lo, pois cremos que da mesma maneira que a identidade não é imutável e estática, também o “espírito do lugar” deve ganhar uma nova dimensão, em que as pessoas de hoje se revejam.

2.2 O PROBLEMA DOS REFUGIADOS

Os Refugiados são um tema sobre os quais todos temos uma opinião. É um assunto de crescente importância social, política e mediática em que, frequentemente, a construção do discurso assenta na percepção que nos chega pelas experiências pessoais, mas sobretudo, e cada vez mais, pela sua hipermediatização. Muitos pensadores têm refletido sobre este tema. Alguns são mesmo intemporais.

Revisitemos, a este respeito, a Alegoria da Caverna de Platão (380 a.c.), parábola incluída na obra *A República* (Livro VII), que tão bem nos explica a construção da realidade baseada em percepções.

Também em torno dos refugiados existem percepções e mitos. Por isso, a necessidade de mostrar que a realidade é diferente daquela que percebemos, é um desafio tão mais importante em tempos de crises humanitárias como a que vivemos.

REFUGIADO

É hoje absolutamente claro que a crise migratória na União Europeia é um dos maiores desafios que a Europa enfrentará nos próximos anos. Se algo de positivo podemos encontrar nesta tragédia humanitária de dimensões gigantescas é um relativo consenso sobre a sua gravidade e a necessidade de a resolver.

Mas, infelizmente, o consenso termina aqui. Têm sido noticiadas as divergências entre líderes europeus sobre o modo de responder à crise bem como parecem divididas as opiniões públicas sobre o que fazer.

Os próprios conceitos parecem pouco claros, ao ponto de Edwars (2015), do ACNUR, ter sentido necessidade de vir alertar para a diferença entre refugiados e migrantes.

“Os primeiros fogem de perseguições em contexto de conflito nos seus países, para os quais não podem voltar, merecendo a proteção do direito internacional através da concessão, por países de acolhimento, de asilo. Os segundos “escolhem” abandonar os seus países em busca de melhores condições de vida.”

Edwars (2015, p.11)

Diz o ACNUR que não devemos misturar os conceitos uma vez que os refugiados gozam da proteção do direito internacional enquanto os migrantes devem respeito à lei interna de cada estado.

ARTIGO 15.º
(Estrangeiros, apátridas, cidadãos europeus)

1. Os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português.

2. Excetuam-se do disposto no número anterior os direitos políticos, o exercício das funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico e os direitos e deveres reservados pela Constituição e pela lei exclusivamente aos cidadãos portugueses.

3. Aos cidadãos dos Estados de língua portuguesa com residência permanente em Portugal são reconhecidos, nos termos da lei e em condições de reciprocidade, direitos não conferidos a estrangeiros, salvo o acesso aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidentes dos tribunais supremos e o serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática.

4. A lei pode atribuir a estrangeiros residentes no território nacional, em condições de reciprocidade, capacidade eleitoral ativa e passiva para a eleição dos titulares de órgãos de autarquias locais.

5. A lei pode ainda atribuir, em condições de reciprocidade, aos cidadãos dos Estados-membros da União Europeia residentes em Portugal o direito de elegerem e serem eleitos Deputados ao Parlamento Europeu.

De acordo com a Convenção de Genebra (1951) e com a lei portuguesa, um refugiado é:

“uma pessoa que tem, receando com razão ser perseguido em consequência da atividade exercida no Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana ou em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, convicções políticas ou pertença a determinado grupo social, se encontre fora do país de que é nacional e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção desse país em que tinha a sua residência habitual, pelas mesmas razões, não possa ou, em virtude do referido receio, a ele não queira voltar.”

Vieira (2015, p.8)

O Estatuto de refugiado é considerado pelo reconhecimento, por parte das autoridades portuguesas competentes, de um estrangeiro ou de um “*apátrida*” como refugiado e que nessa qualidade se encontra autorizado a permanecer em território nacional.

Segundo o ACNUR os refugiados gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres dos estrangeiros residentes em Portugal, cabendo-lhe, designadamente, a obrigação de respeitar a legislação nacional (art. 15º da Constituição da República Portuguesa e art. 65º da Lei nº 26/2014, de 5 de maio).

São reconhecidos aos refugiados e respetivos membros da família o acesso ao Serviço Nacional de Saúde, o acesso ao sistema de ensino nas mesmas condições dos cidadãos nacionais e é ainda concedido um título de residência que assegura o acesso ao mercado de trabalho, nos termos da lei geral humanitária como a que vivemos.

COMPREENDER A SITUAÇÃO

Em 2011 dá-se a “Primavera Árabe”, derrubando vários regimes ditatoriais no Médio Oriente. Na Síria, a família Assad, no poder desde os anos 60, recusou-se a sair, começando assim, uma Guerra civil.

O ISIS – um grupo militar jihadista – aproveitou-se da confusão política e social para ganhar força e poder. Motivados pelo objetivo de criar um “*califado islamita*” totalitário, rapidamente se tornou num dos grupos terroristas com maior impacto dos últimos tempos. Utilizando com mestria as modernas técnicas de propaganda, publicita as torturas, execuções em massa e sucessivos ataques letais e civis, criando uma onda de terror e ganhando enorme visibilidade.

De acordo com os valores apresentados, na revista *Refugiados*, por Vieira (2015) a população da Síria ficou encurralada entre o exército do regime de Assad, grupos rebeldes e extremistas. Com uma população de quase 22 milhões de pessoas em 2011, assistiu desde essa data à deslocalização de mais de 12 milhões de pessoas sendo que dessas, mais de 4 milhões foram forçadas a abandonar o país. 96% dos refugiados fugiram para os países vizinhos: Turquia (1,5 milhões), Líbano (1,1 milhões), Jordânia (600 mil) e o Egito com 142 mil



Aylan (2012 - 2015)

Imagem 1

O Programa Alimentar Mundial e a ONU não estavam preparados para esta situação. Os refugiados, acolhidos em campos precários, encontram-se em condições muito difíceis. As grandes dificuldades que vivem e a falta de horizontes de esperança levam alguns a procurar refúgio na Europa.

Confrontados com o enorme fluxo de refugiados, muitos países europeus recusaram-se a aceitar e fecharam os olhos à situação. A opinião pública mobilizou-se quando uma fotografia de um menino sírio de 3 anos de idade foi tornada pública e viral. Aylan morreu, juntando-se aos mais de 2.500 mortos, desde o início do ano a tentar atravessar o mediterrâneo.

Em 2014, toda a UE aceitou 420 mil refugiados. Em 2015, só a Alemanha, face à crise em mãos, aceitou receber 800 mil. Face à lentidão de processos políticos para encontrar uma solução, o apoio aos refugiados tem sido impulsionado pelas sociedades civis dos Estados.

A UE, o conjunto de economias mais abastado do mundo, cuja razão de ser foi a solidariedade e interdependência, vai dando respostas em tempo e generosidade muito diferentes. No final de Setembro de 2015, chega finalmente a acordo (sem unanimidade) para receber cerca de 120 mil refugiados. Aprova também o investimento no apoio aos países vizinhos da Síria e o reforço com cerca de mil milhões de euros para o ACNUR – Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – e o PMA – Programa Mundial Alimentar – fazerem frente ao drama humanitário.

Na Europa, desde a crise migratória do verão de 2015 até ao final de fevereiro de 2018, foram recolocadas 33.721 pessoas refugiadas para Estados membros da União Europeia.

Desde o final de 2017, a Comissão Europeia avançou com o novo programa de adesão voluntária de países da UE para a reinstalação de refugiados. Este programa prevê o acolhimento de pelo menos 50 mil pessoas. Portugal disponibilizou-se para acolher 1.010 refugiados a partir da Turquia e de outros países terceiros.

Atualmente, cerca de 55% dos refugiados vêm da Síria, do Afeganistão e do Sudão do Sul. Os países que mais acolhem migrantes e refugiados são: Turquia, Paquistão, Líbano, Irão, Uganda e Etiópia.

DO MEDO À CORAGEM DE ACOLHER

Ainda nos dias de hoje, tem alastrado, em alguns dos nossos cidadãos, um medo inisidioso quanto à vinda de refugiados para Portugal.

“Virão terroristas? Há uma invasão? Vai haver uma “islamização”? O que temos chega para todos ou somos pobres de mais para partilhar o que temos?”

É importante olhar para cada uma destas questões e analisar factos e argumentos. Mais do que emoções, trazer a razão para esta reflexão. Mais do que ideias feitas, procurar a verdade.

Acolher quem, tendo perdido tudo, procura uma oportunidade de recomeçar a vida. Acolher quem, tendo sofrido as dores provocadas pela Guerra e por outros conflitos, procura um abrigo e uma comunidade que os receba como seres humanos iguais a nós. Acolher quem espera que a Europa seja a terra da solidariedade, dos Direitos Humanos e do convívio pacífico entre a diversidade

Esta opção exige coragem. A coragem serena de quem não se deixa manipular por campanhas xenófobas. A coragem determina quem, sabendo que há sempre riscos, se mobiliza pelos valores da hospitalidade. A coragem persistente de quem sabe que o desafio do acolhimento de refugiados exige resiliência, gestão de expectativas e capacidade de construir pontes.

A crise dos refugiados não é só a maior crise humanitária na Europa desde a IIª Guerra Mundial. É um momento fundamental para o nosso futuro coletivo. A resposta está em cada um de nós e não deve ser condicionada pelo medo.

Há uma invasão? Vai haver uma “islamização”?

Algumas pessoas temem que esteja em curso uma “invasão”, por estarem a entrar na Europa muitos refugiados. Isso não corresponde à verdade. Importa atender a números. Segundo os valores que Vieira (2015) apresenta, só a guerra da Síria produziu mais de 4 milhões de refugiados e 7,6 milhões de deslocados internos. Dos refugiados sírios, a esmagadora maioria está nos países vizinhos. O maior impacto de presença de refugiados acontece na Turquia (1,5 milhões), no Líbano (1,1 milhões) e na Jordânia (600 mil). Ora, em relação à União Europeia, no seu conjunto de 28 países com 500 milhões de habitantes recebeu, até Agosto de 2015, cerca de 420 mil sírios. Isto quer dizer que enquanto um país pobre como o Líbano tem mais de 20% da sua população residente com o estatuto de refugiado, a União Europeia tem nos

refugiados sírios, neste momento, cerca 0,084% da sua população.

Virão terroristas?

“Vivemos num tempo em que, por dia, voam 4.5 milhões de pessoas. É o tempo da globalização. Cada vez que alguém se move, há riscos – de saúde ou de segurança – com que fomos aprendendo a lidar. Mas os riscos associados à mobilidade humana podem ser minimizados. Para isso, temos serviços de segurança e de informações, temos tecnologia sofisticada e temos mecanismos de monitorização. Os países da União Europeia cooperam em questões de segurança e farão o seu trabalho.”

Noivo (2015, p.20)

Dito isto, é importante que não esqueçamos o fundamental. Os princípios são inegociáveis. Recusar o acolhimento de refugiados que perderam tudo, pela existência de supostos riscos constituiria um golpe fatal na nossa civilização humanista. Ofereceríamos aos terroristas, e aos extremistas, o seu único objetivo: fazer com que deixemos de ser quem somos e nos transformemos numa realidade monstruosa. Finalmente, os riscos reais que surgiriam por termos recusado o acolhimento seriam incomparavelmente superiores.

O que temos chega para todos ou somos pobres de mais para partilhar o que temos?

“Quem ajuda os sem-abrigo e os pobres e Portugal somos, em primeiro lugar, todos nós que pagamos impostos e que, dessa forma, garantimos recursos financeiros para a ação social. Mas também as mesmas organizações que estão a organizar o acolhimento dos refugiados.”

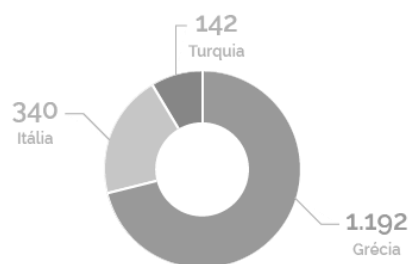
Vieira (2015, p.22)

O apoio aos mais pobres é assegurado, para além da Segurança Social, com as várias prestações sociais, por uma rede de instituições de particulares de solidariedade social e por instituições religiosas, espalhadas pelo país.

Assim é evidente que, não só há muito trabalho já feito no apoio às pessoas mais pobres em Portugal, como este vai continuar, sem ser prejudicado pelo acolhimento aos refugiados.

Porquê ajudar os refugiados quando temos tanta pobreza em Portugal?

“À condição de refugiado está associada inevitavelmente uma situação de vida ou de morte e/ou privação de liberdade e total insegurança. O grau extremo das ameaças promove a fuga dos espaços naturais das populações com um ato de sobrevivência, de fuga a conflitos armados, a perseguições étnicas ou políticas que literalmente destroem qualquer



(Dados disponibilizados pela Comissão Europeia)

Dados Gerais do acolhimento de pessoas refugiadas em Portugal

Figura 3

perspetiva de vida.

A existência de auxílio urgente e estruturado é a única opção de sobrevivência para estas populações na generalidade dos casos.

A solidariedade não tem de concorrer entre si. Se algum cidadão ou instituição vem acrescentar ao que existe, não ameaça o que já está a ser feito”

Branco (2015, p.23)

OS REFUGIADOS EM PORTUGAL

Desde o final de 2015 até fevereiro de 2018, Portugal recebeu 1.674 refugiados: 1.192 pessoas da Grécia e 340 pessoas de Itália, e acolheu 142 refugiados ao abrigo do Programa de Reinstalação da Turquia.

Apesar disso, o nosso país deixou mais de 1.400 vagas por preencher do total do compromisso legal que assumira no âmbito do Mecanismo de Recolocação de Urgência de refugiados no quadro europeu.

A Plataforma de Apoio aos Refugiados acolheu 671 pessoas do total de 1.674 refugiados recolocados e reinstalados em Portugal. Face à urgência de intervenção desde o verão de 2015, mais de 350 organizações portuguesas decidiram cooperar para dar resposta às necessidades dos refugiados dentro de portas, na Europa e nos países mais afetados por esta crise humanitária mundial. Desde então e até fevereiro de 2018, as Instituições Anfitriãs, protocoladas com a PAR, acolheram 144 famílias.

“Nos dois últimos anos, Portugal esteve na linha da frente da solidariedade na Europa. Fomos o 6º país da União Europeia que mais pessoas acolheu. Percebemos o desafio que nos foi investido: o de respondermos com generosidade, onde alguns (muitos, infelizmente) responderam com falta de memória, ingratidão e indiferença. Mobilizámo-nos em tempo reduzido, fizemo-lo em profunda cooperação entre administração central, autarquias e sociedade civil, e respondemos onde outros optaram por ignorar.”

Calado (2018, p.4)

2.3 ARQUITETURA PARA REFUGIADOS

2.3.1 ARQUITETURA DE EMERGÊNCIA

A Arquitetura de Emergência pretende responder a uma série de questões essenciais através de estruturas, materiais e equipamentos, com qualidades físicas que reajam adequadamente ao grande volume de energia gerada, que atua diretamente sobre as construções de transição.

Ziebell (2010) aborda a arquitetura de emergência no seu carácter efêmero e temporário, constituindo uma resposta da Arquitetura à necessidade de abrigo das vítimas de catástrofe. Dá especial atenção à necessidade de realização de abordagens rápidas, inovadoras e menos convencionais, com relevância para o entendimento sobre em que medida a temporalidade pertence ao habitar e como este se relaciona com a transitoriedade.

Esta mesma ideia está subjacente no livro *“Habitat transitório y vivienda para emergências”*, de Bedoya (2004, p.145) no qual o autor faz uma reflexão teórica sobre a transitoriedade afirmando que:

“(...)para comprender los factores que determinan la necesidad de refugio provisional de los individuos, nacidas de la sostenibilidad, accesibilidad y calidad de vida”

Nem sempre as opções tomadas neste campo da arquitetura são as mais adequadas, mas denota-se uma tendência crescente para o aproveitamento das habitações pré-fabricadas e temporárias para permanentes, apesar da frequente rejeição por razões socioculturais como defende Saldarriaga (2002). Esta alteração do contexto em que se erguem os abrigos de emergência acelera com frequência o desejo de uma habitação moderna permanente, situada muito acima das expectativas possíveis; realidades desajustadas e que geram uma descontextualização do acontecimento e das possibilidades dos próprios indivíduos.

Consoante Rogers (2009, p.1366) a palavra emergência é correntemente conotada com *“situações críticas ou de gravidade excecional que obrigam a tomar medidas adequadas”*.

Tal uso generalizou-se também à arquitetura que opera em contexto pós-catástrofe e por isso mesmo de exceção, sendo a emergência um fenómeno temporal – com estádios ou fases mais ou menos definidos – um ciclo de passagem no curso de um processo de transição. É neste sentido que a expressão «arquitetura de emergência» vem sendo concebida e difundida.

A arquitetura de emergência intromete-se numa lógica diferente da convencional na medida em que a satisfação das necessidades básicas dos desalojados em matéria de habitat deve prevalecer durante a fase transitória até à conclusão da construção permanente.

Como já foi referido, as situações de crise ou catástrofe para além do impacto direto que têm sob as vítimas, mexem também com um dos pilares da condição Humana, o seu habitat.

A intervenção por parte dos arquitetos em situações de emergência, através do realojamento de populações afetadas após um desastre será talvez uma das mais relevantes medidas a adotar, porque além de proporcionar condições de sobrevivência, com garantias de segurança e estabilidade, a habitação tem um papel fundamental para o bem-estar dos habitantes.

Desde a pré-história que o Homem sente a necessidade de se proteger das ameaças e perigos a que está sujeito e criar os seus próprios abrigos com os materiais que encontravam disponíveis. Deste modo, ainda que não fosse em contexto de emergência, podemos concluir que a necessidade de abrigo tem vindo a estar presente ao longo de vários séculos.

A “*Arca de Noé*” ilustra essa necessidade de criação de abrigo perante a ameaça de um desastre. De acordo com Araújo (2017, p.16), um dos “*exemplos mais primitivos da provisão de abrigo contra uma catástrofe*”. Apesar de não estar relacionada com o fenómeno da crise dos refugiados, com a fuga, é uma das primeiras histórias em que presenciamos a necessidade de abrigo, e podemos registar um alojamento pré-catástrofe – a arca.

Em cenários de extrema destruição, onde a recuperação de edifícios ou de um território e a capacidade de resposta às principais necessidades das populações são os objetivos mais importantes a cumprir, os arquitetos são talvez os profissionais mais habilitados para intervir. Ainda que em contextos totalmente diferentes dos projetos de arquitetura comuns, os arquitetos têm como base de trabalho responder às necessidades das pessoas.

É verdade que poucos são os profissionais que trabalham este tema e respetivas soluções e que, muitas vezes, procuram apenas desenvolver soluções inovadoras em termos de desenho ou forma. Desse modo, muitas das casas pré-fabricadas até agora experimentadas demoraram a construir ou revelaram-se desapropriadas e dispendiosas.

Às vezes, arquitetos e engenheiros não estão a par das reais necessidades das vítimas e acabam por criar soluções que não as satisfazem, para além de se revelarem bastante dispendiosas. Um dos principais problemas prende-se com a construção dos abrigos, que usualmente não é feita no

local, e que depois, quando transportada, revela-se inadequada, ignorando as necessidades de cada um dos desalojados, que variam de local para local.

As estratégias de intervenção podem relacionar-se com os fenómenos ou agirem posteriormente com o intuito de reduzir as suas consequências. Durante o período de duração e de pós crise, e no sentido de uma intervenção bem sucedida, existem aspetos que devem ser considerados de imediato, como o tempo de resposta, que deve ser o mais reduzido possível; a quantidade de resposta em termos materiais e recursos de abrigos e as condições de habitabilidade, que devem estar preparados e adequados a situações extremas.

Fred Cuny foi o responsável pela implementação de novos modelos de resposta e gestão de situações de catástrofe, como por exemplo o planeamento e organização dos campos de refugiados, que tão importante é para o tema. O trabalho de Cuny está patente no seu livro *“Disasters and Development”*, publicado em 1983, considerado uma referência na reconstrução pós-desastre. Em 1978 o arquiteto britânico Ian Davis escreve *“Shelter after Disaster”*, onde analisou as respostas ao longo dos tempos relativas à provisão de abrigos de emergência. A obra é considerada pioneira, especificamente sobre o tema do alojamento pós desastre e serviu de referência para a realização de outros estudos neste âmbito.

“A finalidade do refúgio de emergência...é prestar proteção a uma família vulnerável. Pode tomar a forma de um produto, ou pode ser um processo. Pode começar por uma chapa de ferro ondulada, que eventualmente pode converter se na cobertura de uma casa.”

Davis (1978, p.77)

“Abrigo/refúgio consiste num espaço coberto, que proporciona um ambiente seguro e saudável com privacidade e dignidade para os grupos, famílias e indivíduos que nele residem.”

Ribeiro (2013,p.81)

O termo *emergency shelter* é geralmente definido como a primeira resposta em matéria de alojamento oferecida pelas agências humanitárias, que se manifesta através da distribuição de tendas, lonas de plástico, ferramentas e outros materiais para reparar as habitações.

Assim, para uma melhor compreensão da arquitetura de emergência temporária, em casos de desastre, que cumpre todos os seus objetivos primários, apresentam-se alguns exemplos. Tais como:

- I. Em 1906, quando surgiu o Terramoto de São Francisco, foram construídas até ao ano seguinte, mais de 5.610 habitações temporárias designadas de *“Cottages”*. Consistiam de dois a três quartos com a possibilidade de serem realocalizáveis.



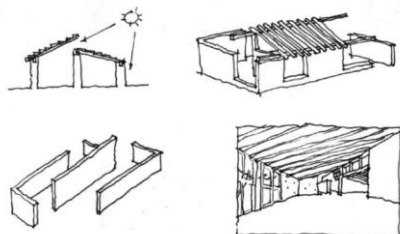
Acampamento de Refugiados, São Francisco

Imagem 2



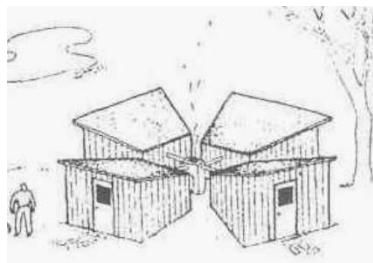
Cottages

Imagem 3



Esquema construtivo Habitações Murondins

Figura 4



Esquema construtivo – Alvar Aalto

Figura 5



Levittown houses

Imagem 4



Super Adobe, Nader Khalili

Imagem 5

As famílias refugiadas alugavam cada cabana a custo de 2\$ por mês.

Para garantir a libertação de grandes áreas públicas, às famílias com capacidade para comprar um lote de terreno, era-lhes oferecida a posse imediata da casa.

As cabanas eram construídas à base de madeira e ferro, com a ajuda dos Organismos envolvidos, como a Cruz Vermelha Americana, o Exército do Corpo de Engenheiros e outras instituições públicas.

- II. Durante a IIª Guerra Mundial, Le Corbusier projetou em 1940, uma intervenção à escala urbana, que intitulou de “*Habitações Murondins*”. A organização do espaço resultava na repetição de uma unidade habitacional disposta em banda que formavam três bandas perpendiculares entre si, construídas sem mão-de-obra qualificada, com materiais como barro e madeira, com a ajuda de um manual de instruções que foi emitido para o efeito. O termo *murondins* é uma contração de parede e *rondin* (parede e madeira).

A rede de infraestruturas comuns. A unidade habitacional tinha como princípios: aproveitamento ao máximo da luz solar; rentabilização do espaço; ventilação dos espaços através da abertura de vãos a sul e a descolagem da cobertura. A organização do espaço interno divide-se em duas zonas: espaço para dormir e espaço de estar. A nível espacial varia entre um espaço fechado e um espaço amplo.

- III. Também na época da IIª Guerra Mundial Alvar Aalto desenhou entre 1939-1945, um sistema temporário de abrigo. Trata-se de um conjunto de quatro abrigos em betão armado, para quatro famílias, com um núcleo central de serviços partilhados, que podia ser transportado para vários locais. Numa fase mais tardia, os abrigos podiam ainda agrupar-se para formar uma habitação unifamiliar, de carácter permanente.

- IV. Outro exemplo são as *Levittown Houses* implementadas nos Estados Unidos da América e em Porto Rico nos anos 60. De utilização permanente são destinadas a albergar os militares e famílias no fim da IIª Guerra Mundial. O material utilizado para a sua construção foi a madeira colocada de forma fixa.

- V. O quinto exemplo foi construído em 1995, para Refugiados Iraquianos. A construção destes abrigos temporários foi feita com sacos compridos cheios com uma mistura de terra e cimento, cal, emulsão de asfalto, ou simplesmente terra, arame farpado, argamassa de reboco e tubulares de plástico. Ao conjunto deram-lhe o nome de *Super Adobe*.

2.3.2 O DIREITO A UMA HABITAÇÃO ADEQUADA

Este direito inclui merecidamente viver em segurança, em paz, com dignidade e com a certeza das garantias de propriedade e protegido pelo direito à proteção contra despejos forçados e o direito à restituição. Não só os Refugiados, mas todas as pessoas, têm direito a uma morada que seja tomada como adequada.

Um espaço suficiente e de proteção contra o frio, a humidade, o calor, a chuva, o vento ou outras ameaças à saúde, como os riscos estruturais ou vetores de doenças; A disponibilidade de serviços, instalações, materiais e infraestruturas; A habitabilidade, a acessibilidade, a localização e adequação cultural; O acesso sustentável a recursos naturais e comuns, a água potável; O acesso a uma fonte de energia para cozinhar, aquecer e iluminar a casa; O acesso ao saneamento e higiene, aos meios para conservar os alimentos, aos meios para eliminar resíduos, a um sistema de esgoto e serviços de emergência;

A localização adequada para a implantação das habitações, deve fornecer acesso seguro aos serviços de saúde, centros de cuidado infantil e outros equipamentos sociais e oportunidades para obter meio de subsistência.

As pessoas deslocadas que não podem voltar às suas casas, como é o caso dos Refugiados, muitas vezes preferem ficar com outros parentes ou pessoas com quem partilham laços afetivos, históricos, religiosos ou de outra índole, é importante ajudá-los a concretizar esse desejo. Quando não é possível fornecer este tipo de alojamento podem ser propostos assentamentos comunitários provisórios ou acampamentos criados pelas pessoas deslocadas, juntamente com um alojamento familiar provisório ou temporário ou em grandes edifícios públicos transformados em centros coletivos.

INICIATIVAS PARA A ABORDAGEM DA ARQUITETURA DE EMERGÊNCIA

Ao longo do tempo, o conceito de arquitetura de emergência tem sido abordado com maior frequência. Os estudos realizados contribuíram para o surgimento de muitas organizações das quais fazem parte especialistas em várias áreas, incluindo arquitetos. Neste âmbito, destacam-se, entre outras, a *Architecture for Humanity*, uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1999 em Nova Iorque, com o objetivo de promover soluções de arquitetura e design para as crises globais, sociais e humanitárias.

Este tipo de iniciativas tem motivado alguns arquitetos a desenvolverem projetos orientados para essa finalidade. Começa nos dias de hoje a reconhecer-se a importância do papel que a arquitetura pode desempenhar para ajudar a melhorar a vida nas comunidades devastadas pela guerra, pelas catástrofes naturais ou pela pobreza extrema.

A título de exemplo, nomeiam-se outras organizações que têm desenvolvido um trabalho no mesmo âmbito que a *Architecture for Humanity*, tais como *Architects Without Frontiers*, *Architectes de l'Urgence*, *Shelter Projects*, *The Volunteer Architects' Network*, *World Shelters* e *Make it Right*.

2.3.3 DIRETRIZES PARA UM PROJETO DE ARQUITETURA DE EMERGÊNCIA

Pensar um abrigo de emergência implica refletir sobre o significado do habitar num espaço transitório e o que ele representa para aqueles que o utilizam. No fundo procura-se minimizar choques e criar condições para que as pessoas voltem à normalidade. Habitar um espaço numa situação de emergência significa estar ligado a algo que faz a ponte entre o momento passado e o futuro.

Um abrigo de emergência não se resume assim à sua condição de objeto, assim como o Habitat não se resume à de construído. Implica uma rede de relações com estruturas sociais e familiares, implica uma noção de “centro”, uma cultura, um projeto de vida, um local onde se resolve o quotidiano e as necessidades básicas do ser humano mas também implica uma relação com o edificado e sua envolvente.

A evolução das respostas no último século é positiva nomeadamente no que diz respeito à gestão de recursos, pessoas, saúde, logística, infraestruturas, etc..

Contudo, a solução oficial de abrigo para situações de emergência continua a ser a tenda, pela sua economia, facilidade de transporte, implementação, montagem e, reutilização. É uma solução prática, de resposta imediata mas com pouca capacidade de sustentar a vida humana numa fase de reconstrução.

Atendendo à definição que as Nações Unidas atribuiu ao conceito de abrigo/refúgio, acima mencionada, facilmente percebemos que não é a melhor solução, pelas limitações de espaço, segurança, privacidade, conforto térmico, higiene, etc. que apresenta. Hoje sabemos que cada resposta é única. Não existem desastres iguais.

As soluções de emergência deverão ser suficientes mas não suscetíveis de satisfazerem todas as necessidades e se tornarem permanentes. É fundamental promover a normalidade, a readaptação das pessoas e a procura de soluções mais dignas e estáveis.

2.3 HABITAÇÃO TEMPORÁRIA

Desde os primórdios da Humanidade que a habitação temporária existe.

Antes da fixação do homem, este e toda a sua família mudavam constantemente de local pela necessidade de caçar e recolher alimento. Eram povos nómadas que se ocupavam de cavernas em regiões ricas em animais, água e árvores de fruto.

Com o aumento da família e a escassez de alimento, muitos povos começaram a fixar-se e a dedicar-se à agricultura e à criação de animais. Mas, mesmo assim, foram muitos os grupos nómadas que continuaram a viajar de região em região, a maioria dedicava-se à pastorícia e procuravam melhores pastagens para o gado que criavam.

A forma e a estrutura deste tipo de habitação tornaram-se o ponto de interesse dos construtores em função de determinadas variáveis, tal como o clima, os materiais locais e a técnica em desenvolvimento na altura. Nas primeiras habitações, o tipo de estrutura construída dava resposta às necessidades básicas de sobrevivência como o abrigo das intempéries e dos ataques de animais, só depois há a preocupação com a organização do interior e armazenamento de alimentos.

Com a evolução de conhecimento, o homem desenvolveu, ao longo dos tempos, técnicas de construção mais complexas e começou a dar cada vez mais importância aos materiais e sua resistência e como utilizá-los.

Atualmente, os abrigos temporários atuam durante o período de tempo de desastre ou da reconstrução do território afetado e do retorno à normalidade. Apesar das habitações temporárias conseguirem oferecer às vítimas as necessidades básicas de habitabilidade, estão limitadas pelos materiais de construção, que não permitem uma utilização a longo prazo, embora muitas vezes aconteça.

Muitas são habitações comuns, algumas com menos conforto, ou adaptadas à circunstância de utilização, mas sem uma distinção física de uma habitação permanente. À primeira vista não se consegue distinguir algumas habitações permanentes das temporárias, pois estas podem ser apartamentos, prédios urbanos ou rústicos, vivendas, ou qualquer tipo de habitação comum.

Para além da habitação comum existe também a chamada *Residência*, que pode ser exclusiva a estudantes e deslocados. São espaços criados ou adaptados somente para essa função. No geral encontramos dois tipos de residência: as que possuem quartos privativos para um ou dois utilizadores no máximo, com a casa de banho incluída e acesso a zonas comuns de

serviço como a lavandaria, cantina e salas de convívio e as mais antigas que funcionam como uma espécie de camaratas, em que cada quarto pode ser habitado por três ou mais utilizadores, com um balneário que serve a todos os utilizadores, cantina e salas de estar.

Para além das residências de estudantes a habitação temporária é alargada à habitação comum, em que muitos proprietários alugam apartamentos ou casas térreas. A renda e as despesas são divididas por todos os utilizadores que pagam o aluguer do chamado “quarto”, com livre acesso às zonas comuns da casa: a casa de banho, a cozinha e a sala.

Em alguns países o conceito de habitação temporária é diferente, pois as habitações temporárias têm características diferentes da habitação comum, completamente adaptadas ao estilo temporário de modo a facilitar tanto a procura/oferta, como a fundir culturas, ideologias e crenças num espaço único, que possa ser utilizado por qualquer tipo de pessoa.

Existem também outros casos em que não são somente os utilizadores que habitam o espaço temporariamente, como também as próprias habitações são temporárias/efémeras, ou seja, cada novo utilizador manda destruir a construção existente no terreno que comprou e manda construir uma nova à sua semelhança, devido à facilidade de enquadramento e utilização de materiais reciclados e recicláveis.

Cada vez mais, nos dias de hoje, podemos encontrar habitação temporária mais diversificada e com características próprias que as diferenciam da habitação convencional, com novas formas e materiais sofisticados que apresentam características mais desenvolvidas ao ponto de perdurar mais no tempo do que no espaço, pois há a facilidade de ser transportada para outro local e continuar ao serviço do utilizador.

2.3 REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÓNICA

A reação aos programas de requalificação de conjuntos habitacionais e espaços exteriores a estes é o espelho claro da importância que tem, para os diferentes grupos sociais, o ambiente e o espaço que habitam.

Reconhece-se por isso à reabilitação uma responsabilidade particular no equilíbrio territorial e demográfico das cidades pelo facto de com ela conseguirmos fixar a presença de alguns grupos sociais cuja vivência do lugar vai deixando marcas. A requalificação dos tecidos urbanos tende por isso a integrar a política das cidades.

A requalificação resulta da necessidade de repor níveis de desempenho que, pelo uso ou pelo tempo, ultrapassaram os limites aceitáveis. Do ponto de vista sociológico, o ambiente reveste-se da maior importância para o equilíbrio emocional dos diferentes grupos sociais e a habitação, bem como os espaços envolventes, não é exceção.

A requalificação arquitetónica pode introduzir melhorias diversas, de acordo com o grau da intervenção mas introduz geralmente um fator de autoestima que é da maior importância para o desenvolvimento equilibrado dos diferentes grupos sociais. Na verdade, a melhoria do ambiente e das condições de habitabilidade, e portanto a melhoria das condições de vida e de bem-estar, proporcionam e potenciam a manutenção e zelo por essas benfeitorias. De uma forma geral quando tal não acontece é resultado de uma falha, da inexistência de programa ou projeto social que se verifica ser fundamental nas ações de reabilitação.

A apropriação do espaço público evidencia a necessidade que os diferentes grupos têm de se relacionar e de estabelecer comunicação com tudo o que lhes está próximo. Os espaços exteriores são o reflexo dos problemas que afetam quer o habitat antigo quer o recente daí a preocupação com a sua reabilitação. São o prolongamento do que se passa no interior dos bairros, quarteirões e edifícios condicionando comportamentos. Os ambientes são responsáveis pela construção de imagens que influenciam e permitem estabelecer lógicas de apropriação, dinamização e revitalização de extrema importância.

Cada vez mais as preocupações com a sustentabilidade estão presentes como fator a ter em conta na realização de intervenções de reabilitação de edifícios ou mesmo urbanas. Estas não existem sem a reabilitação dos edifícios que as integram e a sua importância resulta da articulação que promove entre os diferentes espaços da urbe e a sua envolvente.

A degradação do Património edificado português é uma realidade. Intervir na sua reabilitação é fundamental para restabelecer o equilíbrio social, económico e demográfico das cidades e do país.

A reabilitação urbana e de edifícios pressupõem sempre a reposição de níveis de desempenho que se perderam na sequência de alterações sociais e económicas que ocorreram. Nesse sentido a reabilitação constitui sempre, em maior ou menor escala, uma requalificação arquitetónica uma vez que se verifica a melhoria de pelo menos uma característica.

A reabilitação de edifícios tem consequências imediatas na reabilitação urbana por contribuir para o desvanecimento de uma imagem de degradação e abandono. Desta forma, a reabilitação contribui de forma clara para a revitalização das cidades quer nos habitats antigos quer nos recentes, bem como para a autoestima dos agregados populacionais.

A par com reabilitação urbana, é também importante levantar a questão das acessibilidades. A alteração dos padrões de vida para isso contribui além da consciência social que evidencia aspetos até então pouco merecedores de destaque. A acessibilidade a pessoas de mobilidade condicionada torna-se por isso uma preocupação e uma prioridade na construção em geral bem como na reabilitação de espaços.

Esta problemática deve ser encarada com particular atenção na reabilitação dado que em inúmeras circunstâncias a conceção de base dos edifícios não só não permite a anulação de determinadas barreiras ou constrangimentos como pode conduzir a situações inaceitáveis do ponto de vista da proteção do Património.

Tratando-se o tema em estudo de uma reabilitação e requalificação arquitetónica, é inquestionável que esta preocupação não seja tida em conta sempre que tal não desequilibre o Património Arquitetónico base. Isto é, sempre que forem possíveis adaptações que garantam a acessibilidade a um maior número de utentes estas deverão ser tidas em conta desde que não destruam ou inviabilizem soluções construtivas de interesse patrimonial.

A manutenção deverá também ser encarada como um aspeto fundamental para garantir os níveis de desempenho dos edifícios novos e/ou reabilitados e impedir que estes entrem em estado de degradação.

À arquitetura cabe um papel fundamental na reabilitação na medida em que é através do desenho que se conseguem estabelecer novas lógicas de utilização para os edifícios e espaços exteriores respeitando linguagens e esquemas construtivos que caíram em desuso sem inviabilizar propostas de intervenção contemporâneas. É ainda da sua responsabilidade a integração do contributo das diferentes especialidades para a melhoria dos edifícios.

2.4 REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS

Para uma melhor abordagem do tema em estudo, pretende-se analisar alguns casos de referência que auxiliem no desenvolvimento de um programa projetual que cumpra todos os seus objetivos de foro social e urbano.

Assim, foram selecionados: o Complexo Social em Alcabideche, a Universidade de Pequim, a reabilitação de um edifício de habitação em Guimarães, a Academia de Música de Roubaix e a reabilitação para um Hotel na Baixa Pombalina em Vila Real de Santo António, uma vez que, alguns deles, representam referências atuais e de sucesso da reconversão de antigos espaços, alguns desocupados e quase devolutos, outros que auxiliaram a preencher lacunas a nível social.

COMPLEXO SOCIAL EM ALCABIDECHE

O Complexo Social de Alcabideche é um equipamento promovido pela Fundação Social do Quadro Bancário de elevada qualidade urbana e

paisagística que pretende ajudar a preencher uma lacuna no sistema de apoio à terceira idade.

Localizado na área metropolitana de Lisboa, o complexo pretende reconstituir um estilo de vida mediterrânico em que os espaços exteriores de ruas, praças e jardins se constituem como o prolongamento da própria casa.

Em 2012, o projeto, da autoria do gabinete Guedes Cruz Architects, apresenta uma malha regular com modulações de 7,5m que suportam uma estrutura construída de 52 casas e um edifício de apoio.

Os jogos de luz criam um ambiente calmo mas alegre que permite aos utentes circularem à noite sem preocupações nem constrangimentos entre os diferentes níveis e espaços do complexo.

O edifício central, dentro da mesma modelação e princípios, contém todos os serviços comuns necessários para manter um bom funcionamento e qualidade de vida.

Este conjunto apresenta um programa interessante para colmatar as necessidades dos usuários do projeto de reabilitação do Convento da Boa Hora.

UNIVERSIDADE DE PEQUIM

A pensar no conceito de renovação da Universidade de Pequim, o arquiteto Cheng Yanchun quis sobressair a relação entre o edifício e seu contexto. O prédio destinado ao ensino é cercado por uma pequena área verde, com uma



Complexo Social de Alcabideche

Imagem 6



Universidade de Pequim

Imagem 7

fonte, que pode servir como um espaço para atividades educacionais.

Quando a parte interna do edifício foi desconstruída, verificou-se que a estrutura de madeira do telhado e da empena era muito carismática. O arquiteto decidiu manter a aparência original da estrutura adicionando um enfiamento de múltiplos arcos de forma ordenada. Yanchun transformou a antiga construção num espaço público brilhantemente organizado. Para dar alguma alegria e vivacidade ao espaço foram projetadas claraboias para iluminar os corredores.

Uma das fragilidades do edifício era a falta de espaços públicos para atividades que foi solucionada com a criação de um anfiteatro onde se podem realizar uma variedade de eventos públicos, revisões e discussões. O propósito enfraqueceu a sensação de uma estreita proximidade do corredor e tornou o espaço mais aberto e tridimensional. Além disso, aos corredores é-lhes incutido um caráter de espaço de exposição para os trabalhos dos alunos e as realizações de ensino. O novo espaço aberto, tetos altos com materiais originais e luzes naturais, são elementos que vieram dar uma nova vida à Universidade de Pequim.

Tal como no edifício de ensino de Pequim, também o Antigo Convento da Boa Hora dispõe de elementos estruturais de madeira numa empena semelhante. Seria interessante tirar proveito destes constituintes de forma a incutir-lhe um caráter original, com jogos de luz e diferentes elevações.

REABILITAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO EM GUIMARÃES

Este projeto, desenhado pelo grupo de arquitetos *Pitágoras*, trata da reabilitação de um edifício existente na zona histórica de Guimarães, tendo em vista a instalação de espaços comerciais e apartamentos, procedendo assim à alteração da tipologia existente, mantendo, no entanto, o seu uso.

O edifício localizando no Largo do Trovador, apresenta características eminentemente urbanas, que constituíam no seu todo uma habitação com o espaço de “loja” no piso térreo e área habitável nos pisos superiores que foram desenvolvidos como era norma neste tipo de construções.

Pretendeu-se alterar a tipologia do edifício, adaptando-o às necessidades atuais, constituindo apartamentos nos pisos superiores e adaptando o espaço do rés-do-chão para comércio. Em todo o caso, preservou-se integralmente a volumetria, a estrutura, os sistemas construtivos, a configuração e materiais dos alçados e da cobertura, bem como a localização e características da caixa



Edifício de Habitação em Guimarães

Imagem 8

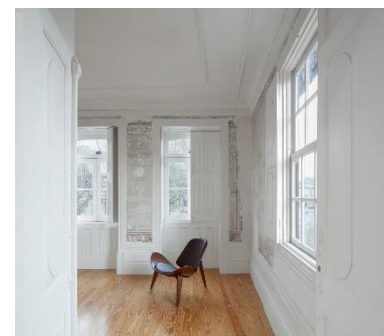
de escadas que estabelece a comunicação vertical entre os vários pisos.

No terceiro piso do edifício, onde se encontrava a sala principal da habitação original, foram mantidos elementos de desenho que se consideraram de valor arquitetónico.

A reabilitação do edifício habitacional de Guimarães prende-se com vários pontos de semelhança em relação ao espaço que me proponho a reabilitar.

Também no Antigo Convento se pretende preservar integralmente a volumetria, a estrutura, os sistemas construtivos, a configuração e materiais dos alçados e da cobertura, bem como a localização e características da caixa de escadas que estabelece a comunicação vertical entre os vários pisos.

No primeiro piso do edifício a reabilitar existem vários elementos a respeitar pela *“teoria do valor.”*



Edifício de Habitação em Guimarães.1

Imagem 9

ACADEMIA DE MÚSICA DE ROUBAIX

No bairro a oeste de Roubaix, a restauração e ampliação da academia de música, por parte da Zig Zag Architecture, contribuiu para a renovação urbana.

Ainda que a interface urbana tenha sido questionada pela demolição de algumas passarelas e volumes no pátio. Para possibilitar a abertura do edifício em relação à cidade, foi desenhada uma grande vitrine, que mostra a intenção do equipamento cultural no coração da urbanização.

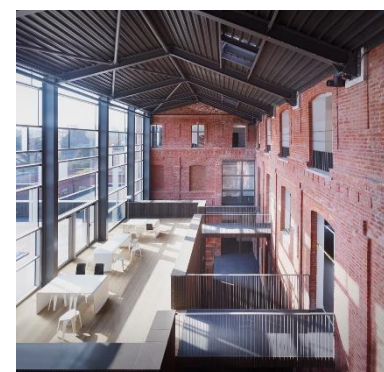
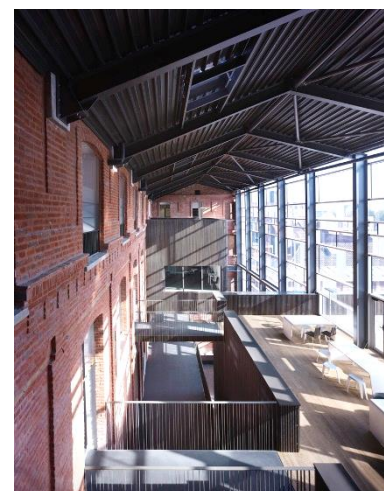
Tendo em conta o valor histórico e patrimonial, a extensão do edifício foi o primeiro ponto de referência no tamanho do novo projeto. Os contornos reproduzem a geometria existente, seguindo o propósito principal de um edifício vazio que cria novas possibilidades e diferentes formas de ocupar o espaço.

O ponto alto da obra é a grande altura do salão principal que oferece uma grande fluidez para quem o experiencia.

O desenho composto por três volumes, projetados no jardim principal, animam a nova fachada, onde são encontrados símbolos da intervenção contemporânea, que aumentam o potencial deste centro cultural.

O Antigo Convento apresenta uma lacuna na ala Norte do edifício. Seria interessante colmatar essa questão com uma agregação contemporânea que nos conduzissem à criação de novas possibilidades e diferentes formas de ocupar o espaço.

Tornar o espaço mais amplo associado a um carácter polivalente seria um aspeto positivo para a convivência da comunidade vizinha.



Academia de Música de Roubaix

Imagem 10



Reabilitação para um Hotel

Imagem 11

REABILITAÇÃO PARA UM HOTEL NA BAIXA POMBALINA

Este projeto trata da reabilitação de um edifício existente em Vila Real de Santo António, tendo em vista a instalação de um empreendimento turístico.

O arquiteto Filipe Saraiva pretende alterar a tipologia do antigo edifício residencial, adaptando-o às necessidades atuais, constituindo, quartos nos pisos superiores. Em todo o caso, preservou-se integralmente a volumetria, a estrutura e os sistemas construtivos.

A configuração e materiais dos alçados e da cobertura sofreram alterações, com o intuito de lhe fornecer uma índole contemporânea e minimalista.

Os alçados são composto por linhas direitas, com vãos simples. Todavia, apresentam um padrão de arcos.

O novo hotel apresenta, na fachada, características que nos encaminham para um ideal de arquitetura conventual, ainda que de forma simplista.

Por conseguinte, pela lacuna acima mencionada, esta fachada seria uma brilhante abordagem para um edifício projetado de raiz, com traços contemporâneos, mas fazendo-nos recuar no tempo, tendo presente o Antigo Convento.

Ainda que se tenha procedido a bastante pesquisa, não foram encontrados resultados a nível de casos de estudo de carácter tipológico.

Assim sendo, os casos de referência, acima referidos, apresentam auxílio no que diz respeito a uma abordagem arquitetónica ao projeto.

3. ANÁLISE DO LOCAL DE INTERVENÇÃO

“Os conventos tinham uma massiva presença física, fazendo frente de ruas inteiras, ocupando totalmente quarteirões, dominando praças centrais, e prevalecendo em altura outras edificações.”

Luís Urbano, *Monumentos* (2007, p.38)

3.1 Enquadramento Conceptual e Histórico

3.2 Antigo Convento da Boa Hora

3.1 ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E HISTÓRICO

Na Idade Média, o território que atualmente constitui a freguesia da Ajuda, fazia parte do reguengo de Algés.

Uma das mais relevantes artérias da Ajuda foi aberta após o terramoto de 1755 com a designação de Calçada Nova, Calçada Nova da Ajuda, Calçada Nova de Belém, entre outros nomes.

A Calçada da Ajuda, de denominação atual, tem início na Rua da Junqueira e finaliza no cruzamento de três ruas: a Calçada do Mirante, a Rua do Marco e Rua das Açucenas.

Na área, antes do terramoto, existiam campos com plantações (pomares e campos de trigo), pois as casas de habitação só foram edificadas após a construção de casas senhoriais e do palácio real. Os edifícios são na sua maioria do século XIX e XX, alguns revestidos a azulejo. A emblemática calçada serviu de passagem a desfiles sociais e militares, procissões e cortejos reais, e posteriormente foi o local eleito para edificar um palácio de veraneio para a família real.

Para um melhor entendimento dos estudos que vêm a ser publicados nesta área, foi fundamental uma análise primária de dados estatísticos disponibilizados pelo INE, que caracterizam a realidade demográfica atual.

De acordo com a estratégia de reabilitação urbana definida para a Área a Planear a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, em Março de 2006, a elaboração do Plano de Pormenor “Lisboa Ocidental – Belém”, tendo sido confiada à Sociedade de Reabilitação Urbana a sua execução técnica.

Em janeiro de 2010 e considerando terem existido alterações relevantes no contexto urbanístico, a CML decidiu dar início ao procedimento de elaboração do Plano de Pormenor da Calçada da Ajuda (Proposta N.º 30/2010), cuja área de intervenção, de uma forma geral, integra e alarga a área do anterior Plano.

A Calçada da Boa-Hora, o Largo e a Travessa da Boa-Hora à Ajuda são três topónimos que resultam da deslocação dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho do seu Convento no Largo da Boa Hora, junto à Rua Nova do Almada, na Baixa lisboeta, para o lugar do Espargal, em Belém, após o terramoto de 1755.

A Ordem dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho estabeleceu-se em Portugal em 1663, com a proteção da rainha D. Luísa de Gusmão, e uma das suas comunidades estava instalada em Lisboa, desde 1677, no Convento da Boa Hora, que havia sido fundado em 1633 por D. Luís de

Castro do Rio para os padres dominicanos irlandeses e foi mais tarde aproveitado para ser quartel do 1º Batalhão dos Voluntários do Comércio (1834) e Tribunal da Boa Hora (1843).

O terramoto de 1 de novembro de 1755 deixou o convento em ruínas e logo em 1756 passaram os frades para um novo Convento da Boa Hora em Belém, no lugar do Espargal, cuja igreja foi dedicada a Nossa Senhora da Boa Hora e Santa Rita em 7 de abril de 1766.

A Calçada da Boa-Hora encontra-se hoje repartida pelas freguesias de Alcântara, Belém, Ajuda, delimitada entre a Rua da Junqueira e o Largo da Boa-Hora, conforme Edital municipal de 26 de setembro de 1916, que oficializou topónimos herdados do extinto concelho de Belém. Já também na alçada da edilidade lisboeta foram em 1887-1888 construídos canos de esgoto para esta Calçada. Refira-se ainda que no nº 30 desta Calçada encontramos o Palácio da Ega que dá sede ao Arquivo Histórico Ultramarino desde 1931.

Ao Largo e à Travessa da Boa-Hora foi acrescentada a expressão «à Ajuda», para evitar equívocos com o Largo da Boa-Hora (Freguesia de Santa Maria Maior) e a Travessa da Boa-Hora (Freguesia da Misericórdia), através do Edital municipal de 8 de junho de 1889.



Planta de Localização da Ajuda em 1807 de Duarte Fava

Figura 6



Planta de Localização da Ajuda em 1911 de Silva Pinto

Figura 7

Na figura a baixo está representada, em destaque, a freguesia da Ajuda, onde se pode verificar a toponímia das ruas que a desenham.

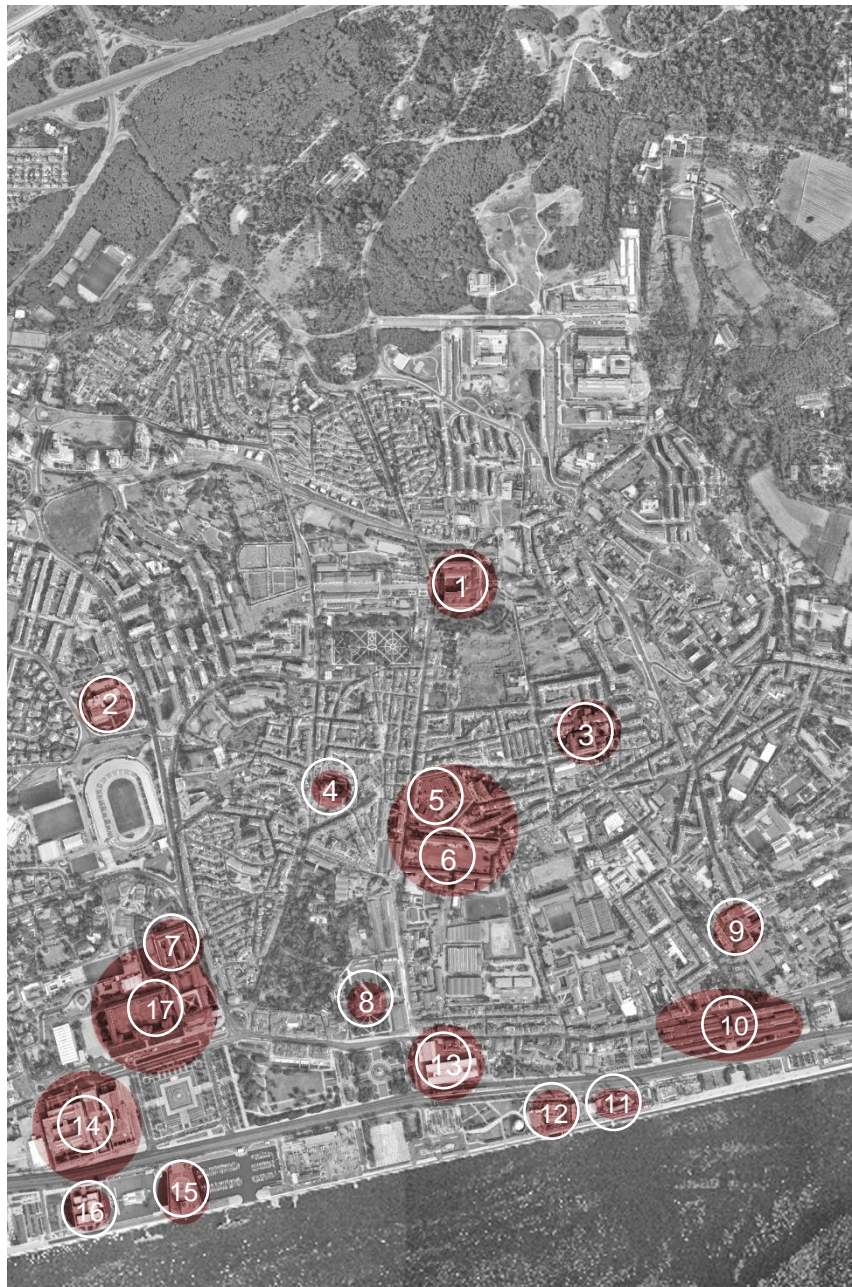


Planta de Localização Geral atual com destaque na freguesia da Ajuda

Imagem 12

Para perceber o funcionamento da envolvente, procedeu-se a um enquadramento conceptual de toda a freguesia.

A próxima figura destaca todos os elementos edificados com *Valor Histórico e Patrimonial*.



Planta de Localização Geral com destaque em edifícios com valor histórico e patrimonial
Imagem 13

- | | | |
|---------------------------------|---|--------------------------------|
| 1 – Palácio Nacional da Ajuda | 7 – Centro Cultural Casapiano | 13 – Museu Nacional dos Coches |
| 2 – Museu de Etnologia | 8 – Palácio de Belém | 14 – Centro Cultural de Belém |
| 3 – Antigo Convento da Boa Hora | 9 – Arquivo Histórico Ultramarino | 15 – Padrão dos Descobrimentos |
| 4 – Igreja da Memória | 10 – Fábrica Nacional de Cordoaria | 16 – Museu de Arte Popular |
| 5 – Quartel de Infantaria 1 | 11 – Museu de Arte Arquitetura e Tecnologia | 17 – Mosteiro dos Jerónimos |
| 6 – Quartel de Lanceiros 2 | 12 – Museu da Eletrecidade | |

A próxima figura auxilia a perceber os tipos de usos existentes na freguesia da Ajuda, bem como a extensão de cada um, para compreender as necessidades e lacunas da envolvente.



Planta de Localização de Levantamento de Usos
Figura 8

● Património Histórico ● Equipamentos Culturais ● Indústria ● Habitação ● Comércio

Com base na *Planta de Levantamento de Usos* é notória a presença de edifícios de habitação, uso que se destaca, e em seguimento, os equipamentos culturais também se realçam no desenho.

De forma a perceber que espaços verdes existem ao longo da freguesia da Ajuda, a seguinte figura ilustra a sua dimensão e reprodução, para averiguar as necessidades no que diz respeito a este aspeto.



Planta de Localização de Levantamento de Espaços Verdes
Figura 9

● Antigo Convento da Boa Hora ● Edificado Envolvente ● Espaços Verdes

Após a análise da *Planta de Levantamento de Espaços Verdes* é possível identificar que a maior abundância de malha verde se encontra junto ao Rio Tejo. Onde, coincidentemente, se verifica a presença, em destaque, dos edifícios de *Valor Histórico e Patrimonial*.

Relativamente à rede viária é importante conceber a sua hierarquia adjacente à importância de cada via, a nível de extensão e afluência.



Planta de Localização de Levantamento da Hierarquia Viária
Figura 10

● Antigo Convento da Boa Hora ● Edificado Envolvente ● Nível 1 ● Nível 2 ● Nível 3

Na *Planta de Levantamento da Hierarquia Viária* são representados três níveis. O nível 1, de maior importância viária, o nível 2, que corresponde a vias intermediárias com algum fluxo viário e o nível 3, aqui considerado como o nível representante das vias secundárias.



Planta de Localização do Antigo Convento da Boa Hora agregado ao Hospital Militar
Imagem 14

● Área a Intervir: Antigo Convento da Boa Hora agregado ao Hospital Militar

3.3 ANTIGO CONVENTO DA BOA HORA

O conjunto edificado que se pretende trabalhar nesta área de intervenção foi fundado em 1758 sobre um antigo convento de frades dominicanos e entregue à Ordem dos Agostinhos Descalços.

O antigo Convento da Boa Hora é um edifício de estilo barroco, que ostenta uma fachada principal harmoniosa e de grande impacto urbanístico. As obras fundamentais decorreram na 2ª metade do séc. XVIII, de acordo com um plano de Eugénio dos Santos, traduzindo uma arquitetura religiosa pombalina. Após a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, o antigo convento foi adaptado a outras funções, acolhendo desde 1892 o Hospital Militar com especialização em doenças infectocontagiosas. Alojou militares que ao longo dos tempos foram fazendo intervenções no interior do edifício. Desta forma a igreja passou a Paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, tendo sido praticamente reconstruída na década de 70 do séc. XIX.

O edifício apresenta planta quadrada, definida pela articulação de três alas retangulares com o corpo da igreja em torno do claustro, a fechar o quadrado. A igreja, de planta retangular, apresenta nave única para a qual se abrem capelas laterais e a capela-mor.



A sua fachada principal, estruturada em dois níveis, surge verticalmente dividida por pilastras lisas em cinco panos murários, com torre sineira adossada e encimada por cruz.

A zona central, ao nível do piso térreo, é rasgada por três arcos de volta inteira que permitem o acesso à galilé, ao mesmo tempo que o segundo piso surge rasgado por três janelões retangulares. As antigas dependências conventuais estendem-se contiguamente à igreja, para Este, organizadas em dois níveis dinâmicos pela abertura de janelas retangulares de emolduramento simples. Tanto a igreja como o Antigo Convento encontram-se classificados como Monumento de Interesse Público.

Com efeito, a consolidação do espaço urbano e sua regeneração por novas oportunidades, bem como o objeto arquitetónico militar devoluto, pretende-se através de uma análise e debate sobre a importância da regeneração das cidades. Da oportunidade emergente que os edifícios ou estruturas militares disfuncionais ou devolutas passam a representar oportunamente locais de interesse público.



Planta da Área de Intervenção do Antigo Convento da Boa Hora agregado ao Hospital Militar
Imagem 15

4. PROPOSTA DE REABILITAÇÃO DO ANTIGO CONVENTO DA BOA HORA

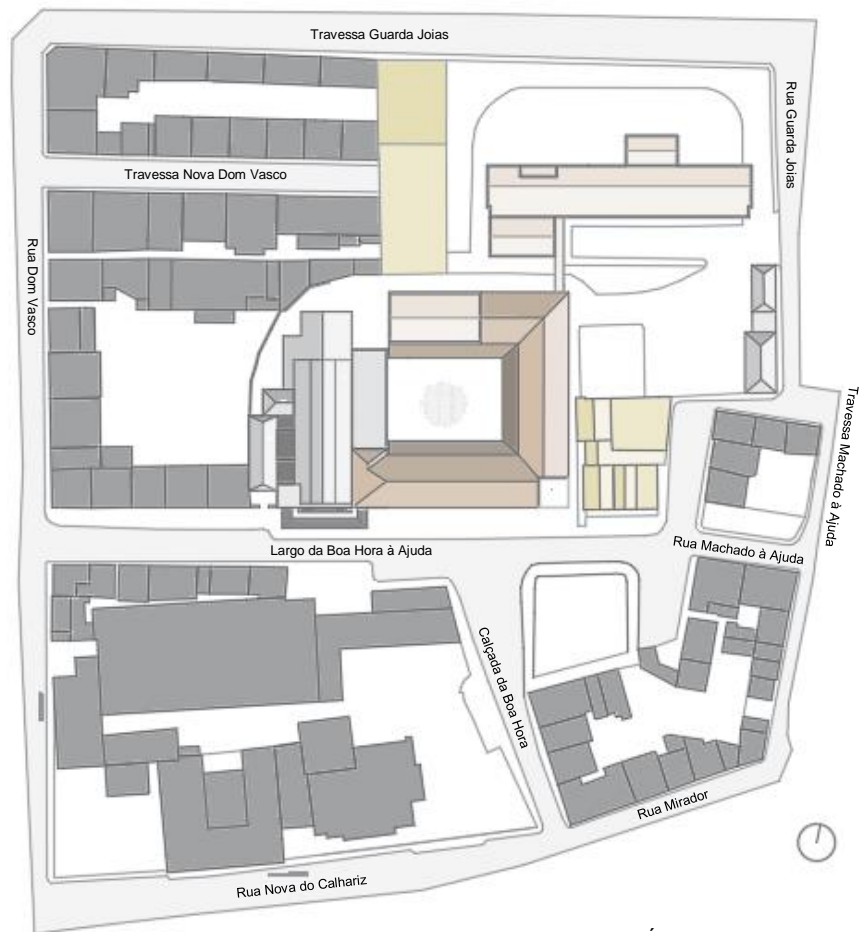
“A reabilitação acaba por ser um dos temas que mais motiva o arquitecto, na exacta medida em que põe em confronto tempos diferentes e gera resultados de enorme qualidade na medida em que conseguimos transportar o lastro da história para o momento presente.”

Gabinete de Arquitectura, *Utopia* (2019, [site](#))

- 4.1 Proposta da Área de Intervenção
- 4.2 Programa do Projeto
- 4.3 Projeto - Descrição e Justificação

4.1 PROPOSTA DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área a intervir abrange parte do Largo da Boa-Hora à Ajuda, bem como o troço poente da Rua Machado à Ajuda até ao cruzamento com a Travessa Machado à Ajuda e o cruzamento com a Rua Nova do Calhariz e a Rua do Mirador. Abrange ainda, a norte, a Travessa Guarda Joias, que cruza com a Rua Guarda Joias, a poente, e com a Rua Dom Vasco, a nascente.



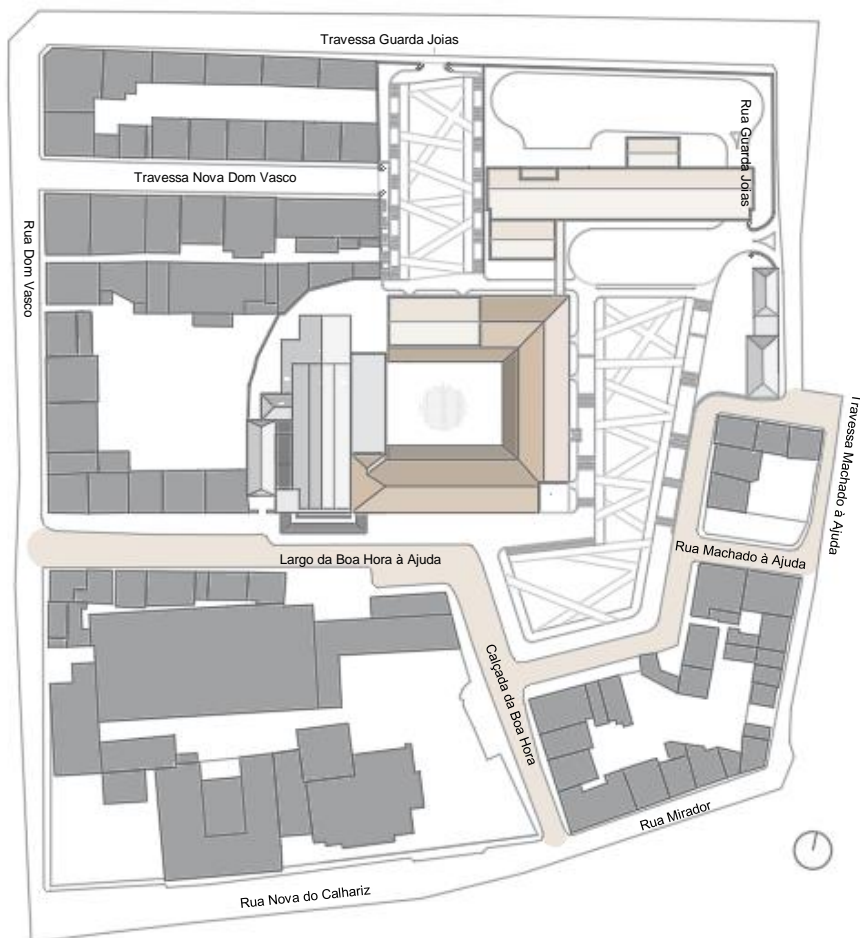
Área de intervenção
Figura 11

● Edifícios envolventes ● Edifícios demolidos ● Edifícios a intervir

É possível verificar a demolição de dois conjuntos de edificado. Acima trata-se de um pavilhão devoluto e a poente do Antigo Convento, um conjunto de casas habitacionais devolutas.

Após a demolição das referidas construções, sentiu-se a necessidade de agrupar, à área onde se insere o Antigo Convento, o pequeno parque que se encontra ladeado pelo Largo da Boa Hora à Ajuda e pela Calçada da Boa Hora à Ajuda.

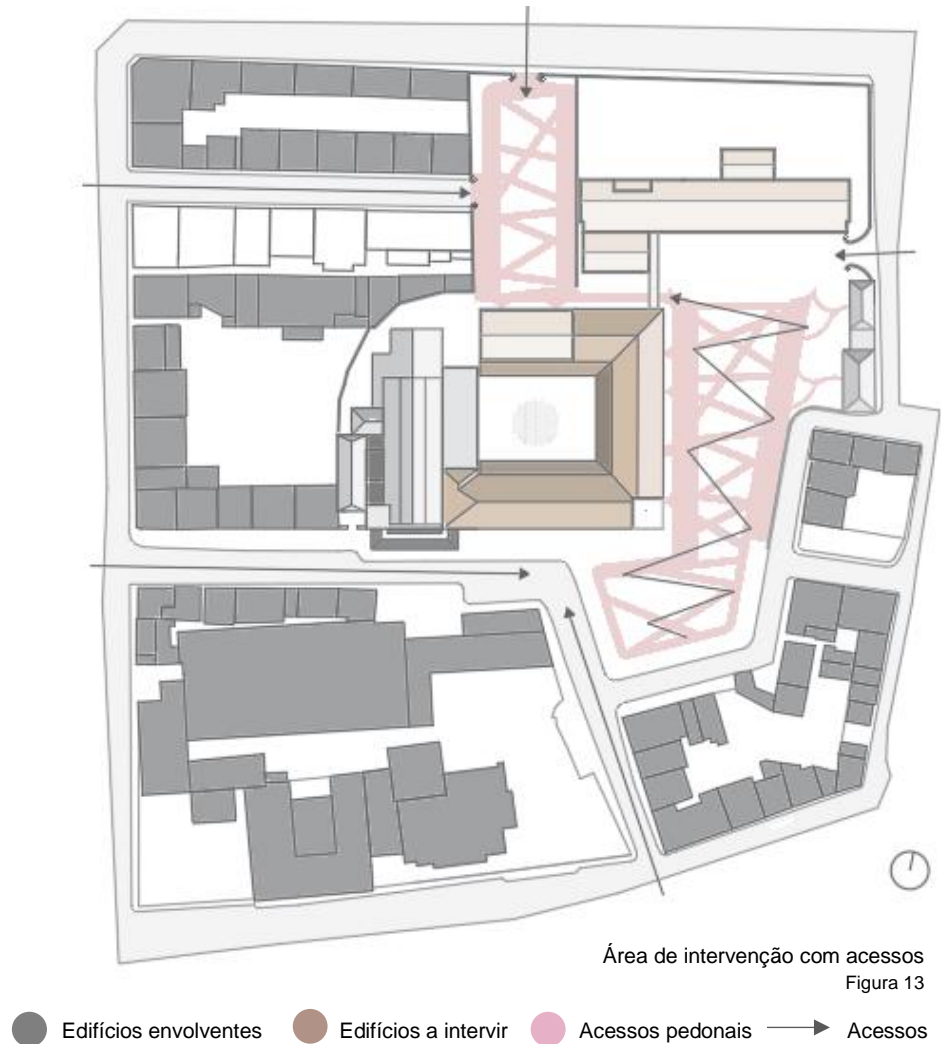
Assim sendo, projetou-se a interrupção do Largo da Boa Hora até à Rua Machado à Ajuda e prolongou-se a mesma, com um pequeno desvio que resultou no ajuntamento que se pode comprovar com a figura.



Área de intervenção com a nova via
Figura 12

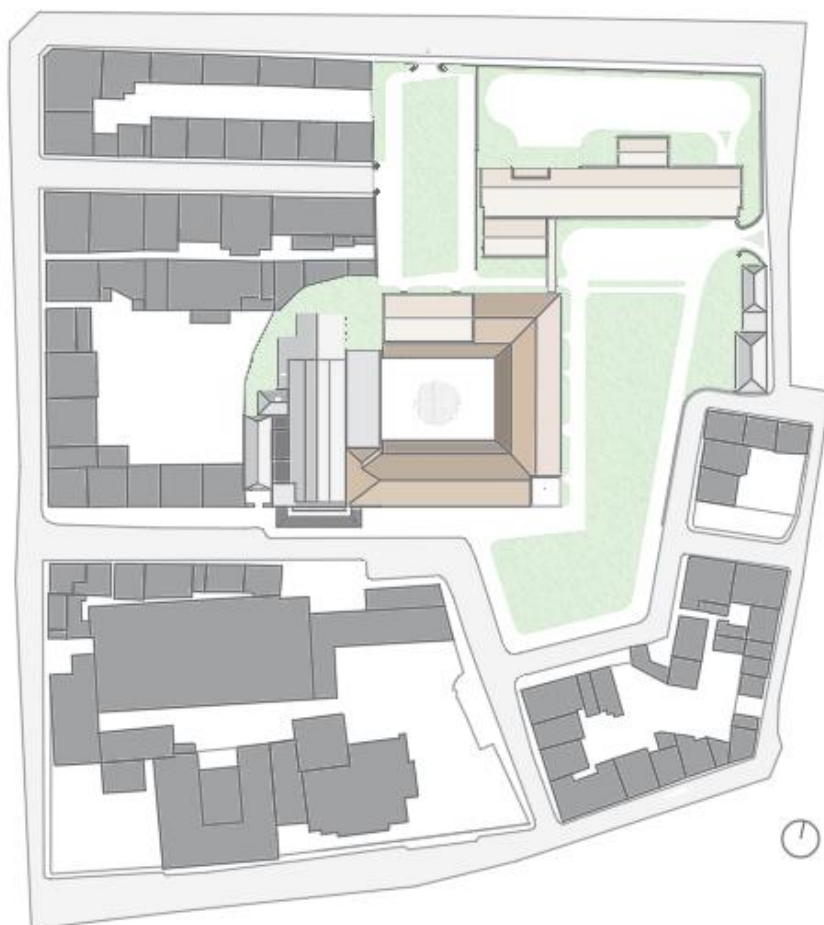
-
 Edifícios envolventes
 Nova via
 Edifícios a intervir

Na nova área definida, é imperativo ter em conta os acessos pedonais que encaminham os utilizadores para as entradas dos edifícios incorporados.



O tom rosa representa todos os acessos pedonais compostos de escadas e rampas para as pessoas de mobilidade reduzida. As setas ilustram os acessos gerais que apontam as entradas ao conjunto de edifícios e também a demonstram o caminho orgânico onde os utilizadores podem deambular.

Para embelezar os acessos pedonais foram, também, projetados espaços com elementos naturais.

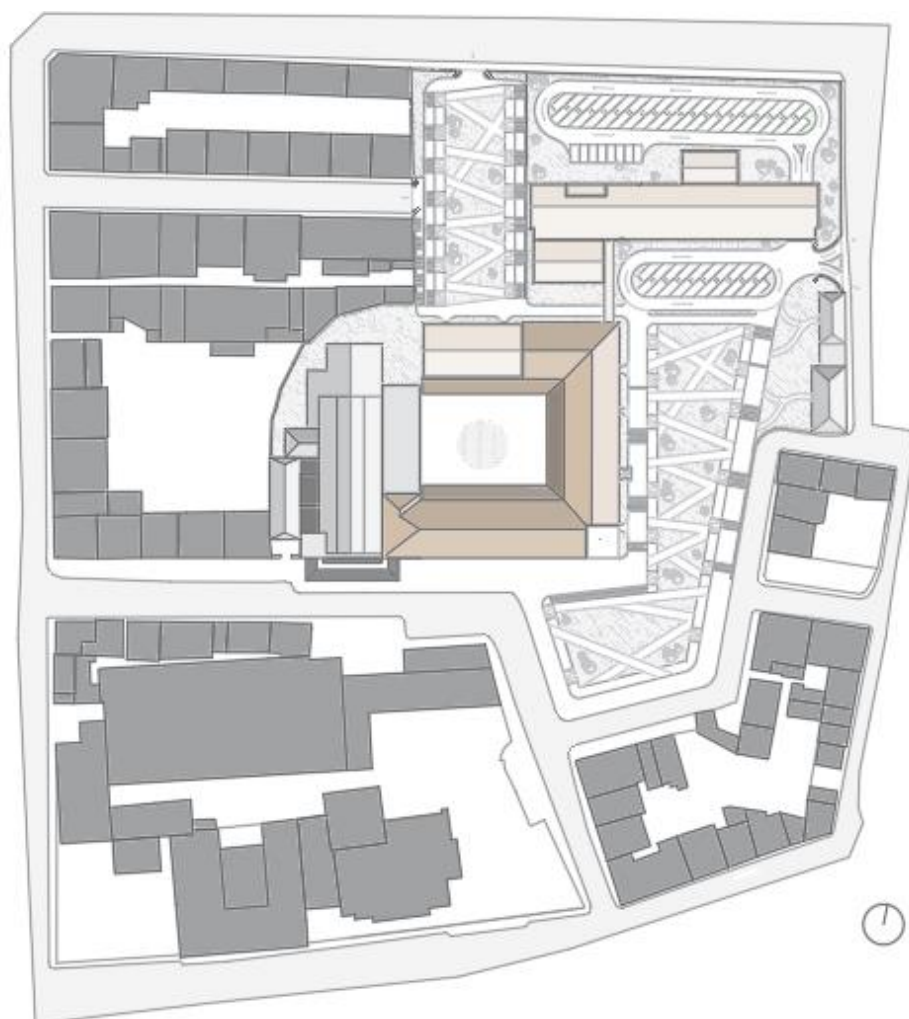


Área de intervenção com áreas verdes
Figura 14

● Edifícios envolventes ● Edifícios a intervir ● Áreas verdes

Acompanhando as áreas verdes, foram desenhadas, junto dos acessos verticais pequenas cascatas de água. Estes elementos incutem ao local um caráter de frescura e leveza que é tão importante para os utilizadores do projeto que chegam tão afetados psicologicamente.

Posteriormente, pela lacuna apresentada pela freguesia da Ajuda, foram planeadas áreas de estacionamento para os utilizadores dos dois edifícios, de forma a combater a congestação de veículos nas vias.



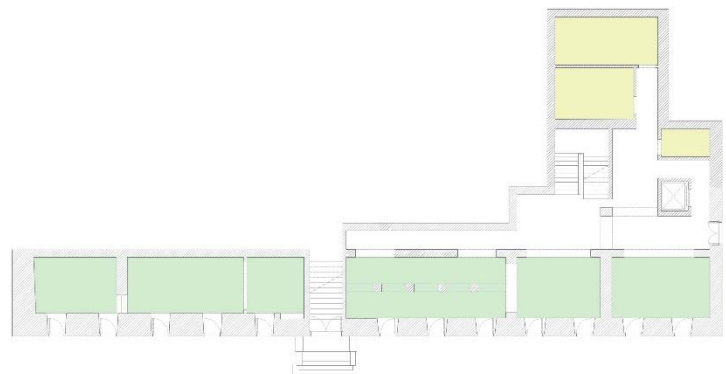
Proposta da área de intervenção
Figura 15

Assim, com todas as componentes essenciais organizadas para um bom funcionamento urbanístico, se define o projeto urbano da área a intervir.

4.2 PROGRAMA DO PROJETO

O projeto determinará apoio ao acolhimento, acompanhamento e integração, primeiramente de refugiados na cidade de Lisboa, em três fases distintas. Contudo, também o acolhimento, acompanhamento e integração de pessoas nacionais desfavorecidas é uma componente que não está excluída do programa.

Nestas fases irá ter-se em conta aspetos como acesso à habitação, acesso à saúde, acesso à educação e aprendizagem do português, acesso a alimentação e vestuário, acesso a formação e validação de competências, acesso ao mercado de trabalho e por fim, englobando todos os aspetos, participação e vida em comunidade.



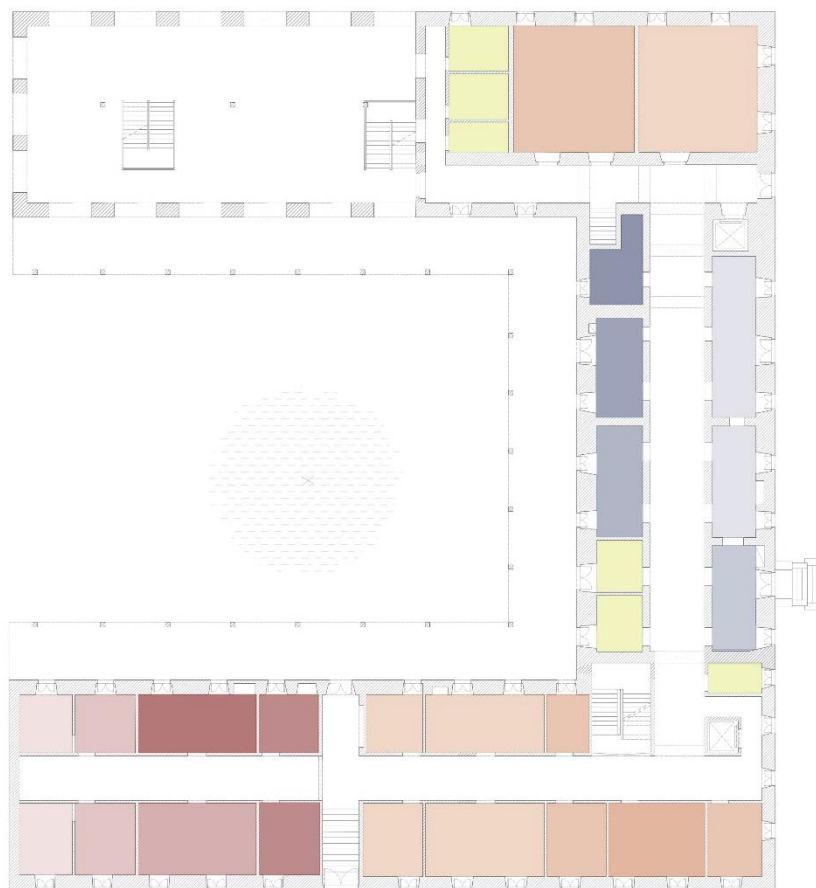
Edifício do Antigo Convento - Planta do piso 0

Figura 16

○ Acessos Interiores ● Instalações Sanitárias ● Comércio

Na primeira fase, de acolhimento, é importante ter uma área de receção e acompanhamento simultâneos, com a gestão de um processo de conhecimento. Áreas destinadas a registo e emissão/regularização de documentação, prestação de cuidados primários, tais como: acompanhamento social e psicológico individualizado, acompanhamento médico, reagrupamento familiar e espaços de socialização, são necessárias numa primeira abordagem.

No piso 1 do Antigo Convento, além dos aspetos mencionados na primeira fase, estão incluídas, também, áreas restritas a funcionários e algumas zonas de carácter educacional, formativo e demonstrativo com algumas atividades de conteúdo cultural.



Edifício do Antigo Convento - Planta do piso 1
Figura 17

- Acessos Interiores ● Instalações Sanitárias ● Áreas Técnicas
- Área Restrita a funcionários ● Áreas Educacionais, Formativas e Demonstrativas

Também como foco primordial são os serviços e infraestruturas de alojamento temporário. Na segunda fase de acompanhamento é essencial que se projetem áreas de habitação (tipologias de quartos), de saúde (acompanhamento de clínica geral /consultas especializadas /apoio psicológico), de educação individual (como salas de estudo, oficinas) e de fornecimento alimentar.



Edifício do Antigo Convento agregado ao Hospital Militar
Figura 18

No último piso do Antigo Convento, foram desenhadas áreas destinadas ao desporto e áreas de convívio e descompressão, para promover atividades de conteúdo artístico, físico e psíquico.

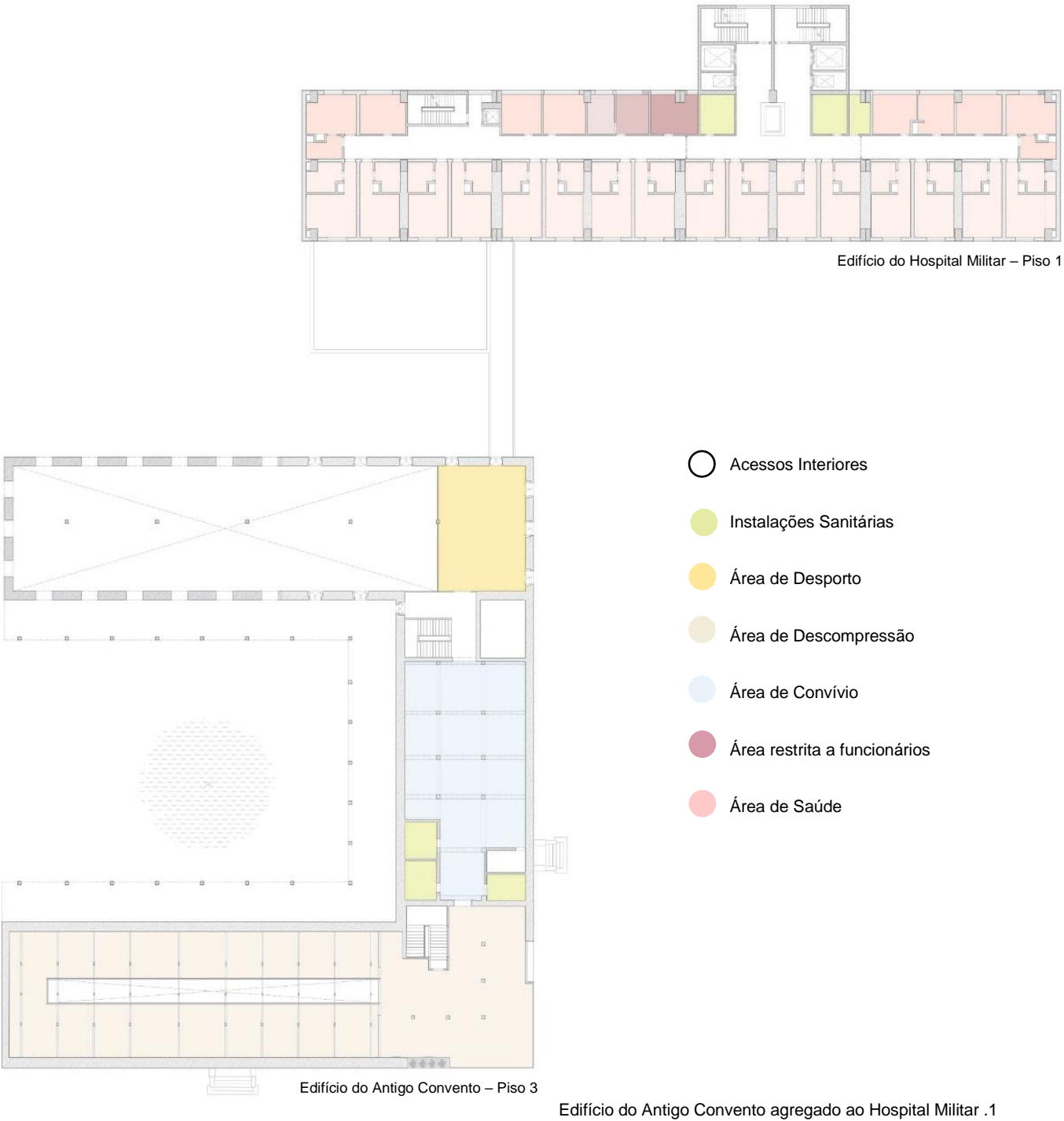


Figura 19

A terceira fase destina-se à autonomia dos moradores. Para esta fase foram projetadas residências assistidas para os usuários que já se consideram independentes. Nesta etapa, a integração no acesso ao mercado livre, nos agrupamentos de centros de saúde, ensino, modelos de formação e a inclusão no acesso ao mercado de trabalho já estarão colmatadas, a par com a validação de competências (inclusão no mundo do trabalho).



4.1 PROJETO - DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO

A grande área de construção do Antigo Convento da Boa Hora, com aproximadamente 6000 m², permite a aplicação do programa acima referido.

Nesta área, sentiu-se a necessidade de demolir uma das partes do edifício, tendo em conta a instabilidade causada pelas intervenções militares na ala Norte. Por conseguinte, foi projetado um novo volume associado a um caráter contemporâneo, mas sem suprimir a memória de uma pré-existência conventual.

O Hospital Militar agregado ao Antigo Convento foi construído de raiz na mesma época da intervenção dos militares na ala Norte. Como o nome indica, tratava-se de um hospital que respondia às necessidades de saúde dos utilizadores. Desta forma, seria interessante manter este corpo, aproveitando a mesma finalidade e atribuindo-lhe, também, outros aspetos importantes para uma resposta eficaz às carências do Antigo Convento.

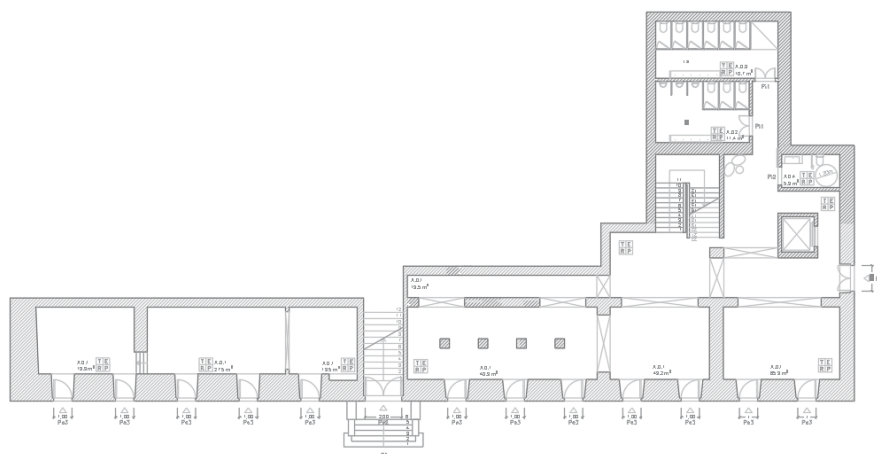
Para uma melhor compreensão do projeto, é imprescindível uma breve descrição justificativa da reabilitação dos espaços desenvolvidos em ambos os corpos desenhados.



Planta da Área de Intervenção do Antigo Convento da Boa Hora agregado ao Hospital Militar
Imagem 16

Tendo em conta que o convento pretende acolher funções de carácter público e privado, existe uma lógica na distribuição de espaços que pretende enquadrar no piso térreo e no primeiro piso a maioria das áreas de acesso geral, e à medida que se sobe de piso, áreas de acesso mais restrito. Existem três núcleos de circulações verticais, um público e outro privado, de acesso restrito apenas aos funcionários, permitindo assim a separação dos espaços.

No piso térreo do Antigo Convento, foram definidos espaços públicos de comércio como forma de integração entre a comunidade vizinha e os novos utilizadores que vão chegando. Ainda neste piso, foram projetadas instalações sanitárias (masculinas, femininas e de mobilidade reduzida) e um novo conjunto de escadas na projeção dos núcleos dos pisos superiores, bem como um elevador, a pensar nos utilizadores com dificuldades de mobilidade.



Planta do Antigo Convento – Piso térreo
Figura 21

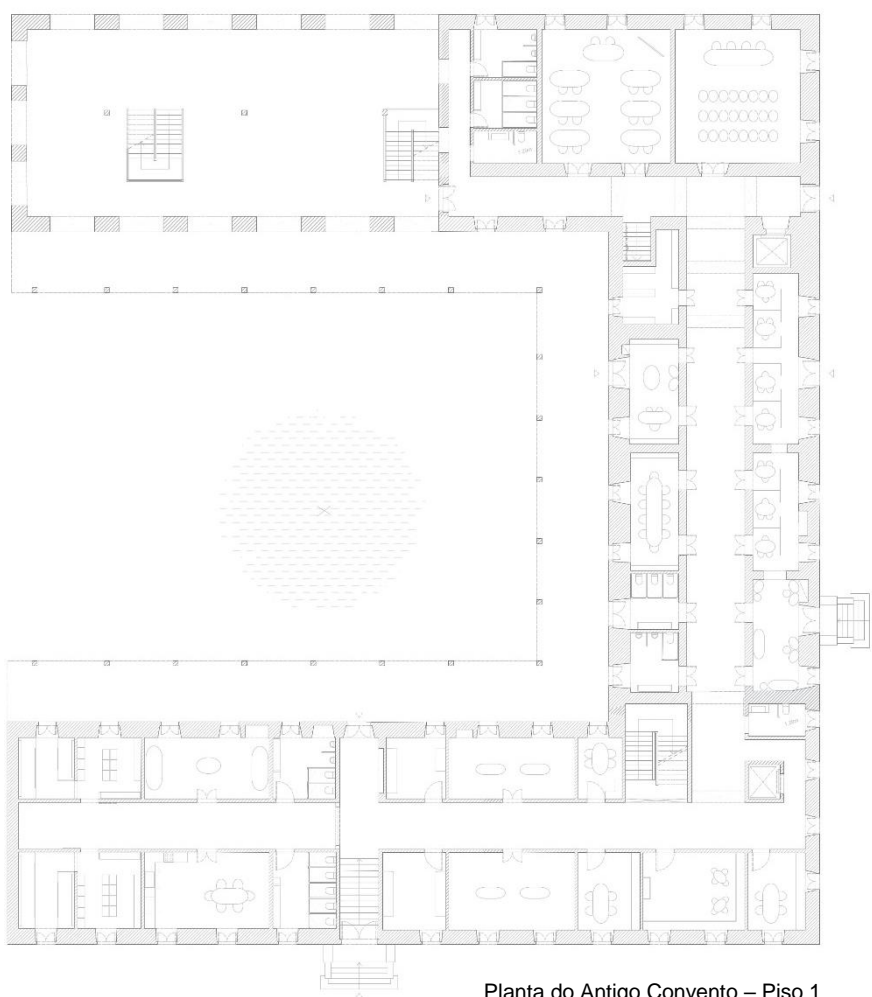
Acima deste patamar, encontra-se o piso 1, ainda do Antigo Convento, que foi destinado para as áreas técnicas, compostas de sala de espera, gabinetes técnicos, gabinete de direção, sala de reuniões e arquivo, para o tratamento de burocracias. Foram projetadas, também, uma sala de palestras, uma sala de formação, salas de apoio ao estudo, uma área para crianças e um conjunto de espaços destinados a uma área museológica. O intuito do museu é apresentar lementos culturais e alguns símbolos que marcam o percurso dos Refugiados.

Por questões de higiene e de regulamentação foram também desenhadas instalações sanitárias junto das áreas técnicas, e da sala de formação.

Na Ala Sul do edifício, foram definidos espaços, de acesso restrito (pela escada exterior da Ala Sul), para funcionários. Aqui, foram incluídos espaços

de balneário e vestiário, sala do pessoal com copa, zona de descanso e por fim, instalações sanitárias.

O piso térreo do novo edifício, agregado ao Antigo Convento, foi projetado amplamente para um espaço polivalente, onde se podem fazer atividades ao ar livre, como exposições, lançamentos de peças, mini concertos, jogos, entre outras. Nesta área foram desenhados dois blocos de escadas que dão acesso ao piso parcial seguinte. As escadas foram delineadas com degraus independentes, assentes em dois tubos de aço nas extremidades, oferecendo um toque contemporâneo ao espaço.



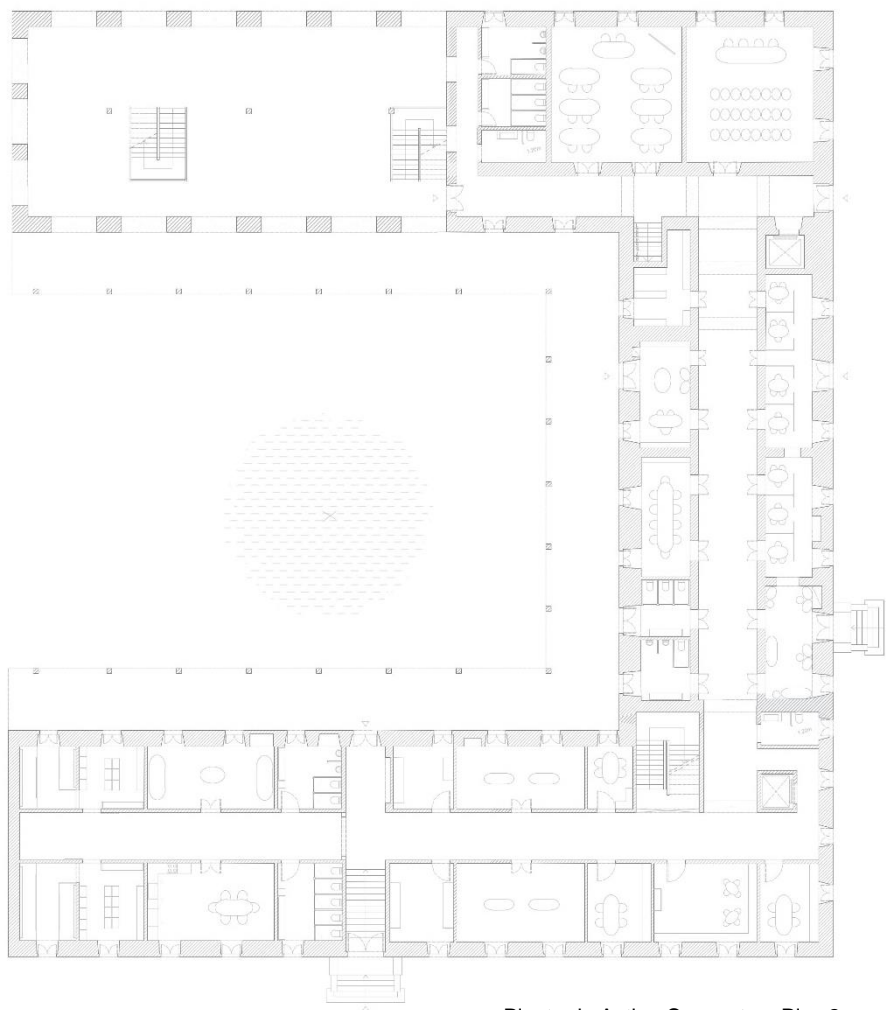
Planta do Antigo Convento – Piso 1
Figura 22

Neste piso, o projeto respeitou alguns elementos com base na Teoria do Valor como os azulejos, da escadaria da ala Sul, o pavimento em xadrez de mosaico hidráulico, todos os arcos e a representação da luz na ala Norte.

O piso seguinte, piso 2, foi destinado para habitação temporária, composta por três tipologias de quartos. A tipologia 1 corresponde a quartos duplos com duas camas individuais, a tipologia 2 a quartos duplos com cama de casal e a tipologia 3 a quartos quádruplos com quatro camas individuais. Foi projetada, também, uma pequena copa junto dos quartos, para quando os utilizadores sentem necessidade de tomar algo em horários externos ao do funcionamento da cantina.

Além dos elementos referidos foram também pensadas áreas de lavandaria com máquinas, depósito de roupa limpa e arrecadação de produtos.

Junto dos quartos, pode verificar-se também uma sala de trabalho, agregada ao novo edifício. Neste patamar o edifício polivalente, desenha uma *mezzanine* como área de leitura, uma pequena biblioteca, com estantes acolhedoras que permitem ao utilizador perder-se no mundo dos livros. A *mezzanine* apresenta caminhos em pavimento de vidro que se direccionam aos vãos do edifício, de modo a oferecerem luz natural ao piso inferior.



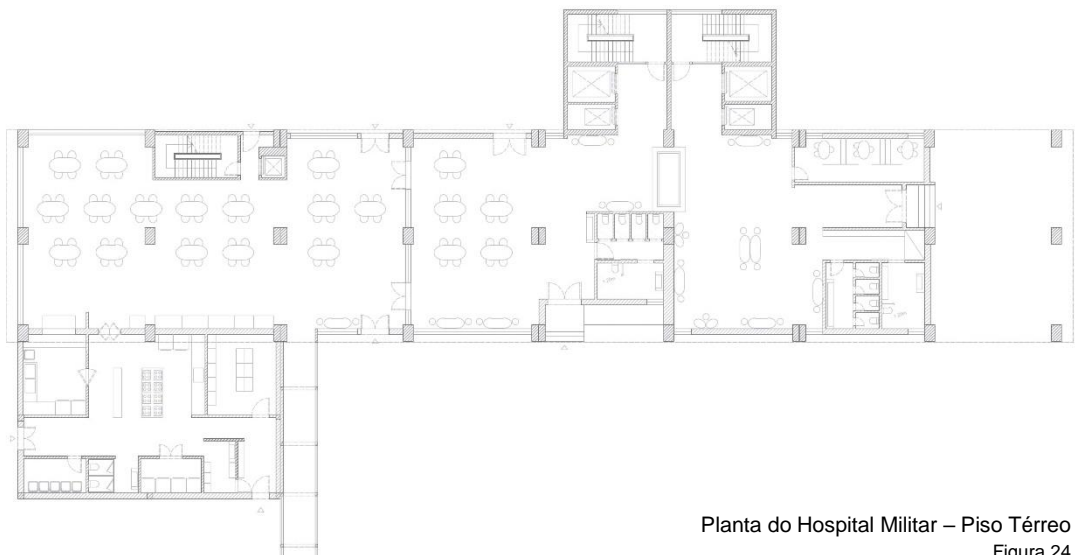
Planta do Antigo Convento – Piso 2
Figura 23

É neste piso que a agregação ao Hospital Militar acontece, por meio de um corredor com vidraças.

No piso térreo do Hospital, foram desenhados os espaços da cantina, englobando cozinha (zona de preparação, confeção, copa suja, dispensa, compartimento do lixo, instalações sanitárias com balneário e vestiário para os funcionários) e sala de refeição. Ao lado da sala de refeição foram projetadas instalações sanitárias que respondem às necessidades dos utilizadores que não só se encontram na sala de refeições como aos que se encontram na área de receção.

Do outro lado da receção comum, o desenho apresenta uma zona de espera e de gabinetes terapêuticos e psicológicos que inclui também instalações sanitárias.

A nível de acessos verticais, os acessos a nascente alimentam os pisos residenciais e o acesso a poente alimentam o piso destinado à saúde.



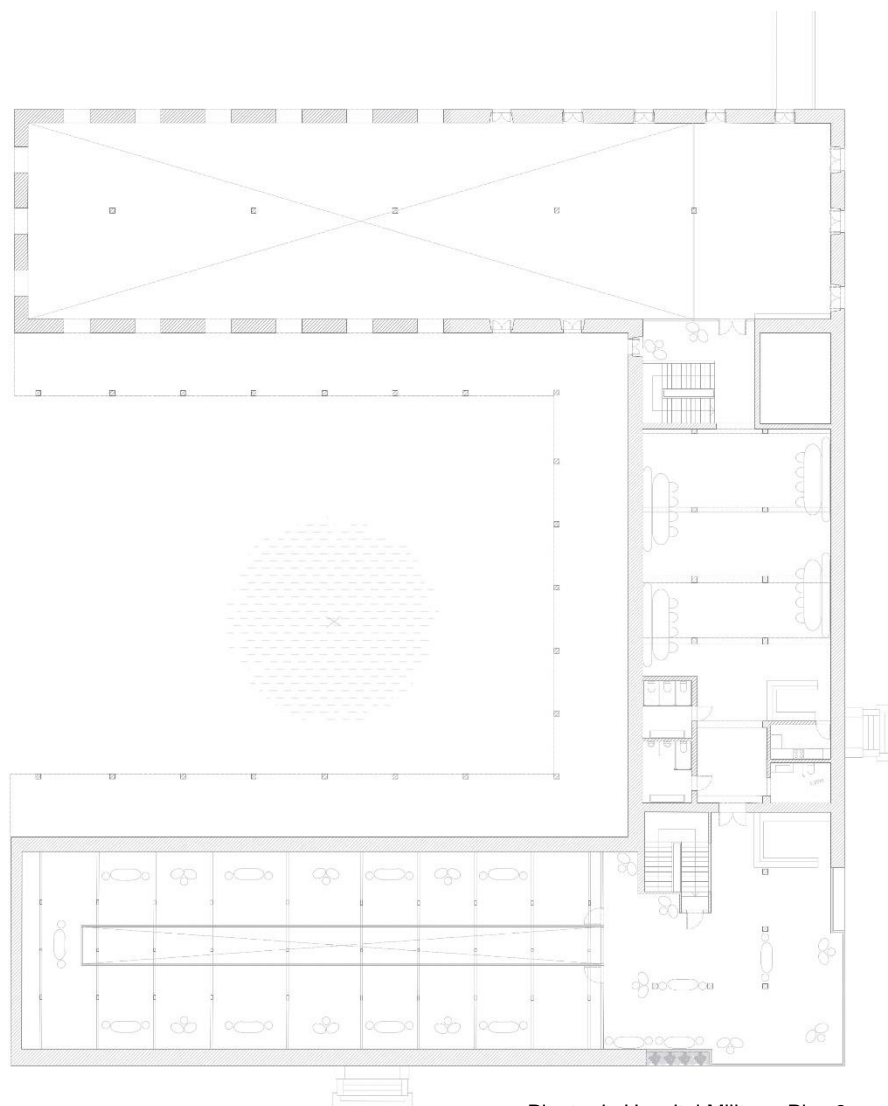
Planta do Hospital Militar – Piso Térreo
Figura 24

O último piso do Antigo Convento oferece aos utilizadores áreas de convívio e descompressão para promover a integração dos mesmos com a comunidade vizinha e a sociedade em geral.

O pavimento da ala Norte do piso foi parcialmente demolido, de maneira a que exista contacto visual com a decadência de pisos. Tendo em conta que o piso anterior, nessa ala, é de duplo pé direito. O piso desenha um pequeno estúdio, onde se pode praticar várias atividades, como dança, yoga, entre outras.

A ala Poente desenha uma cafetaria, tipo *Bistrô*, associada a uma pequena copa e a instalações sanitárias.

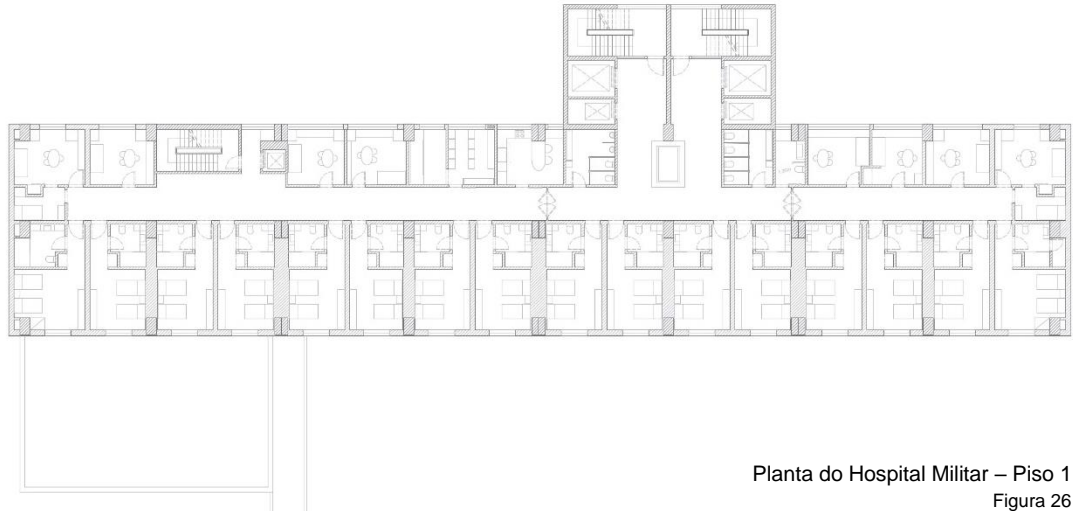
Na ala Sul, junto das asnas, desenhou-se um espaço de leitura com alguns elementos de descanso. Nesta ala, a cobertura apresenta um rasgo, para oferecer aos usuários um pequeno miradouro com vista para a cidade de Lisboa e para o rio Tejo.



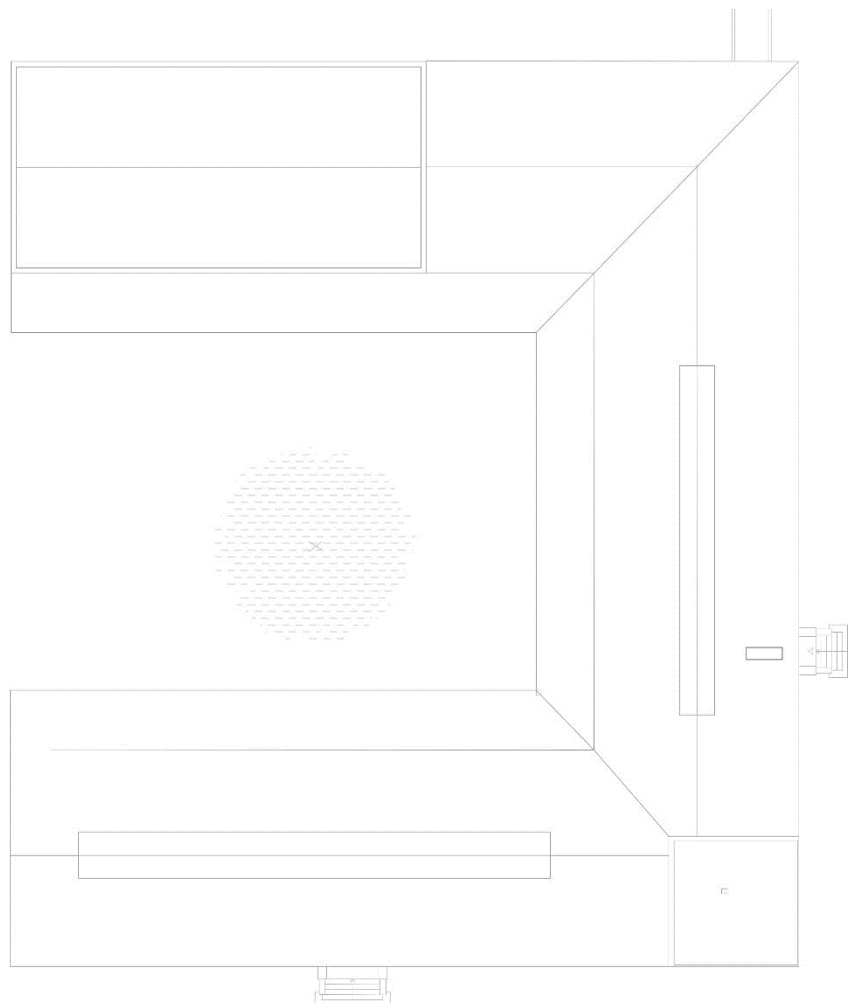
Planta do Hospital Militar – Piso 3
Figura 25

No primeiro piso do Hospital, foram desenhados os espaços que respondem às necessidades de saúde dos utilizadores, cuidados clínicos. Foram definidas enfermarias com duas camas cada e instalação sanitária. Do lado oposto, apresentam-se gabinetes médicos e nas extremidades do piso os dois desses gabinetes incluem uma área de descanso.

A acompanhar os gabinetes médicos, projetaram-se também áreas para os funcionários (vestiário e balneário e uma pequena copa) e instalações sanitárias (masculinas, femininas e de mobilidade reduzida).



Planta do Hospital Militar – Piso 1
Figura 26



Planta do Antigo Convento – Cobertura
Figura 27

Na cobertura do Antigo Convento foram incluídas claraboias, de modo a oferecerem luz natural ao espaço. Na figura é possível verificar-se o miradouro que acima foi referido

O segundo e terceiro pisos do Hospital, foram destinados à habitação residencial permanente.

Foram desenhadas residências com o intuito de alojar os utilizadores que precedentemente vivenciaram a habitação temporária do Antigo Convento.

As residências projetadas representam três tipologias. A tipologia 1 para um utilizador, a tipologia 2 para casal e a tipologia três para dois utilizadores.

Estes pisos foram pensados para quando os utilizadores se sentissem autónomos e independentes, com alguma estruturação.

Em ambos os pisos, foram projetados espaços de encontro e pequenas zonas de arrumação.



Planta do Hospital Militar – Piso 2
Figura 28



Planta do Hospital Militar – Piso 3
Figura 29

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quando as pessoas têm de permanecer em habitats transitórios em situações de emergência, ao reviverem as experiências quotidianas geram processos traumáticos que restringem o seu modo de viver, o seu habitar.”

Bedoya, Habitat transitório y vivienda para emergências (2004, p.156)

Os projetos de reabilitação dos antigos edifícios introduzem transformações nas cidades e determinam não só a qualidade de vida dos seus habitantes e do espaço urbano onde se inserem, mas também a continuidade dos elementos construídos, que constituem um elemento valioso para a sociedade.

Enquanto alguns edifícios ou conjuntos de edifícios de pequena dimensão, situados no interior do tecido urbano, são reabilitados e neles são introduzidas novas funções adequadas às necessidades locais, outros, dada a sua localização e as suas grandes dimensões, aliadas à falta de reconhecimento do seu valor e à inexistência de legislação de proteção, são frequentemente demolidos para a construção de novas estruturas que respondam diretamente ao interesse dos investidores.

É importante também conhecer não apenas os princípios de reconversão das construções antigas, especialmente as que são consideradas edifícios históricos, mas também as diferentes fases de um processo de reabilitação, os bons exemplos e as vantagens da reabilitação destas obras para melhor entender a sua necessidade e melhor definir as estratégias de intervenção.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Margarida Manso (2017) - O Papel da Arquitectura na Pós-Catástrofe: Estudo para um Alojamento Temporário. Faculdade de Arquitectura, Lisboa.
- BEDOYA, F. (2004) - Habitat transitório y vivienda para emergências. Universida Colegio Mayor de Cundinamarca, Bogotá.
- BRANCO, Rui Cerdeira (2015) - Refugiados. Intituto Pdre António Vieira, Lisboa. Nº1, 22-23.
- CALADO, Pedro (2018) - Refugiados em Portugal. Intituto Pdre António Vieira, Lisboa. Nº2, 3-4.
- DAVIS, Ian (1980) - Arquitectura de Emergência. Editorial Gustavo Gil, Barcelona.
- DE VENEZA, (1964) Carta. Carta de Veneza 1964 - Carta Internacional Sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. *Cadernos de Sociomuseologia*, [S.l.], Vol.15, Nº15, Junho de 2009. ISSN: 1646-3714.
- EDWARDS, Adrian (2015) - Refugiados. Intituto Pdre António Vieira, Lisboa. Nº1, 10-11.
- FREITAG, Michel (Setembro de 2007) - Arquitectura e Sociedade. Editorial Dom Quixote, Lisboa. ISBN: 9789722027465.
- LOPES, Margarida Santos (2015) - Refugiados. Intituto Pdre António Vieira, Lisboa. Nº1, 16-17.
- LUSO, Eduarda, LOURENÇO, Paulo B., & ALMEIDA, Manuela (2004) - Restauro. Universidade do Minho, Braga. Nº20, 31-44.
- MAESTRI, Diego & DOCCI, Mario (2005) - Manuale di rilevamento architettonico e urbano. 8ª edição. Editori Laterza, Roma.
- MATEUS, Luís (2009) - Conservação Restauro Reabilitação. Princípios E Métodos De Levantamento. Faculdade de Arquitectura, Lisboa. Livro digital
- NOIVO, Diogo (2015) - Refugiados. Intituto Pdre António Vieira, Lisboa. Nº1, 20-21.
- NORBERG, Schulz Christian (1986) - Genius Loci: paesaggio, ambiente, architettura, Trad. Anna Maria Norberg-Schulz Electa, Milan.

- RIBEIRO, Cristovão Ferreira (2013) - Arquitectura de emergência: o habitat num cenário Pós-Catástrofe. Universidade Lusíada, Lisboa.
- ROGERS (2009) - Emergency Crises In Interventions. Loyola University Chicago, United States.
- SALDARRIAGA, Alberto Roa (2002) - La Arquitectura como Experiência. ESpcio, cuerpo y sensibilidad. Villegas Editores, Universidad Nacional, Bogotá.
- URBANO, Luís (Abril de 2007) - A propósito de Évora. Ideologia religiosa e arquitectura nos conventos femininos, Monumentos. Editora: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Faculdade de Arquitectura, Porto. Nº26, 38-45. ISSN: 0872-8747.
- UTOPIA, Gabinete de Arquitectura (2019) – Homepage. Consultado a 20 de Outubro de 2019 em: <https://www.utopia-projectos.com/licenciamento/reabilitacao/>
- VIEIRA, Padre António (2015) - Refugiados. Instituto Padre António Vieira, Lisboa. Nº1, 8-22.

7. BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, José & ROSA, Daniela (2016) - *O Futuro da Memória da Manutenção Militar. 2015-2016 Conservação, Restauro e Reabilitação*. Faculdade de Arquitetura, Lisboa. Livro digital.
- AGUIAR, José (2003) - *Cor e cidade histórica*. Faculdade de Arquitetura, Porto.
- BARRANHA, Helena (2016) - *Património Cultural, Conceitos e Critérios Fundamentais*, IST, Lisboa. Consultado a 13 de Maio em: https://www.academia.edu/30225795/Patrim%C3%B3nio_Cultural_conceitos_e_crit%C3%A9rios_fundamentais
- CARAPETO, Adriana Mafalda Quintino (2017) - *Refugiados, fronteiras e imagem: contributos a partir da etnografia visual*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- CHOAY, Françoise (2013) – *Alegoria do Património*. Trad. Teresa Castro. Edições 70. (Arte & Comunicação ; 71) Lisboa. ISBN 978-972-44-1274-0.
- CORREIA, Maria Antónia Carvalho (2017) - *Modos de habitar – habitação temporária*. Universidade Lusíada, Lisboa.
- DELGADO, Maria Joana Ferreira Cardoso Sardoeira (2008) - *A Requalificação Arquitectónica na Reabilitação de Edifícios. Critérios Exigências de Qualidade*. Faculdade de Arquitetura, Porto.
- FEIFFER, Cesare (2005) - *Il progetto di conservazione*. Milão: Franco Angeli Libri s.r.l., edição 1989. Editori Laterza, Roma.
- GONÇALVES, Bruno Manuel de Brito Pereira (2015) - *Arquitetura de emergência: O papel da arquitetura na resolução dos problemas pós-catástrofe*. Escola Superior Gallaecia, Vila Nova de Cerveira.
- JOKILEHTO, J. (1996) - *A History of Architectural Conservation*. York: The University of York,
- JUSTICIA, M., (1996) - *Antología de textos sobre restauración*, Ed. Universidade de Jaén, Jaén.

- LOPES, Flávio (1996) – *Património Arquitectónico e Arqueológico – Informar para Proteger: Cartas e Convenções Internacionais*. IPPAR, Lisboa.
- PAIVA, J, AGUIAR, J., & PINHO, A., (2006) - *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*. LNEC-INH, Lisboa.
- PLATÃO (380 a.c.) - *A República. Alegoria da Caverna* (Livro VII)
- SANTINHO, Maria Cristina (2011) - *Refugiados e Requerentes de Asilo em Portugal: Contornos Políticos no Campo da Saúde*. ISCTE, Lisboa.
- SCHULZ, Christian N. (1980). *Genius loci. Towards a phenomenology of architecture*. Academy Editions, Londres.
- SILVA, Catarina de Lurdes Marques Matos (2013) - *Arquitetura temporária de emergência*. Universidade Lusíada, Lisboa.
- WHO (2004) - *A Glossary of Terms for Community Health Care and Services for Older Persons*. World Health Organization, Kobe, Japan.
- <https://www.archdaily.com.br/br/600272/academia-de-musica-de-roubaix-slash-zig-zag-architecture>
- <https://www.archdaily.com.br/br/764384/casa-do-trovador-pitagoras-arquitectos>
- <https://www.designboom.com/architecture/c-plus-architects-university-beijing/>
- Convenção de Genebra de 1951 Disponível em: <http://www.cpr.pt/>
- IPPAR, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2006. Acedido a 13 de Abril em: <http://www.ippar.pt>
- DGEMN, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2006. Acedido a 13 de Abril em: <http://www.monumentos.pt>
- Convenção de Genebra de 1951 Disponível em: <http://www.cpr.pt/>

- A Crise dos Refugiados. Acedido a 24 de Maio em: <http://www.refugiados.pt/a-crise-dos-refugiados/>
- Os Refugiados em Portugal. Acedido a 24 de Maio em: <http://www.refugiados.pt/refugiadosempotugal/>
- Revista da Plataforma de Apoio a Refugiados - *Refugiados*. 2005. Acedido a 24 de Maio em: <https://issuu.com/ipav/docs/refugiados>
- Revista da Plataforma de Apoio a Refugiados - *Refugiados em Portugal*. 2018. Acedido a 24 de Maio em: https://issuu.com/ipav/docs/revista-online_vf

8. ANEXOS

ANEXOS

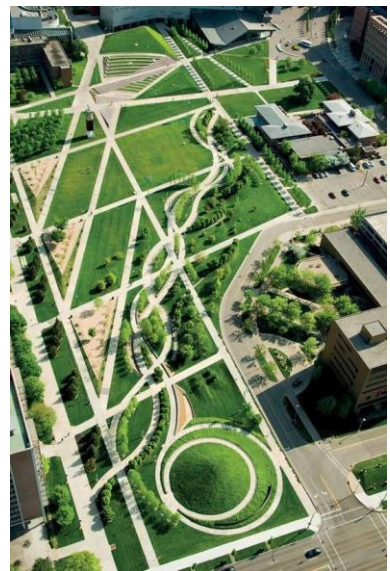
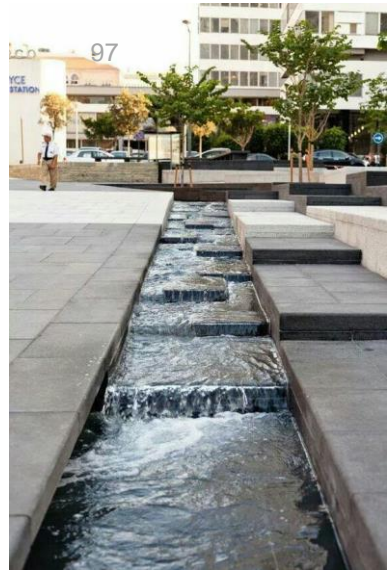
Anexo 1 – Inspirações

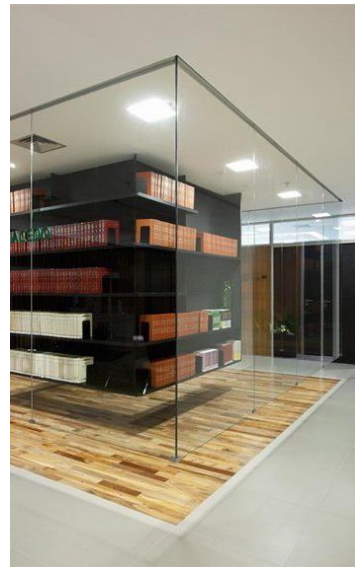
Anexo 2 – Levantamento fotográfico pessoal do local

Anexo 3 – Maquetes

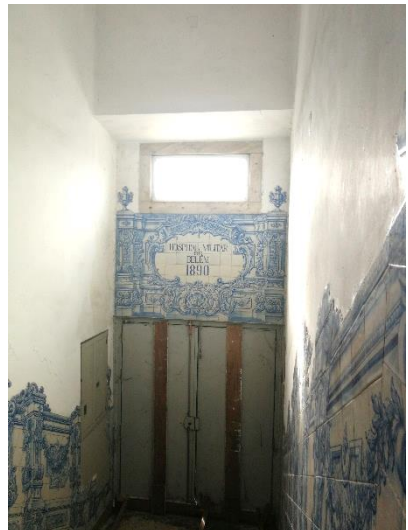
Anexo 4 – Painéis Finais

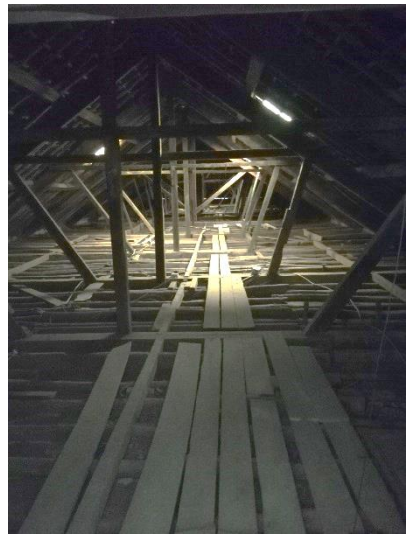
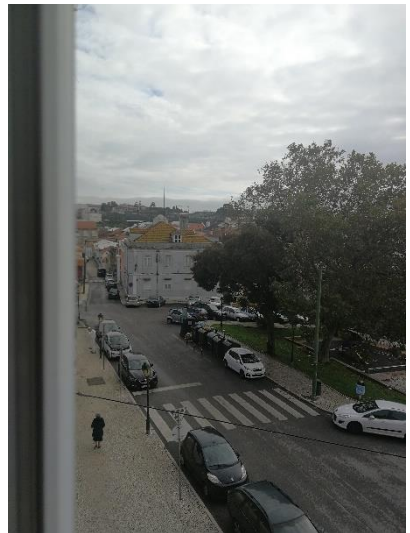
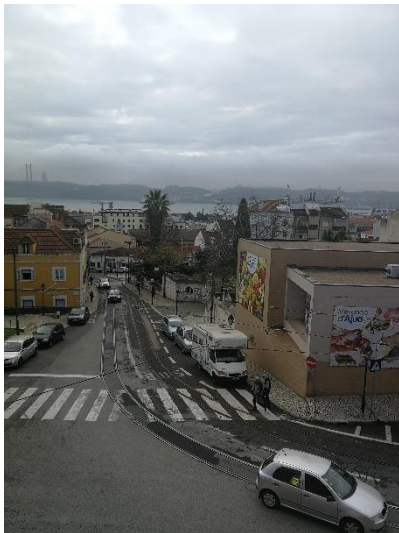
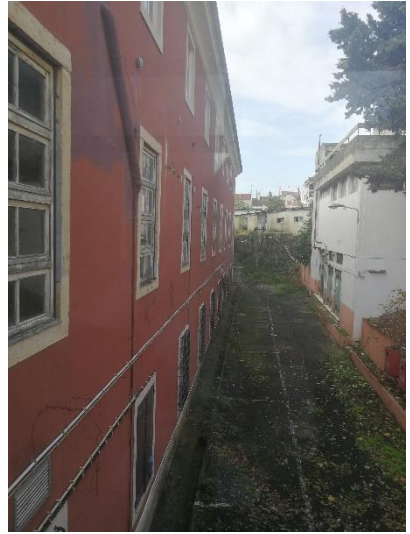
INSPIRAÇÕES





LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO PESSOAL DO LOCAL



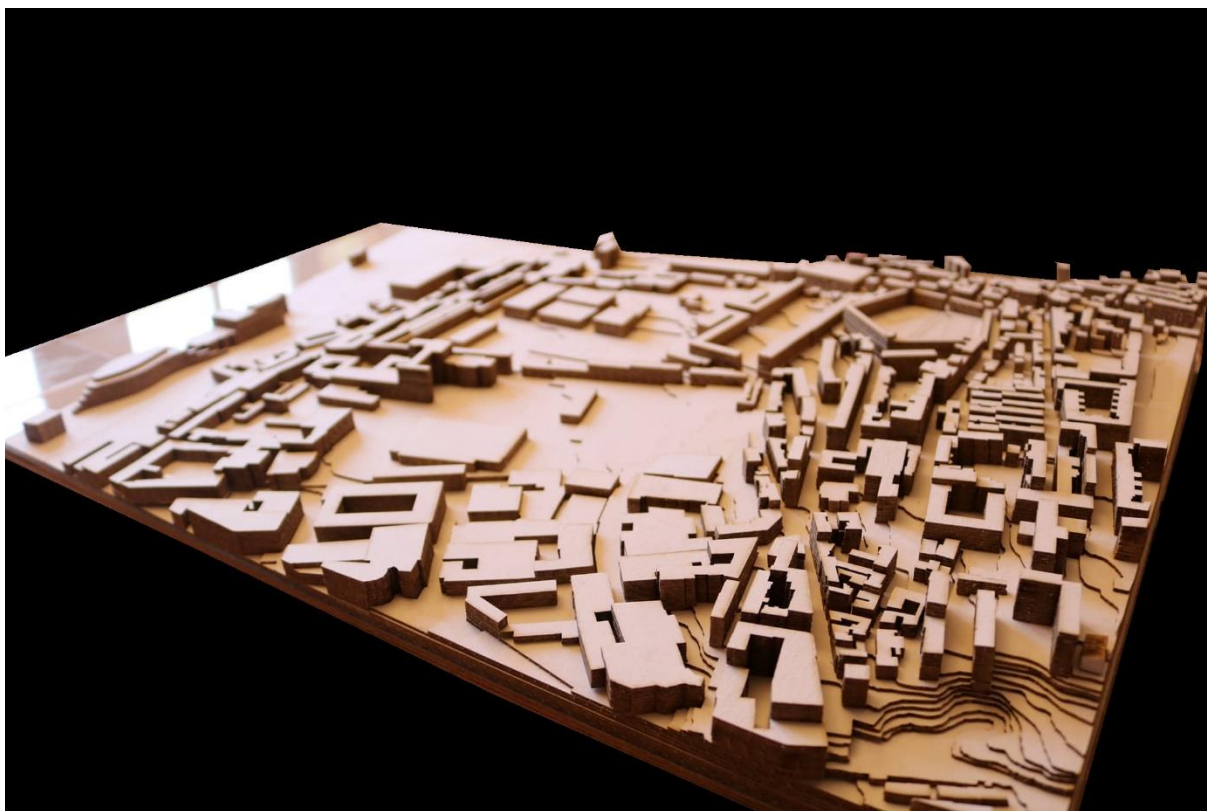




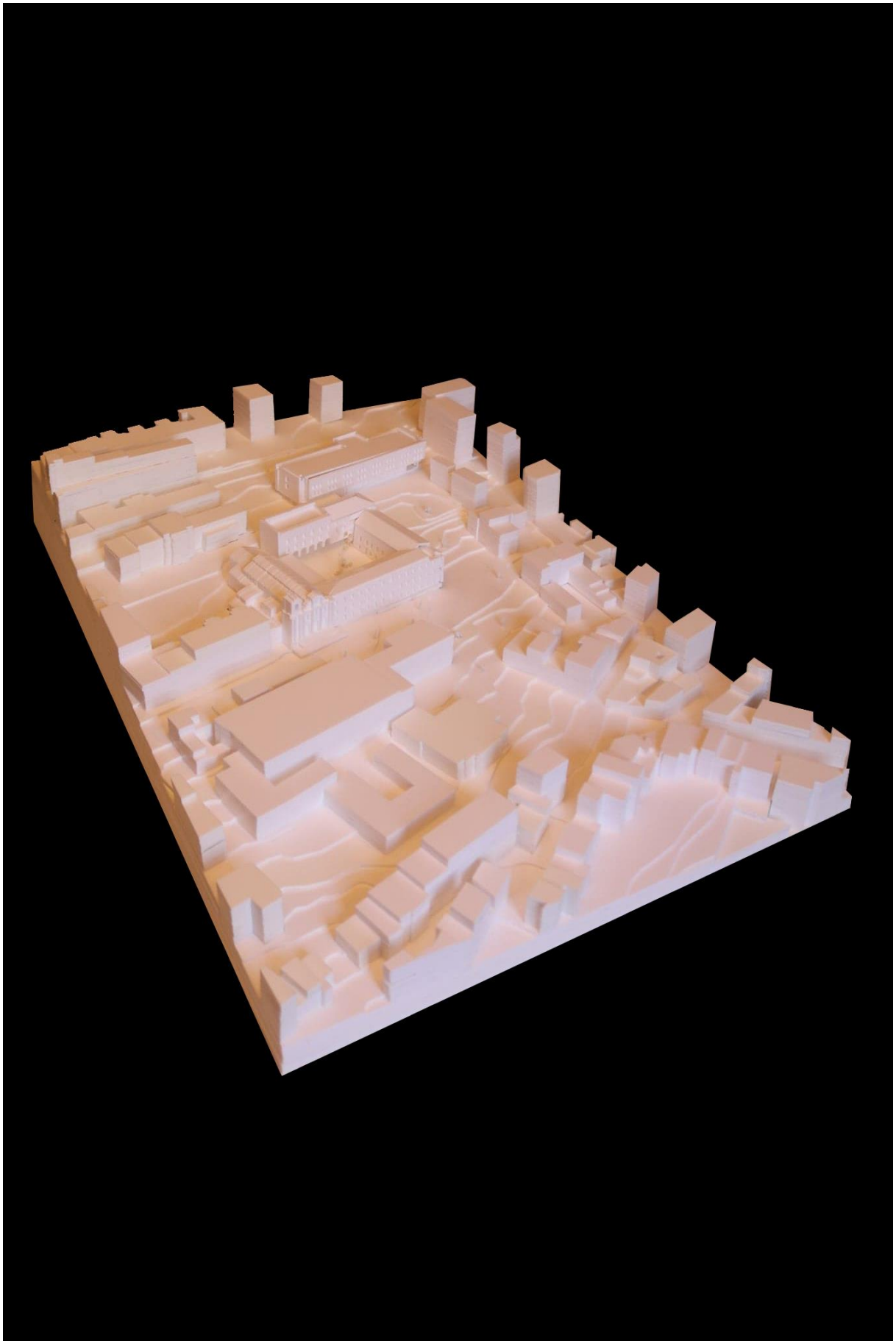
MAQUETES



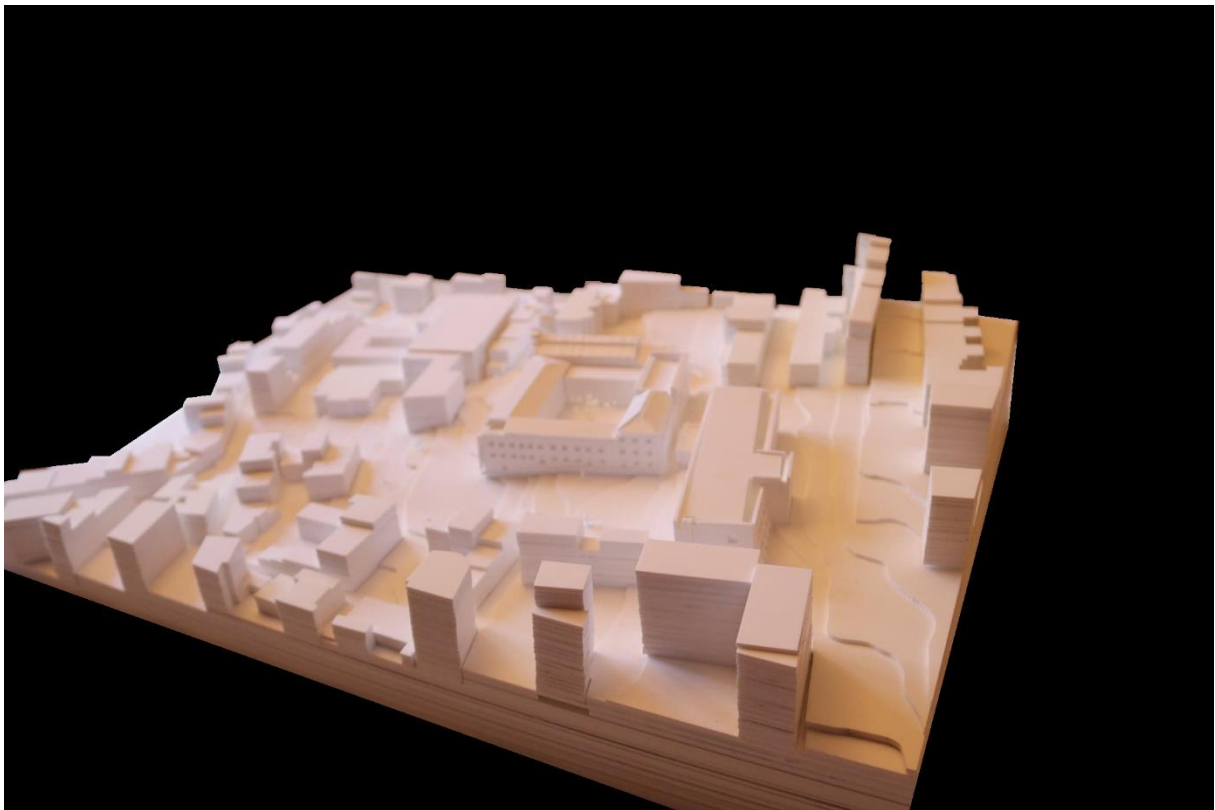
Maquete de Localização| Escala 1:2000
Elaborado pela autora



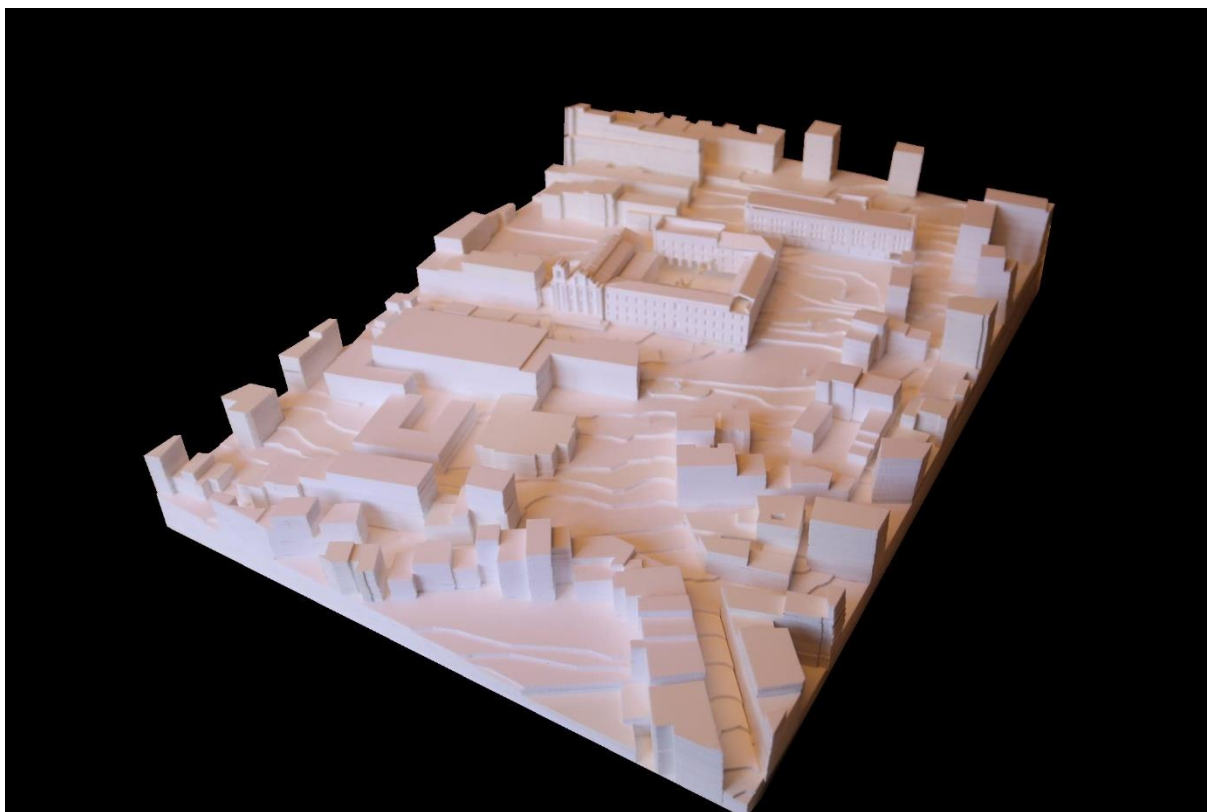
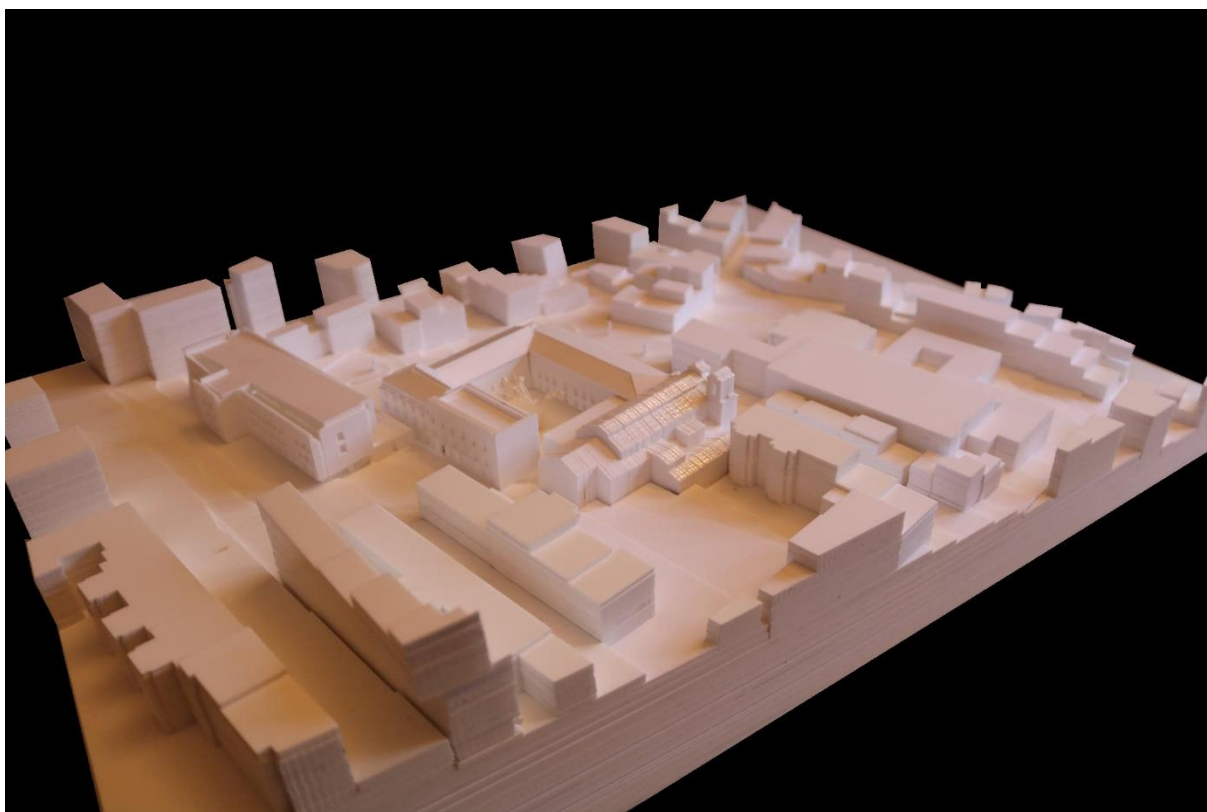
Maquete de Localização| Escala 1:2000
Elaborado pela autora



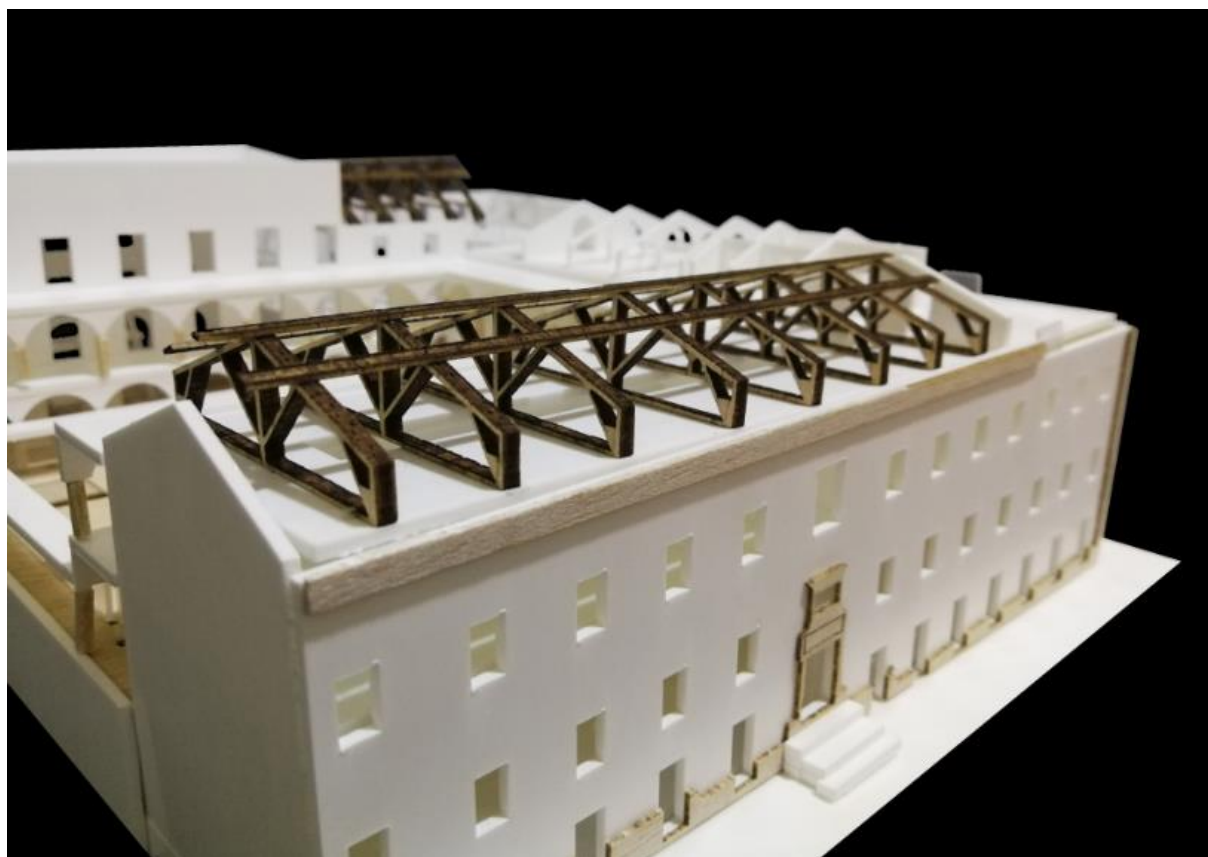
Maquete de Implantação | Escala 1:500
Elaborado pela autora



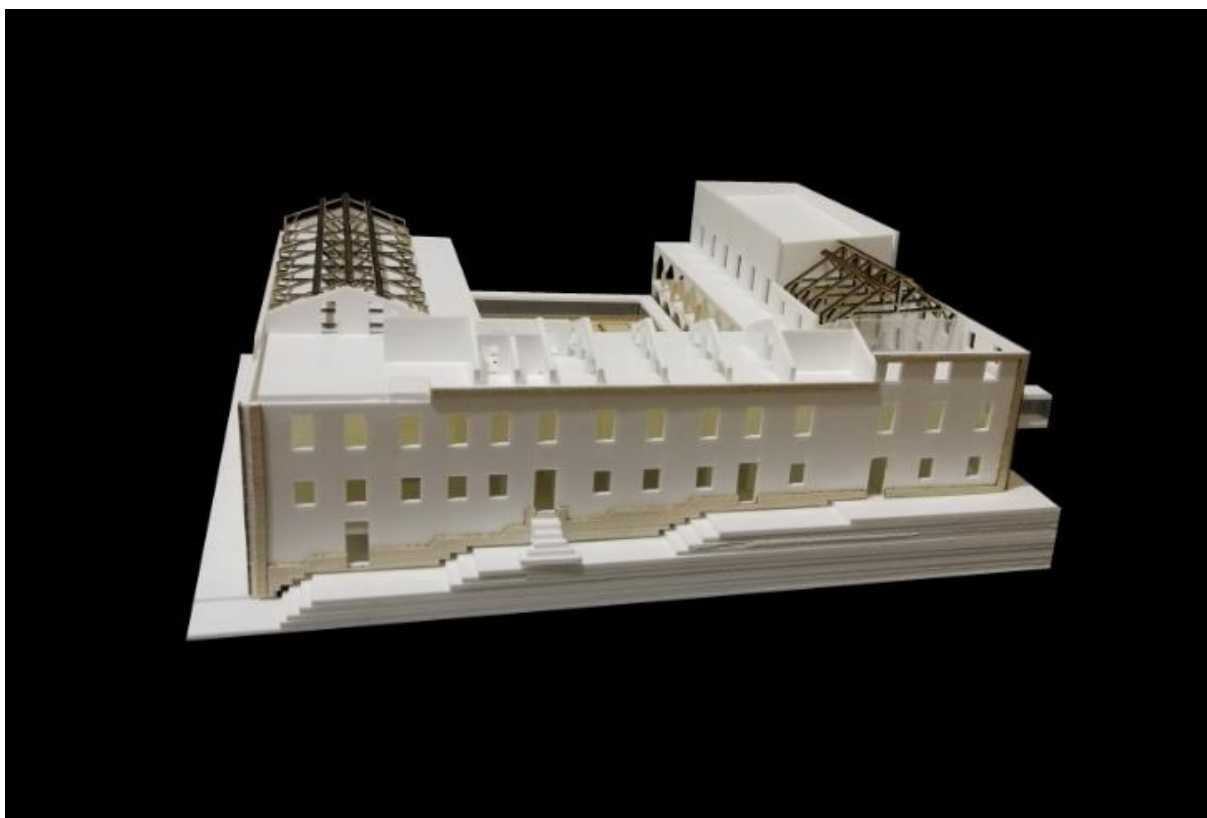
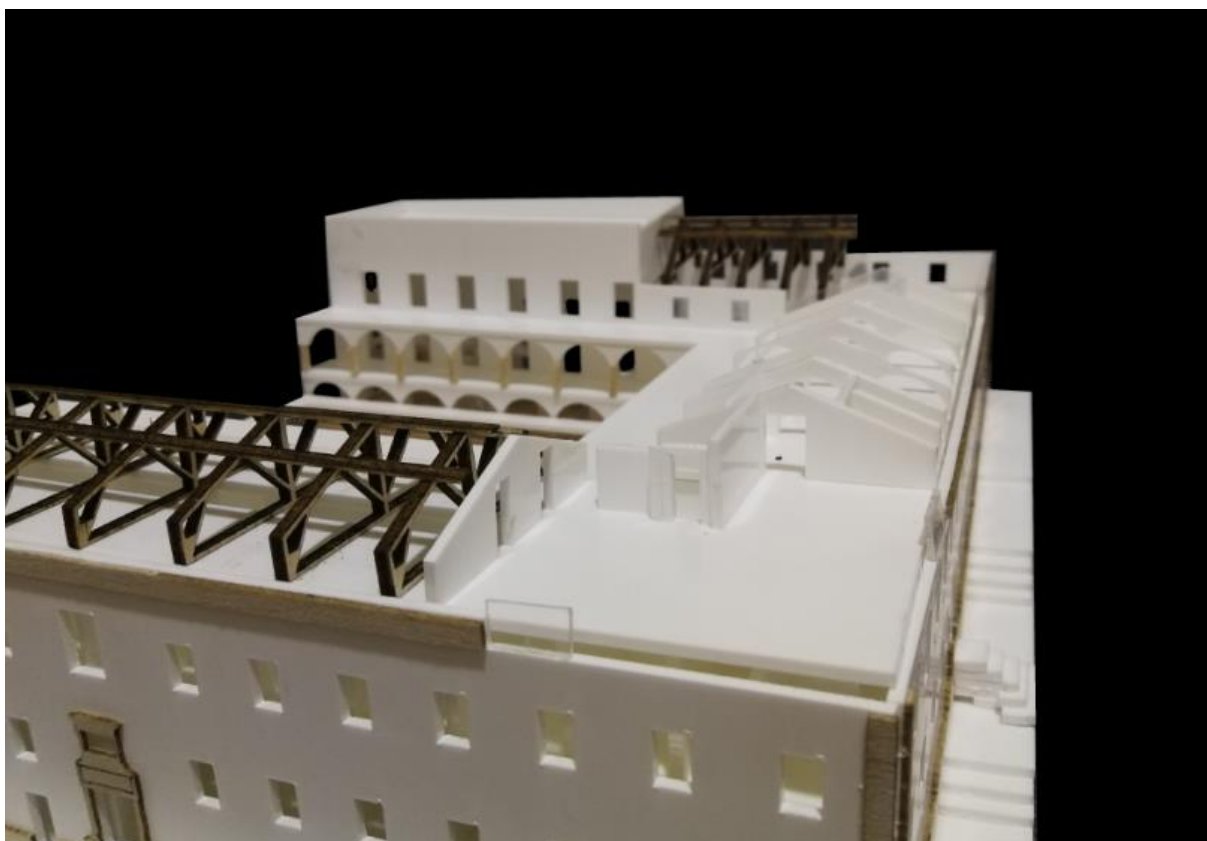
Maquete de Implantação | Escala 1:500
Elaborado pela autora



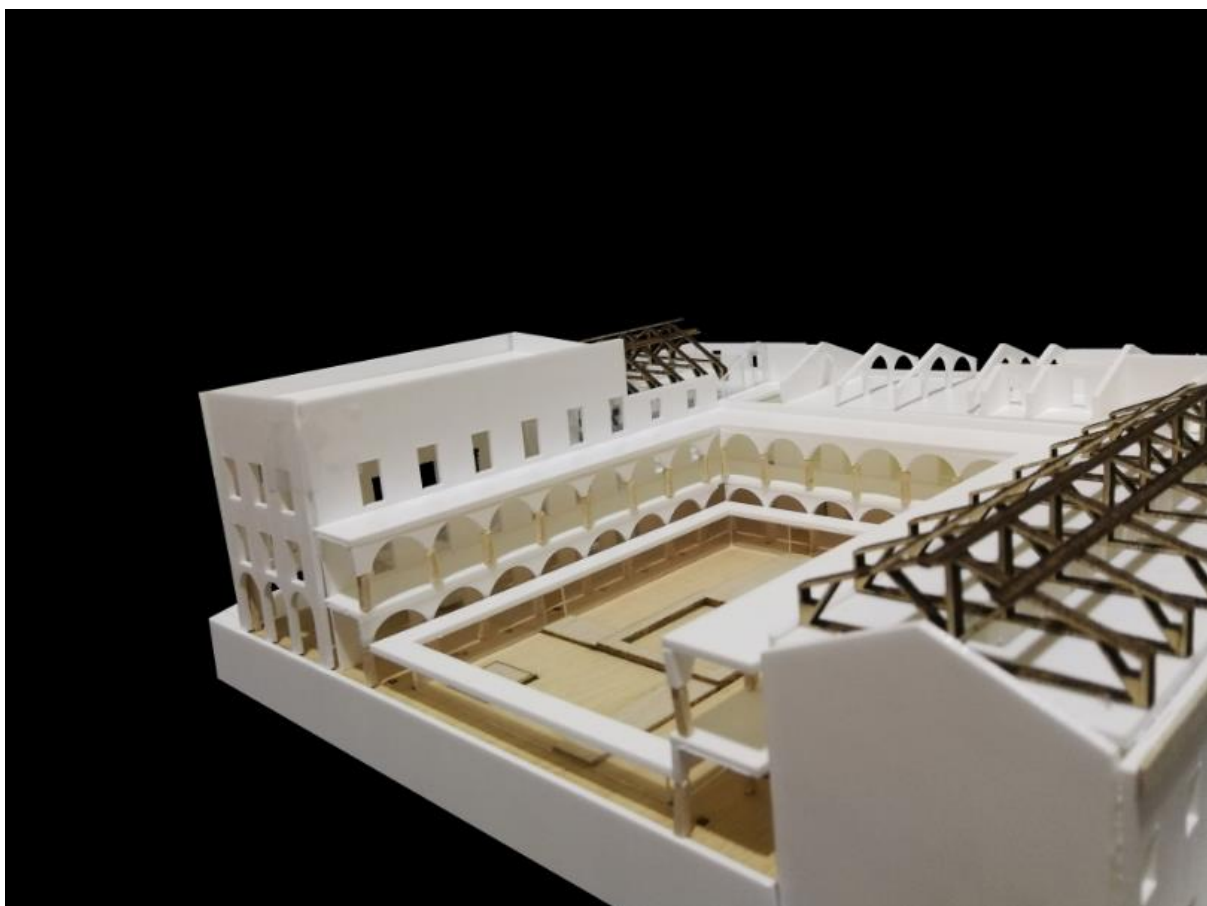
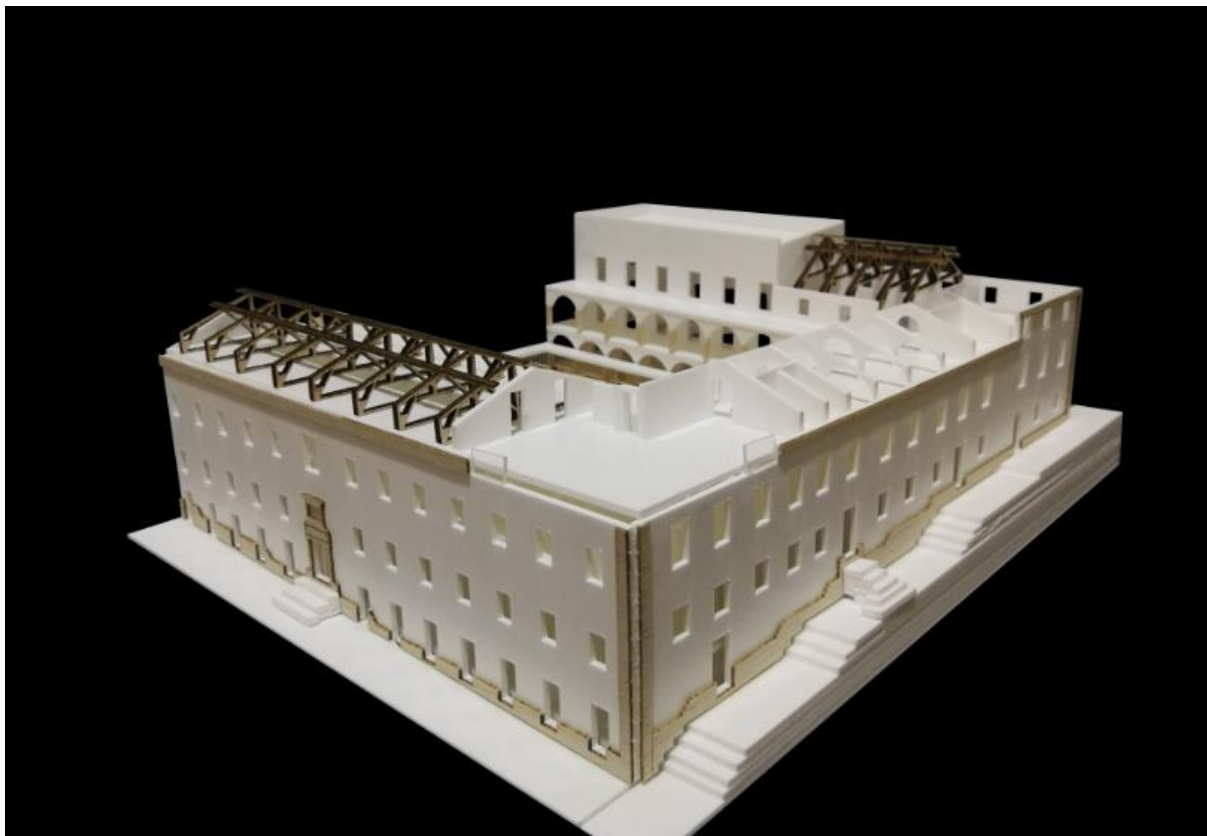
Maquete de Implantação | Escala 1:500
Elaborado pela autora



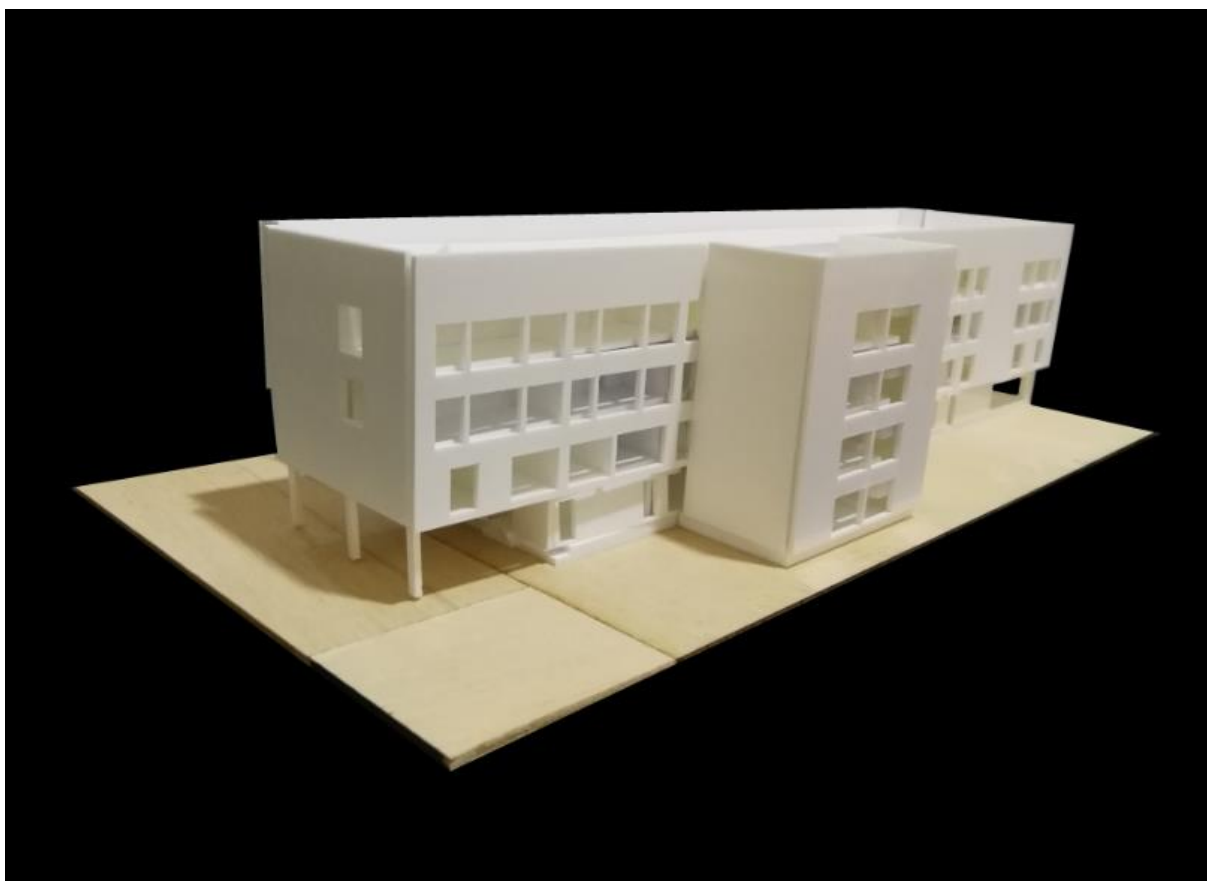
Maquete de Licenciamento | Antigo Convento da Boa Hora | Escala 1:200
Elaborado pela autora



Maquete de Licenciamento | Antigo Convento da Boa Hora | Escala 1:200
Elaborado pela autora



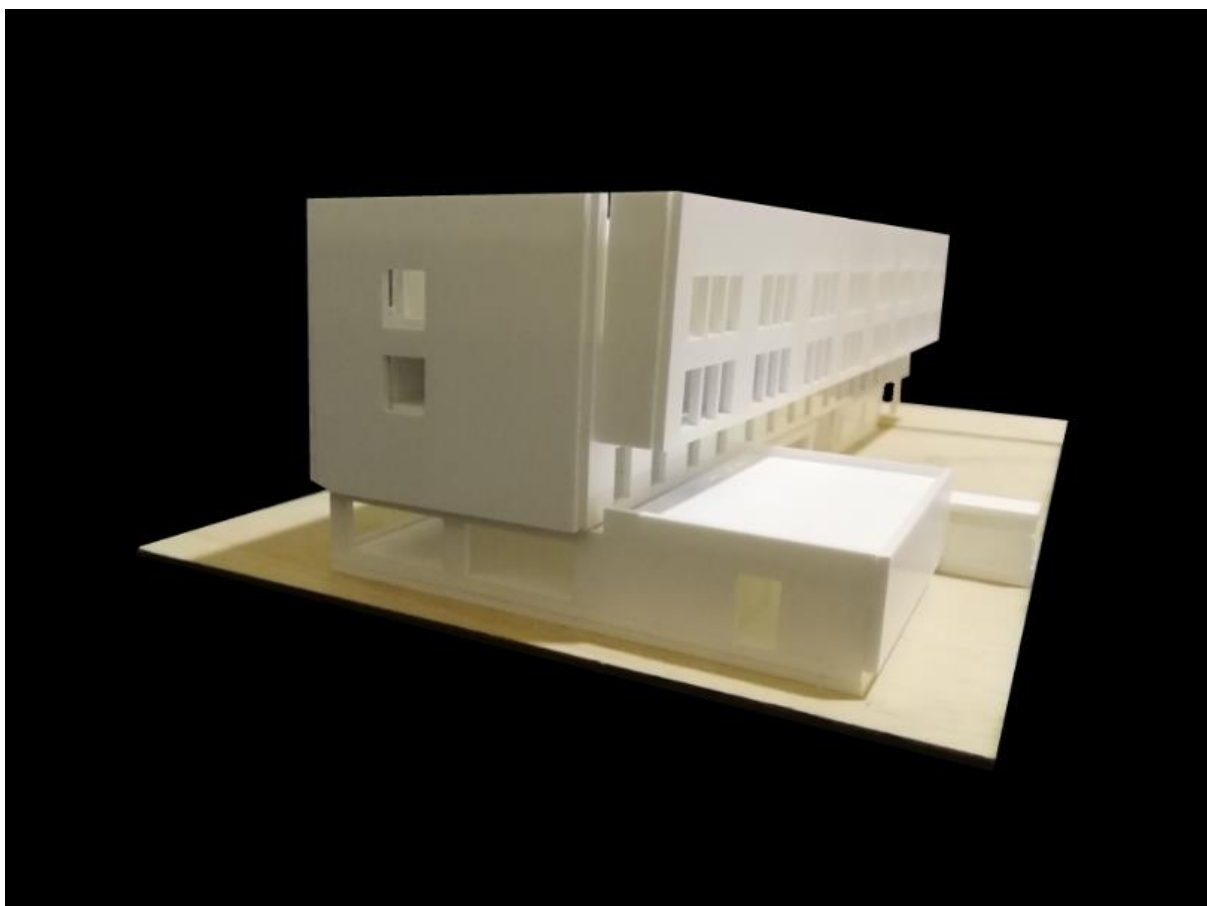
Maquete de Licenciamento | Antigo Convento da Boa Hora | Escala 1:200
Elaborado pela autora



Maquete de Licenciamento | Hospital Militar da Boa Hora | Escala 1:200
Elaborado pela autora

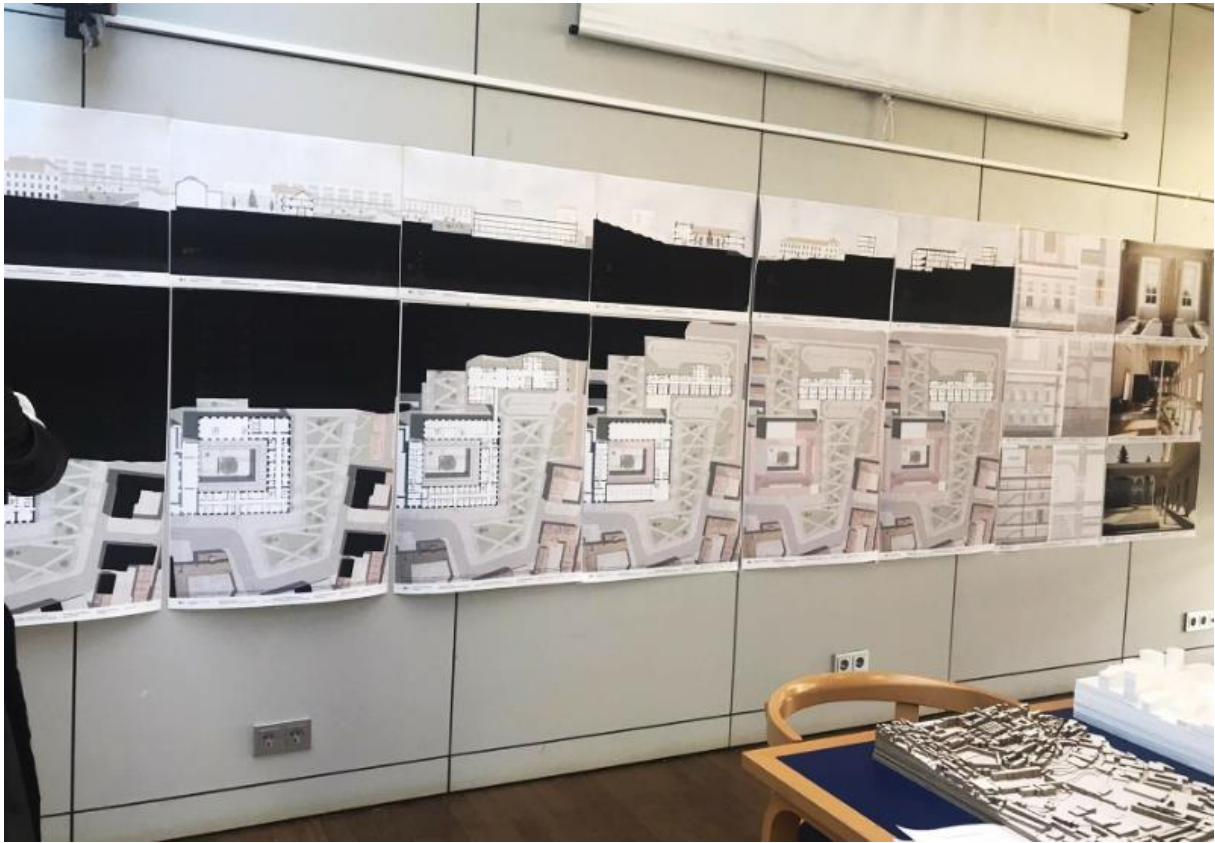


Maquete de Licenciamento | Hospital Militar da Boa Hora | Escala 1:200
Elaborado pela autora



Maquete de Licenciamento | Hospital Militar da Boa Hora | Escala 1:200
Elaborado pela autora

PAINÉIS FINAIS









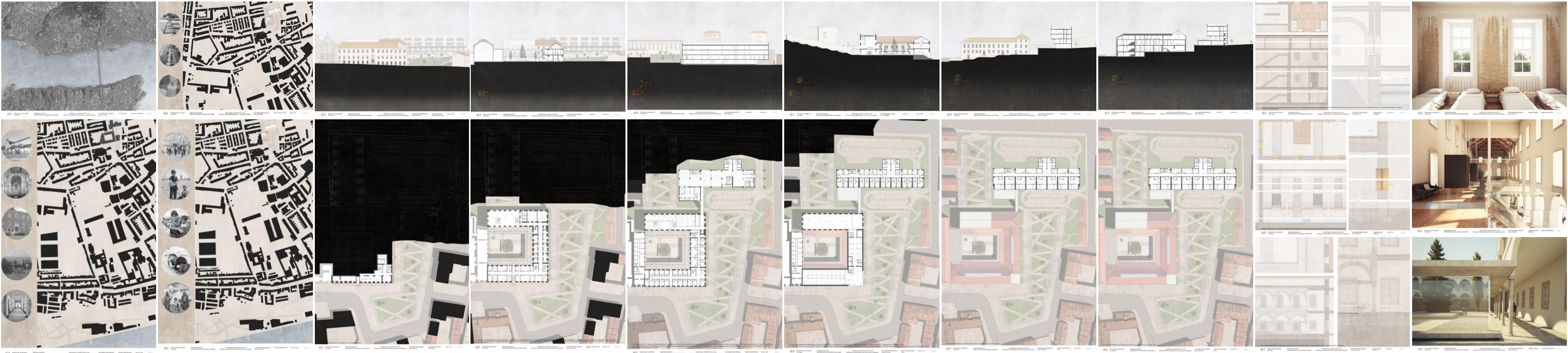














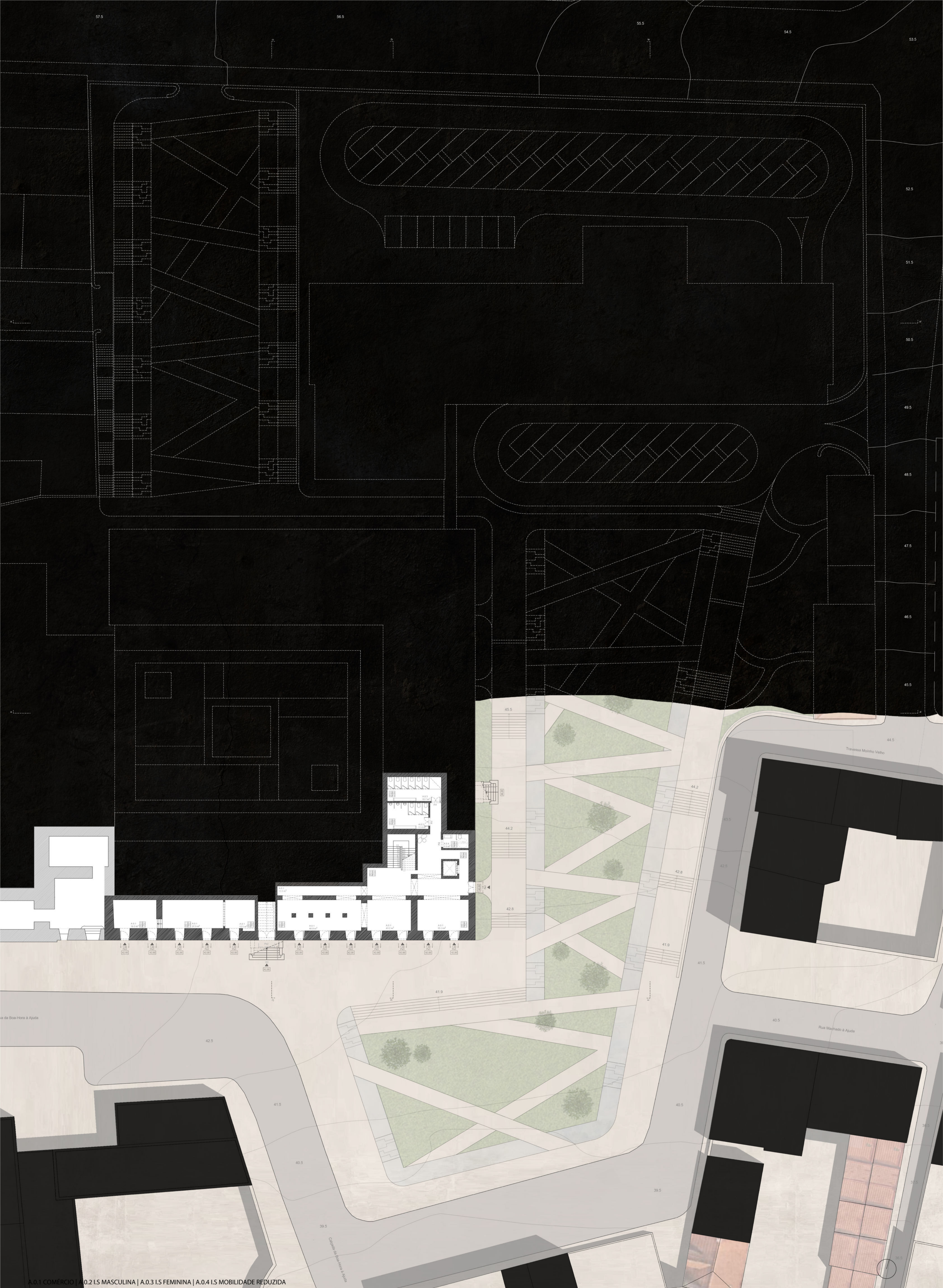
3 KM











A.0.1 COMÉRCIO | A.0.2 I.S. MASCULINA | A.0.3 I.S. FEMININA | A.0.4 I.S. MOBILIDADE REDUZIDA



PROJETO FINAL DE MESTRADO
FA-ULISBOA

ORIENTADOR CIENTIFICO
PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MARTINS JACOB CABIDO

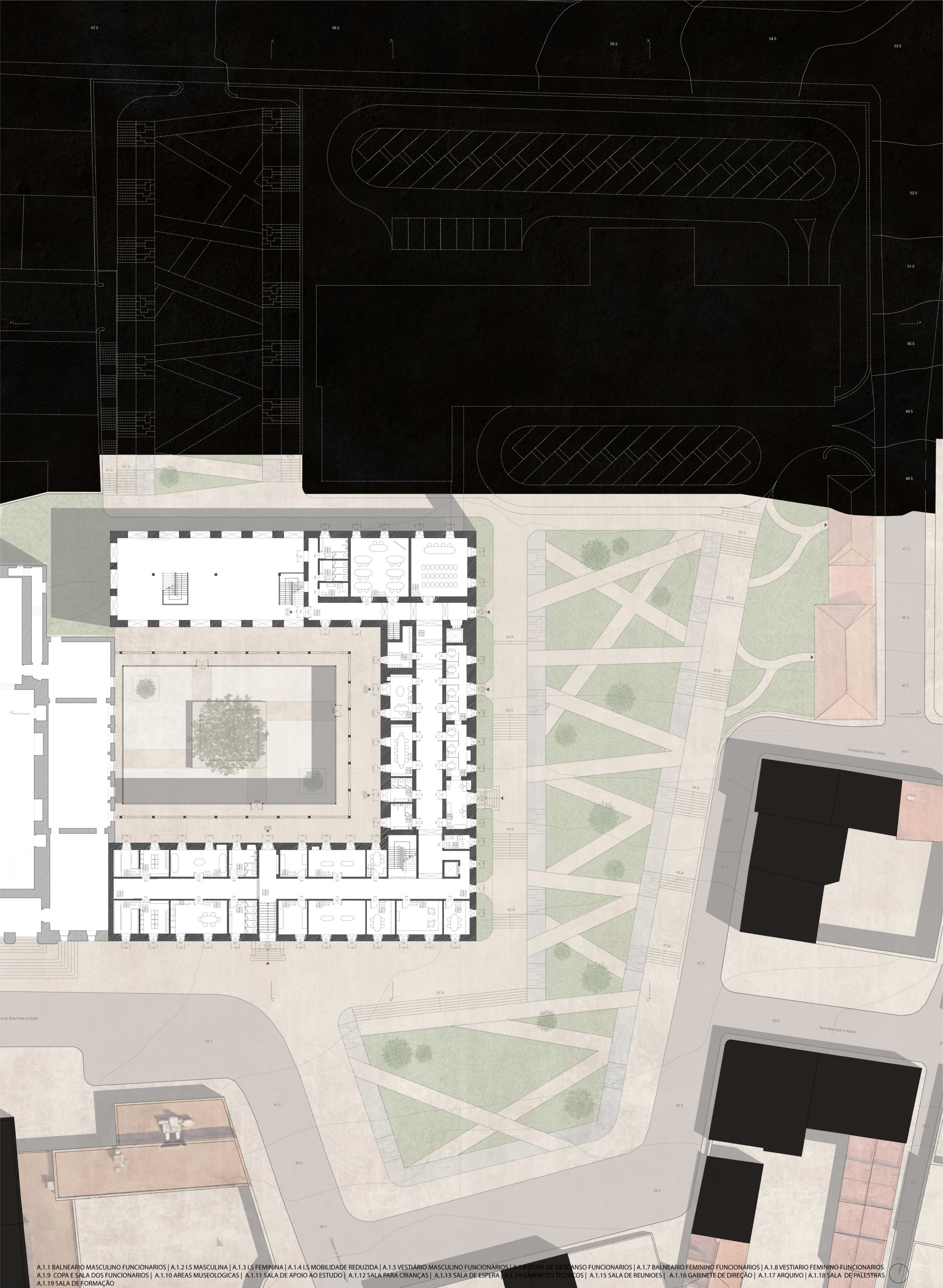
ARQUITETURA: O CONFORTO APÓS A FUGA
Reabilitação do Hospital Militar da Boa Hora para apoio a Reguidados

SOFIA RIBEIRO TOMÉ HENRIQUES
Número 20141049

PROPOSTA ARQUITETÓNICA
PISO TÉRREO

ESCALA 1:200

P 05



A.1.1 BANHEIRO MASCULINO FUNCIONARIOS | A.1.2 I.S. MASCULINA | A.1.3 I.S. FEMININA | A.1.4 I.S. MOBILIDADE REDUZIDA | A.1.5 VESTIÁRIO MASCULINO FUNCIONARIOS | A.1.6 ZONA DE DESCANSO FUNCIONARIOS | A.1.7 BANHEIRO FEMININO FUNCIONARIOS | A.1.8 VESTIÁRIO FEMININO FUNCIONARIOS
A.1.9 COPA E SALA DOS FUNCIONARIOS | A.1.10 ÁREAS MUSEOLÓGICAS | A.1.11 SALA DE APOIO AO ESTUDO | A.1.12 SALA PARA CRIANÇAS | A.1.13 SALA DE ESPERA | A.1.14 GABINETES TÉCNICOS | A.1.15 SALA DE REUNIÕES | A.1.16 GABINETE DE DIREÇÃO | A.1.17 ARQUIVO | A.1.18 SALA DE PALESTRAS
A.1.19 SALA DE FORMAÇÃO



PROJETO FINAL DE MESTRADO
FA-ULISBOA

ORIENTADOR CIENTÍFICO
PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MARTINS JACOB CABIDO

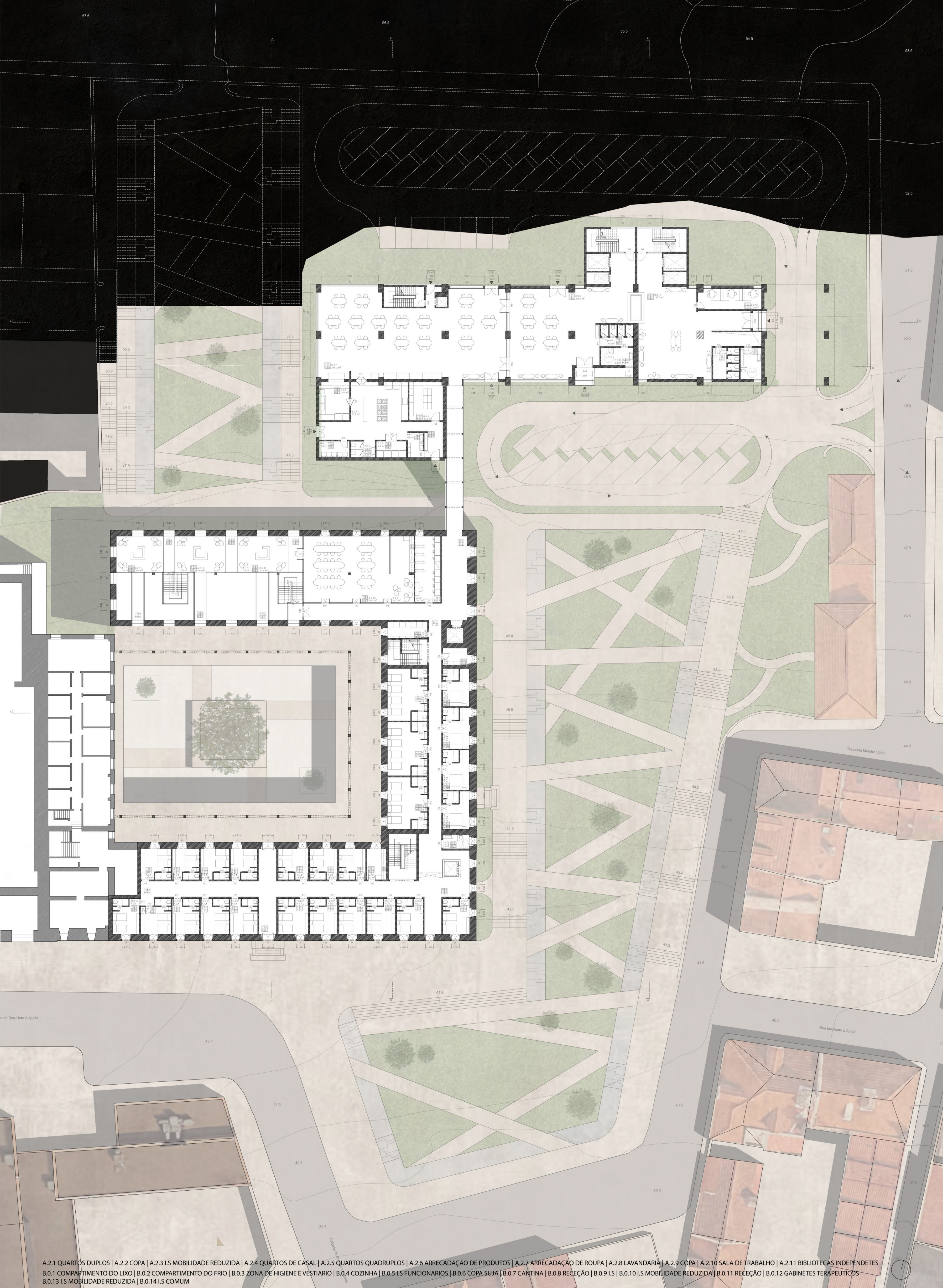
ARQUITETURA: O CONFORTO APÓS A FUGA
Reabilitação do Hospital Militar da Boa Hora para apoio a Reguigiados

SOFIA RIBEIRO TOMÉ HENRIQUES
Número 20141049

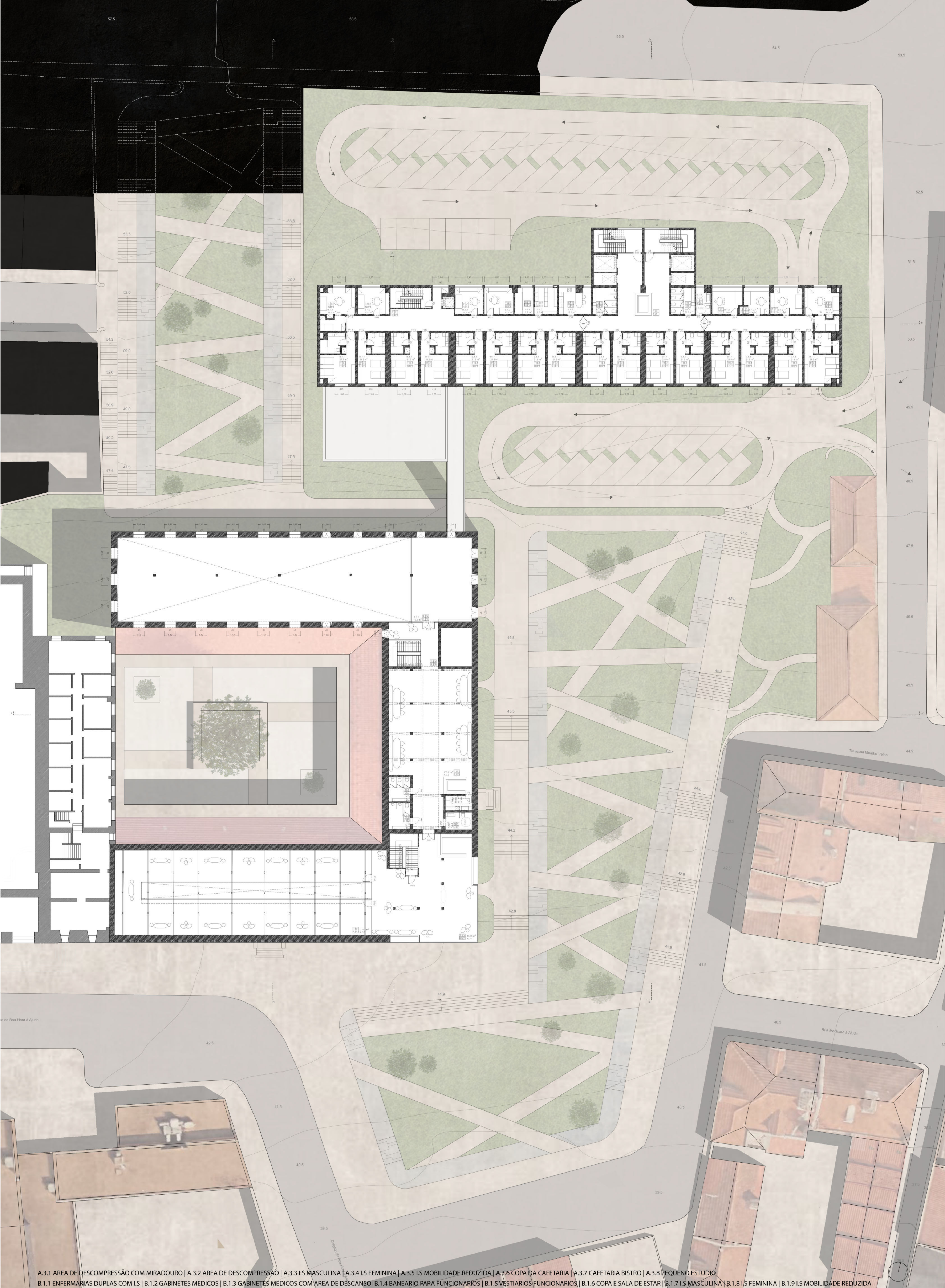
PROPOSTA ARQUITETÓNICA
PISO 1

ESCALA 1:200

P 06



A.2.1 QUARTOS DUPLOS | A.2.2 COPA | A.2.3 I.S. MOBILIDADE REDUZIDA | A.2.4 QUARTOS DE CASAL | A.2.5 QUARTOS QUADRUPLoS | A.2.6 ARRECADAÇÃO DE PRODUTOS | A.2.7 ARRECADAÇÃO DE ROUPA | A.2.8 LAVANDARIA | A.2.9 COPA | A.2.10 SALA DE TRABALHO | A.2.11 BIBLIOTECAS INDEPENDENTES
B.0.1 COMPARTIMENTO DO LIXO | B.0.2 COMPARTIMENTO DO FRIO | B.0.3 ZONA DE HIGIENE E VESTIÁRIO | B.0.4 COZINHA | B.0.5 I.S. FUNCIONARIOS | B.0.6 COPA SUJA | B.0.7 CANTINA | B.0.8 RECEÇÃO | B.0.9 I.S. | B.0.10 I.S. MOBILIDADE REDUZIDA | B.0.11 RECEÇÃO | B.0.12 GABINETES TERAPEUTICOS
B.0.13 I.S. MOBILIDADE REDUZIDA | B.0.14 I.S. COMUM



A.3.1 ÁREA DE DESCOMPRESSION COM MIRADOURO | A.3.2 ÁREA DE DESCOMPRESSION | A.3.3 I.S. MASCULINA | A.3.4 I.S. FEMININA | A.3.5 I.S. MOBILIDADE REDUZIDA | A.3.6 COPA DA CAFETARIA | A.3.7 CAFETARIA BISTRO | A.3.8 PEQUENO ESTUDIO
B.1.1 ENFERMIARIAS DUPLAS COM I.S. | B.1.2 GABINETES MEDICOS | B.1.3 GABINETES MEDICOS COM AREA DE DESCANSO | B.1.4 BANEARIO PARA FUNCIONARIOS | B.1.5 VESTIARIOS FUNCIONARIOS | B.1.6 COPA E SALA DE ESTAR | B.1.7 I.S. MASCULINA | B.1.8 I.S. FEMININA | B.1.9 I.S. MOBILIDADE REDUZIDA



PROJETO FINAL DE MESTRADO
FA-ULISBOA

ORIENTADOR CIENTIFICO
PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MARTINS JACOB CABIDO

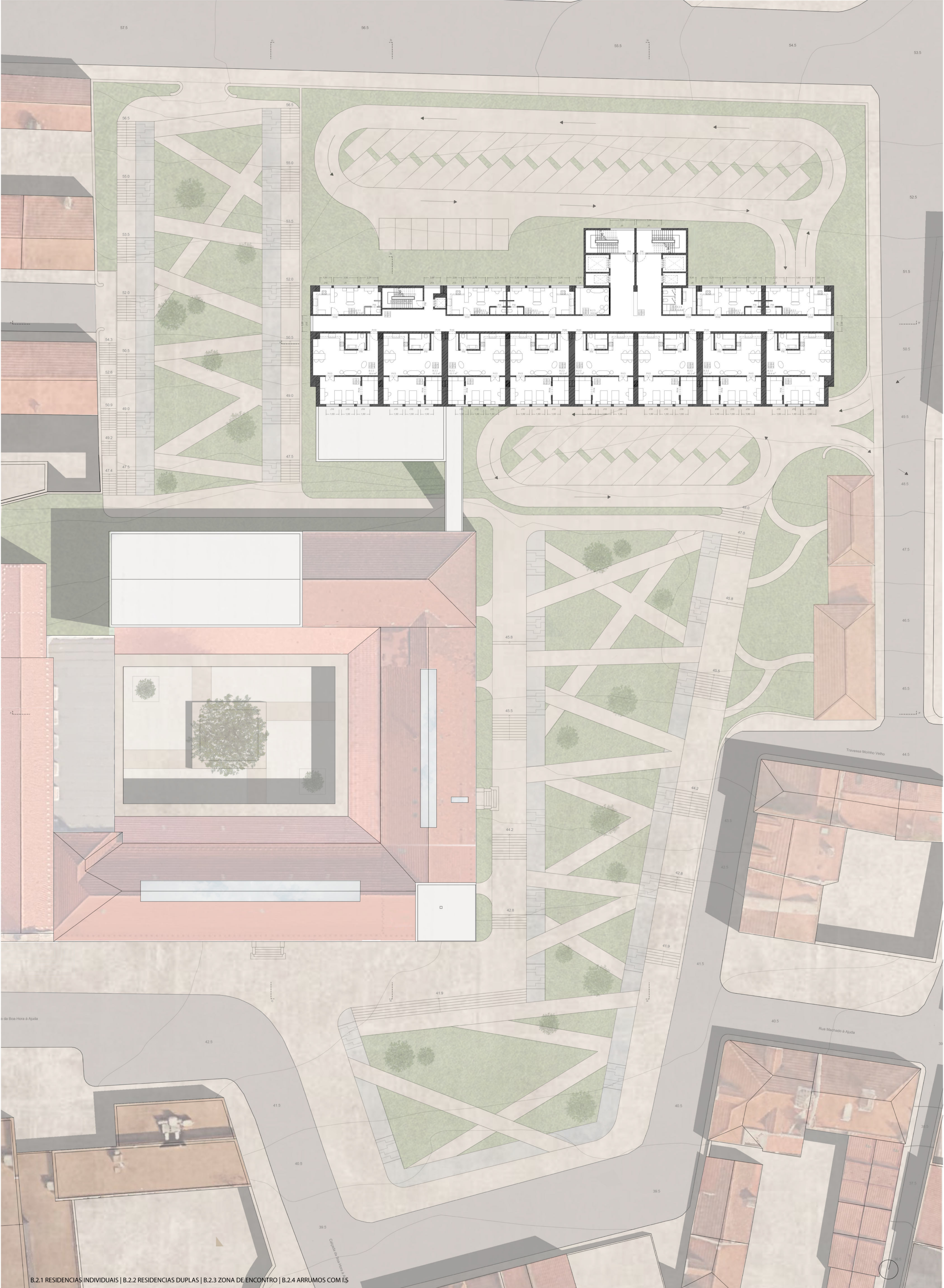
ARQUITETURA: O CONFORTO APÓS A FUGA
Reabilitação do Hospital Militar da Boa Hora para apoio a Reguidados

SOFIA RIBEIRO TOMÉ HENRIQUES
Número 20141049

PROPOSTA ARQUITETÓNICA
PISO 3

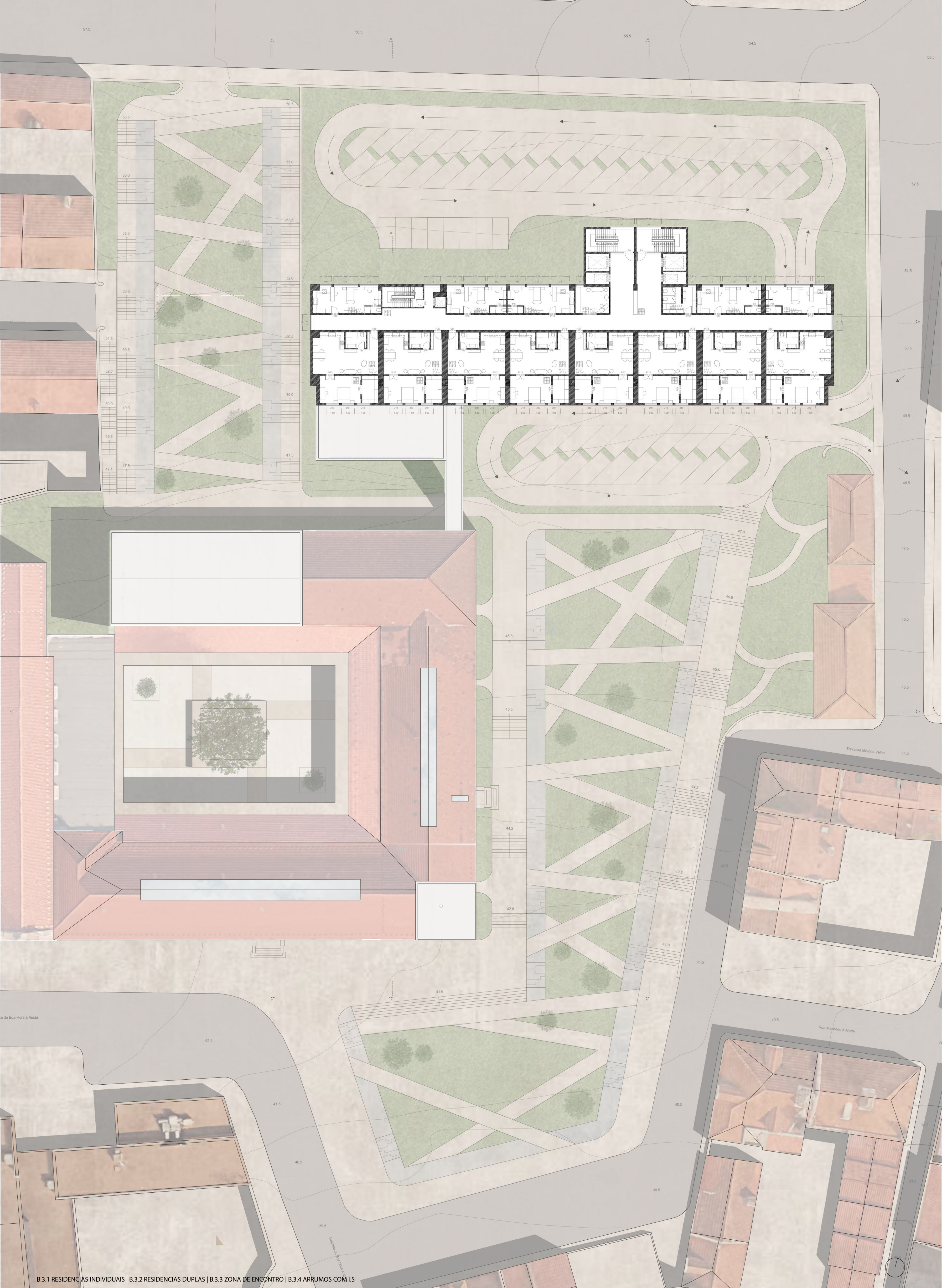
ESCALA 1:200

P08

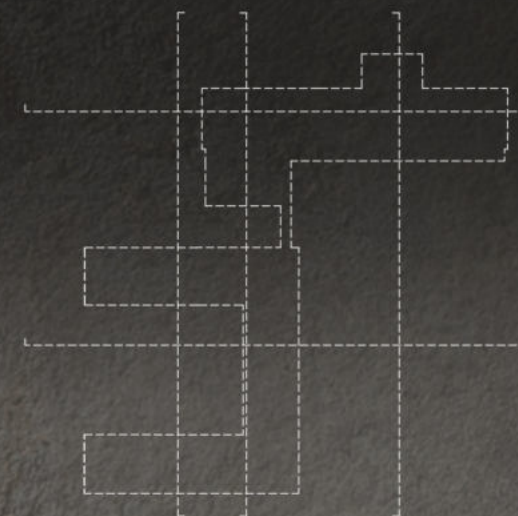
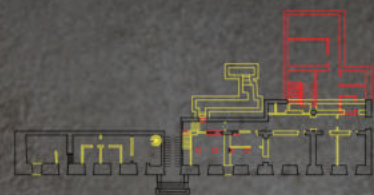


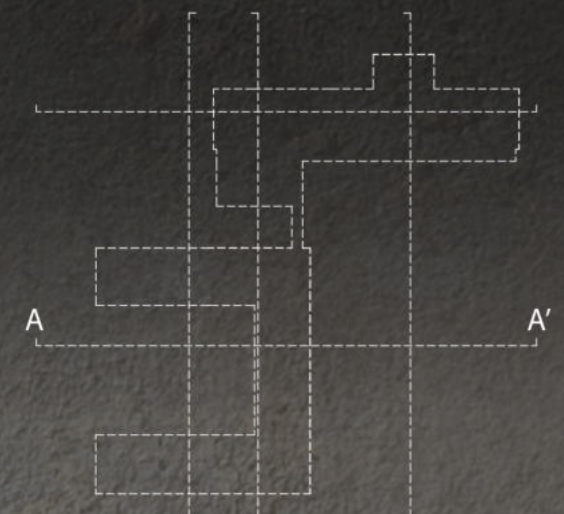
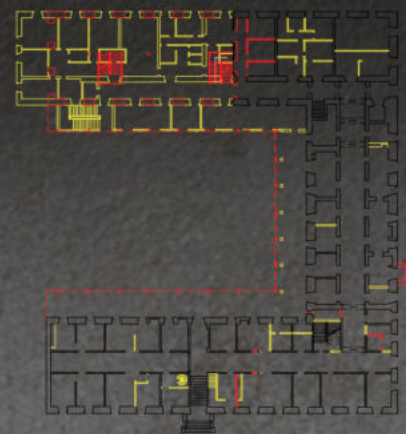
B.2.1 RESIDENCIAS INDIVIDUAIS | B.2.2 RESIDENCIAS DUPLAS | B.2.3 ZONA DE ENCONTRO | B.2.4 ARRUMOS COM I.S

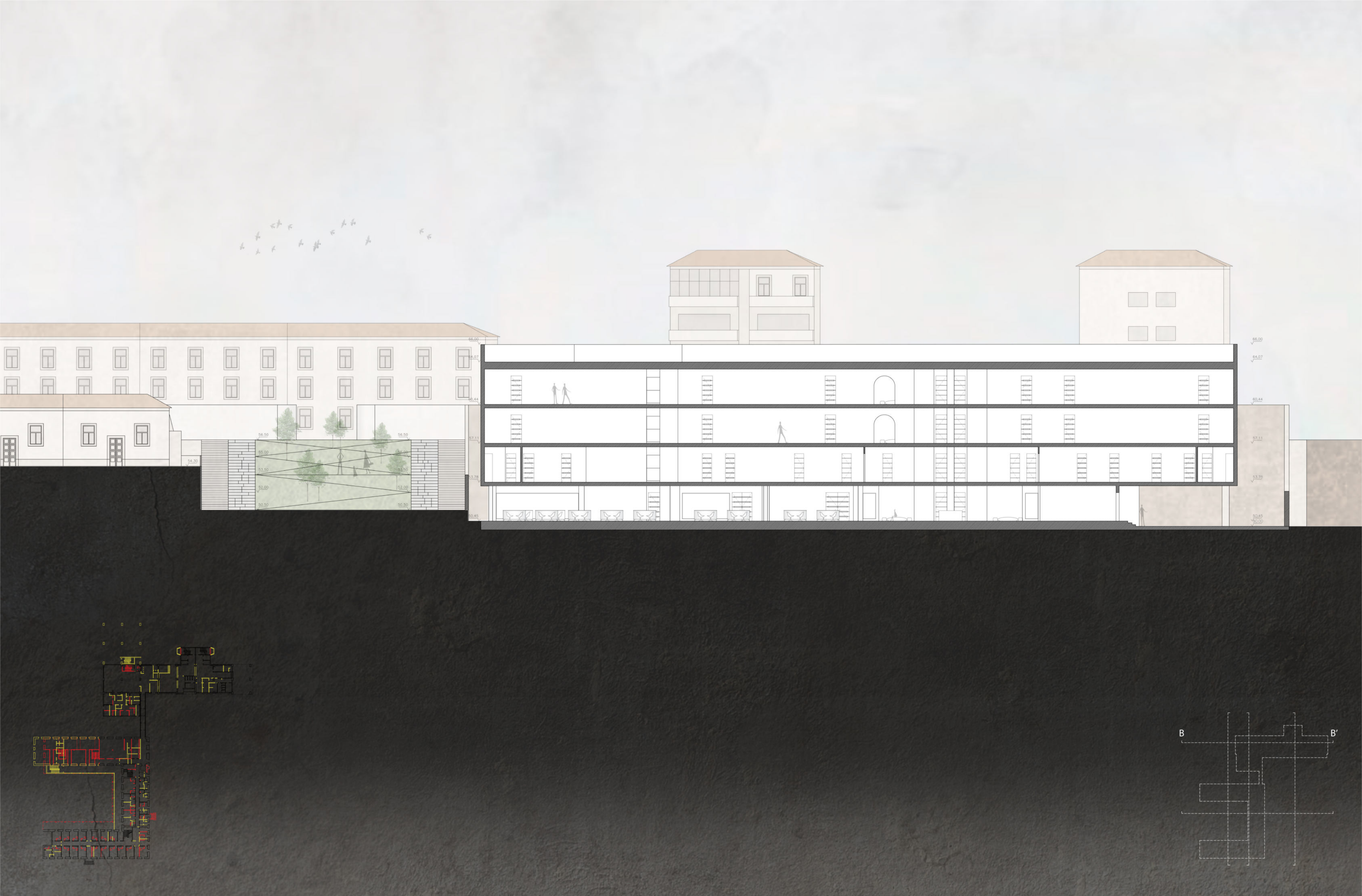


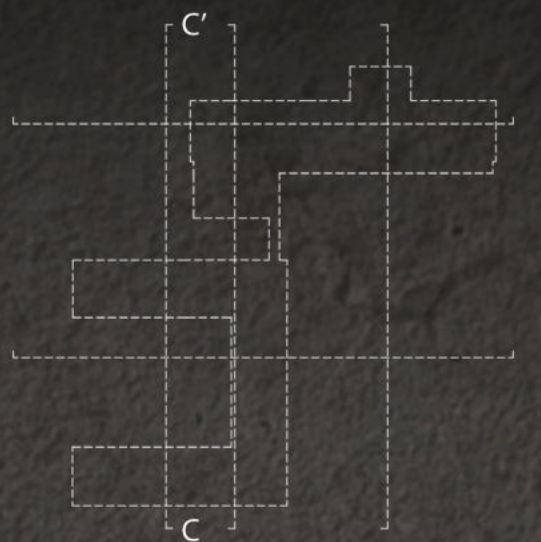
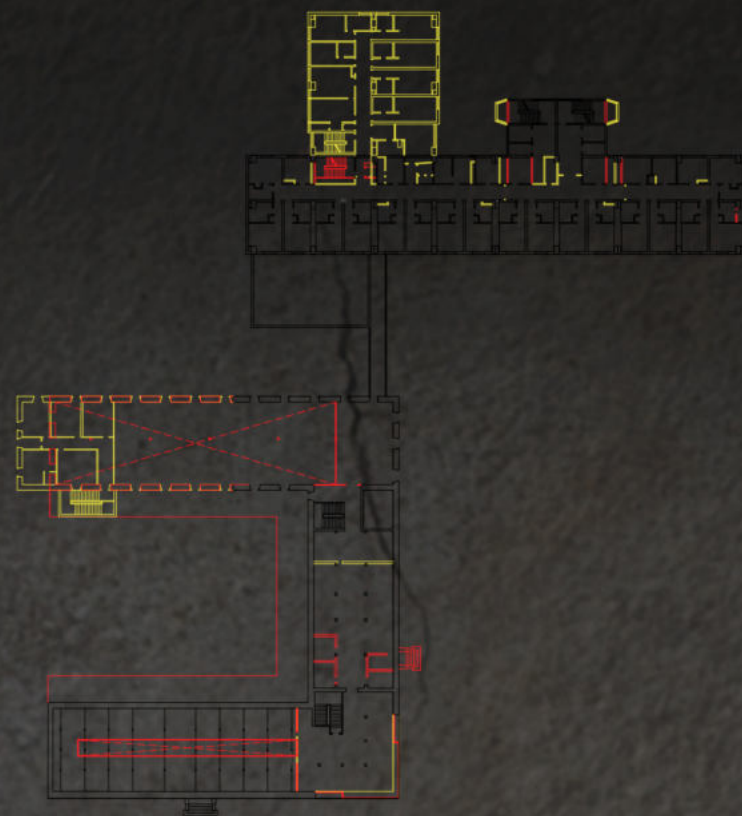
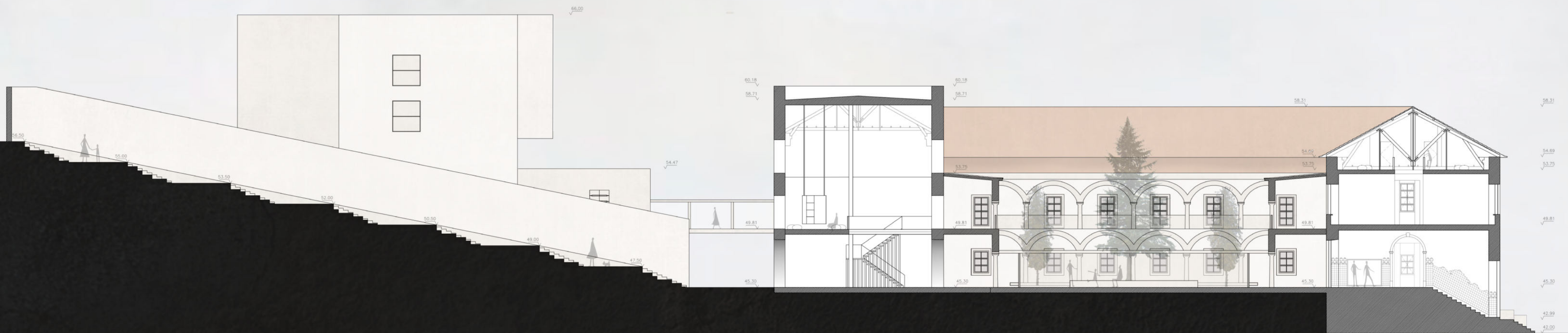


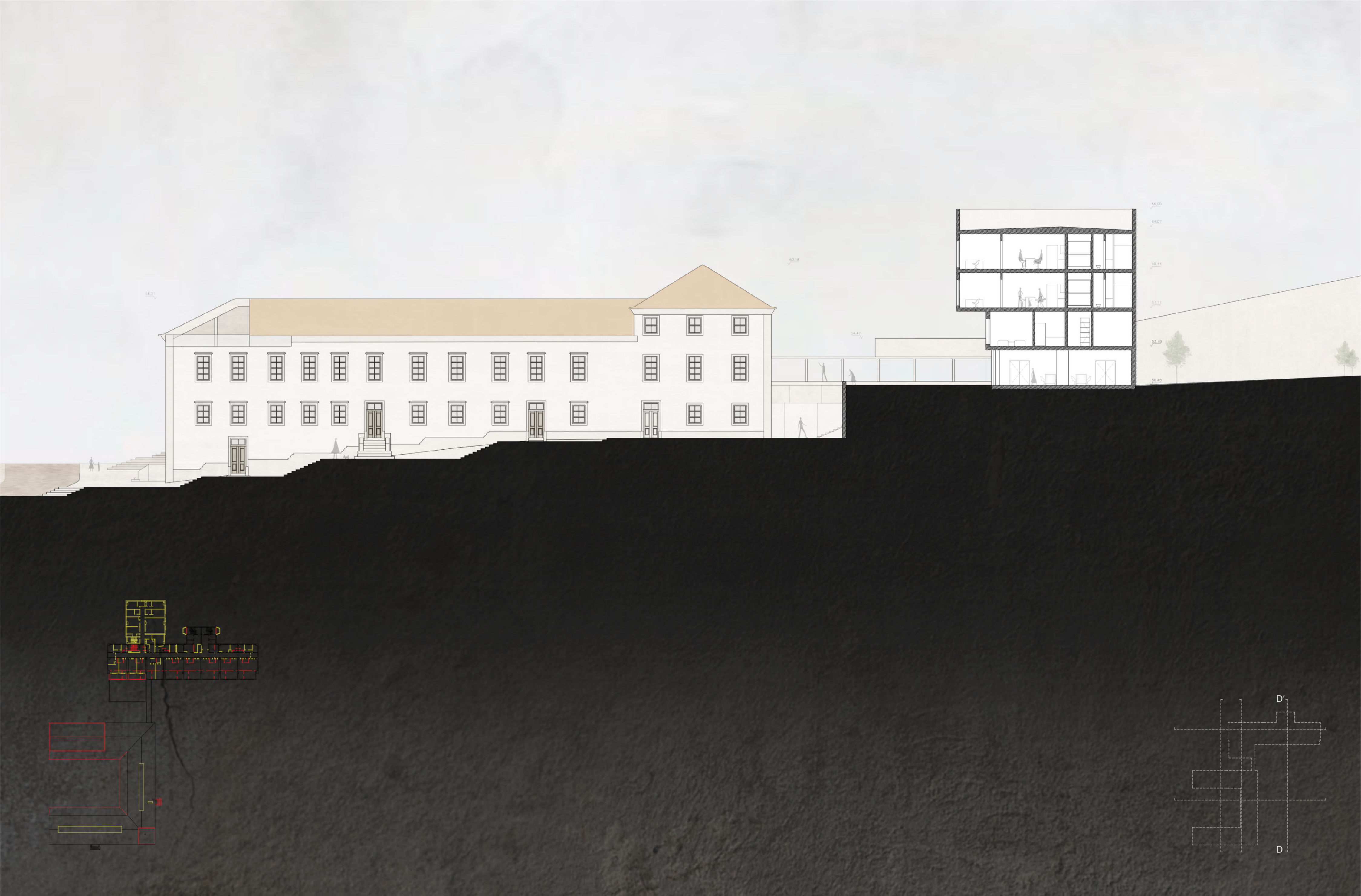
B.3.1 RESIDÊNCIAS INDIVIDUAIS | B.3.2 RESIDÊNCIAS DUPLAS | B.3.3 ZONA DE ENCONTRO | B.3.4 ARRUMOS COM L.S.



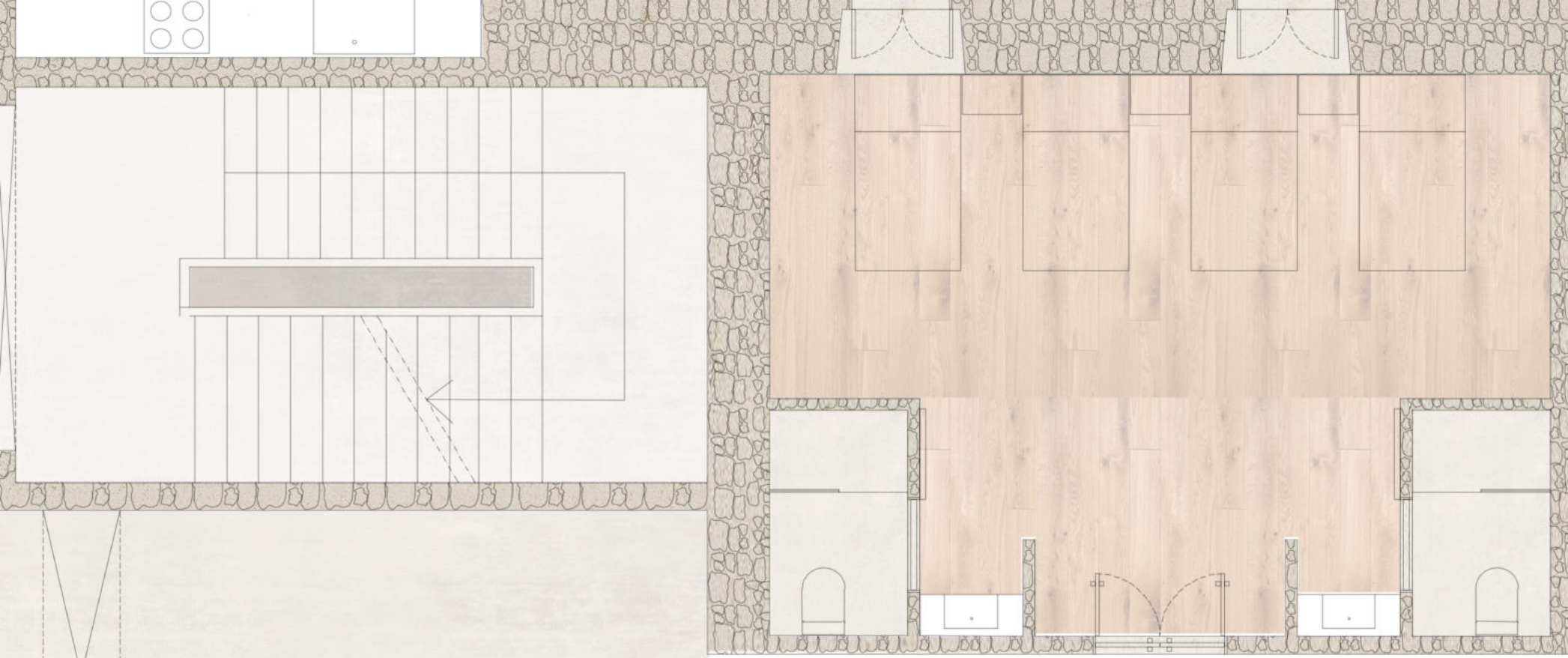




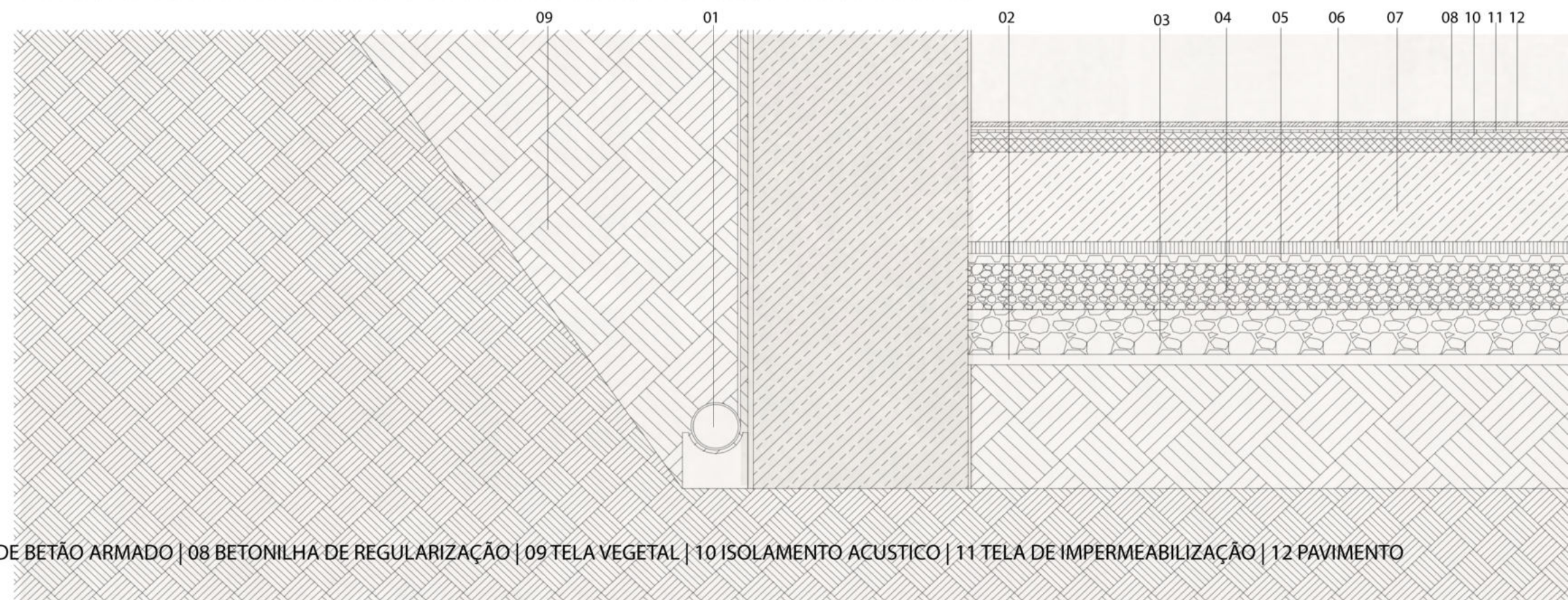
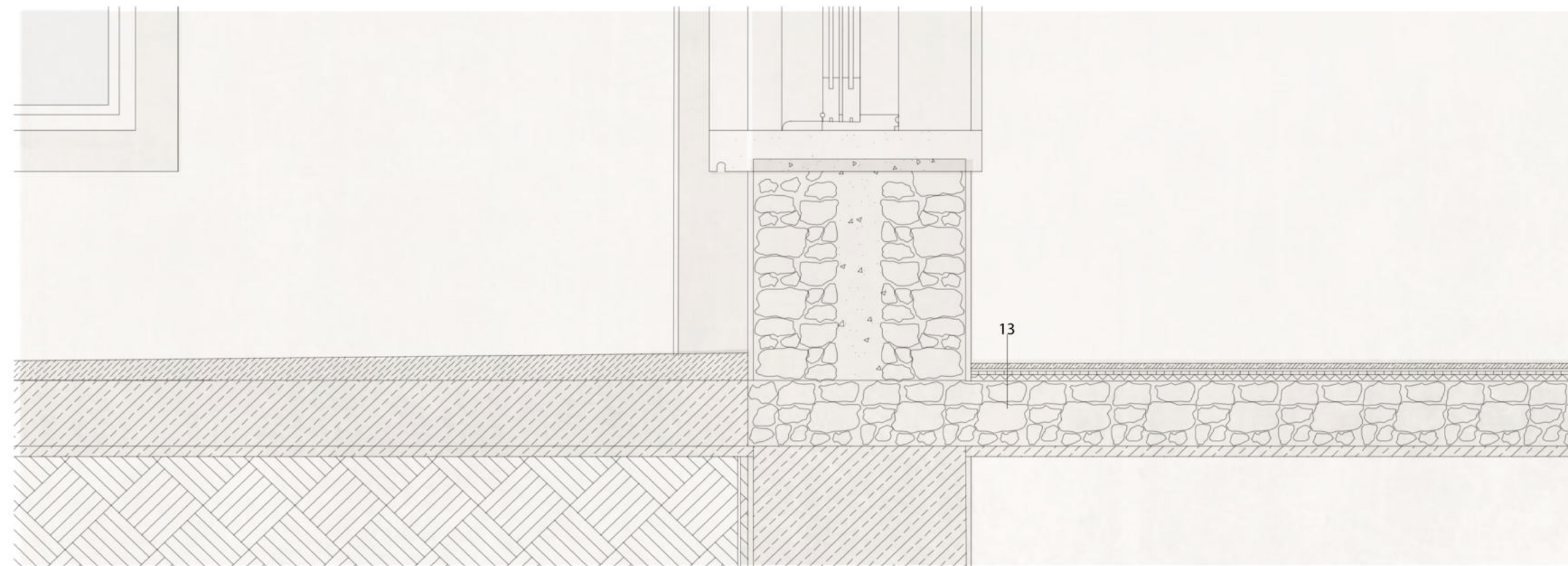
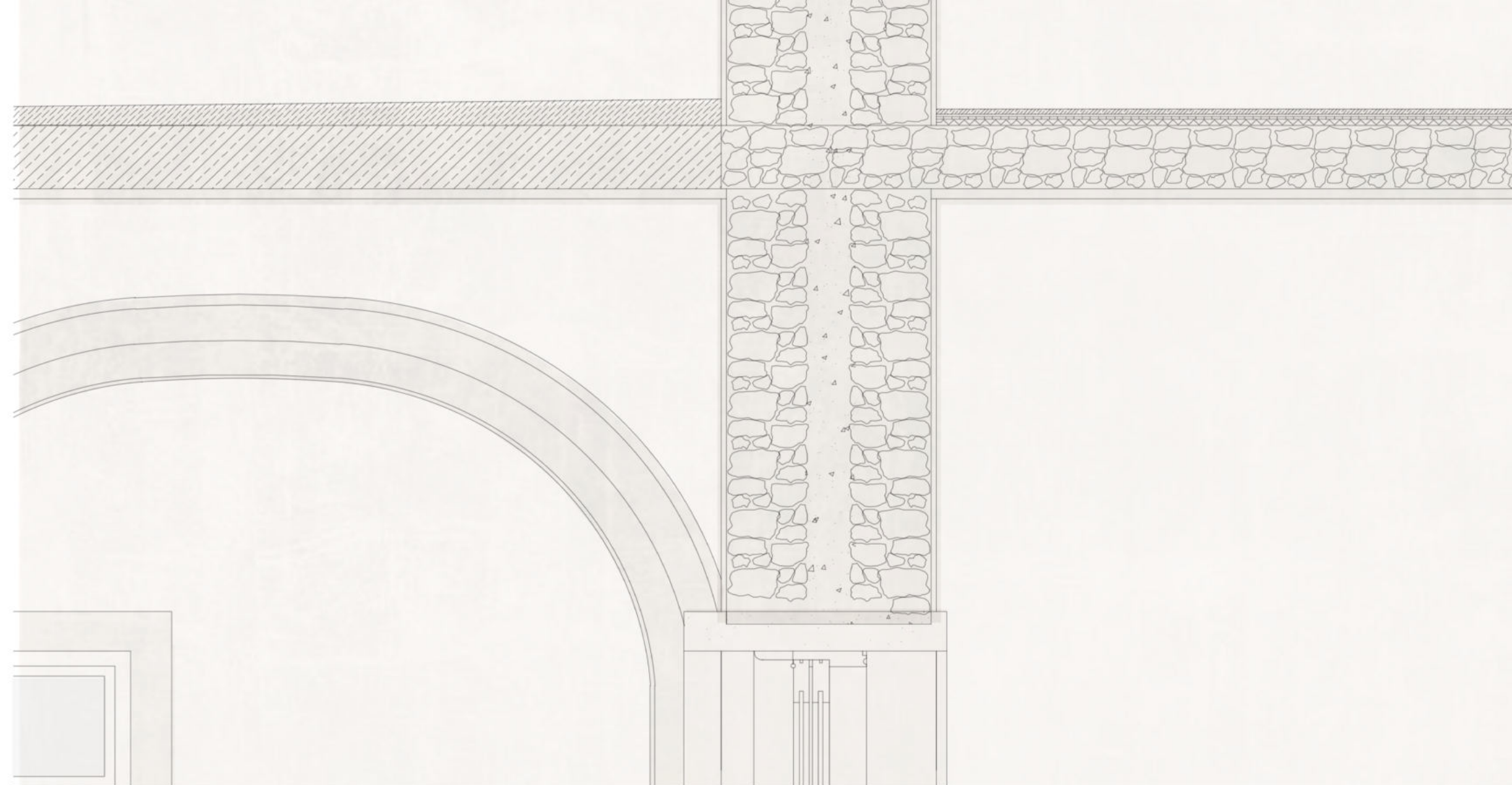






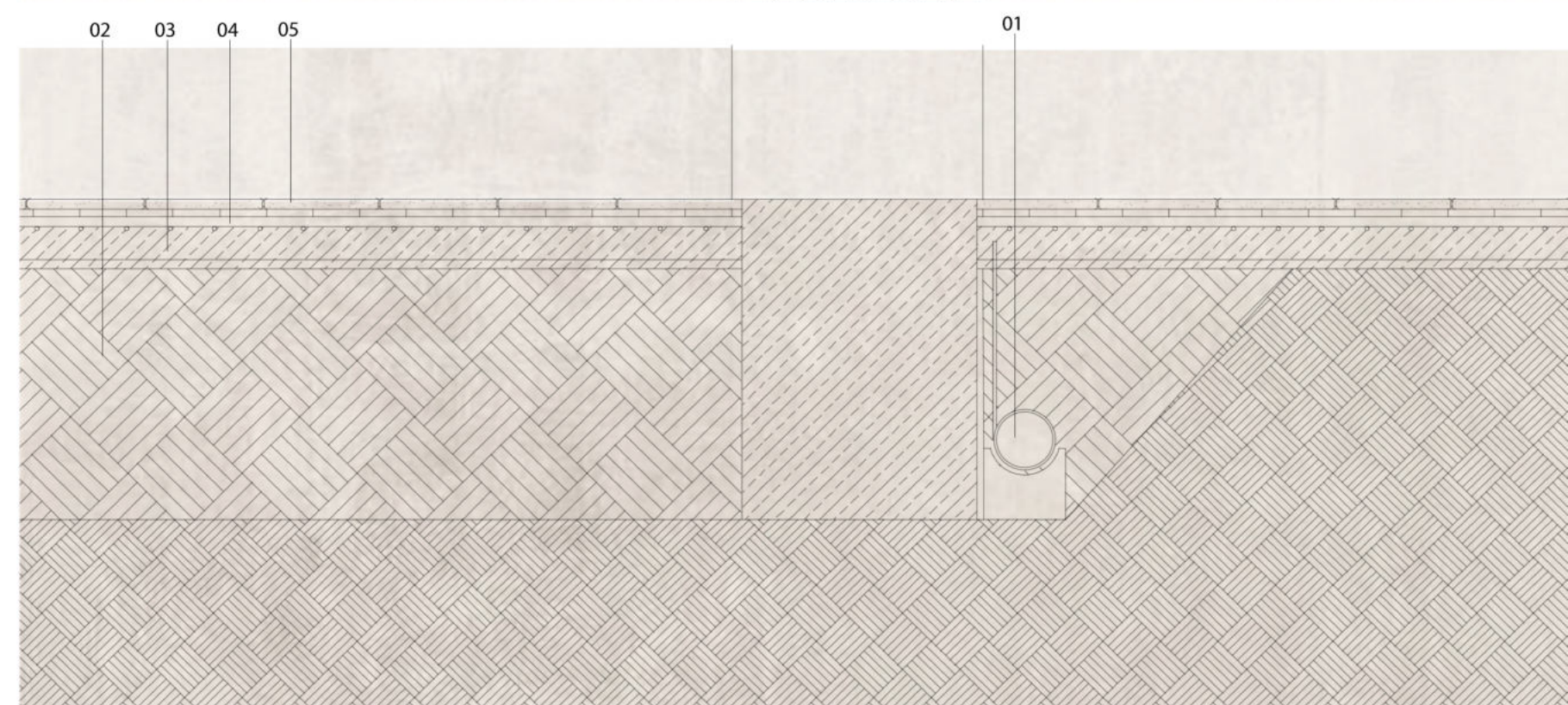
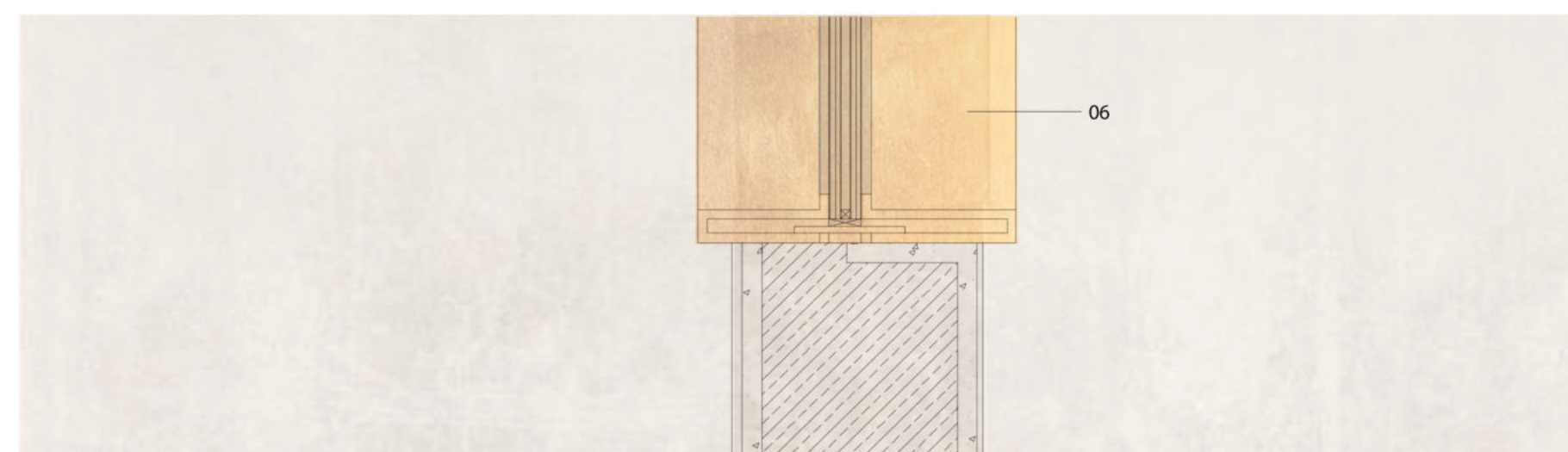
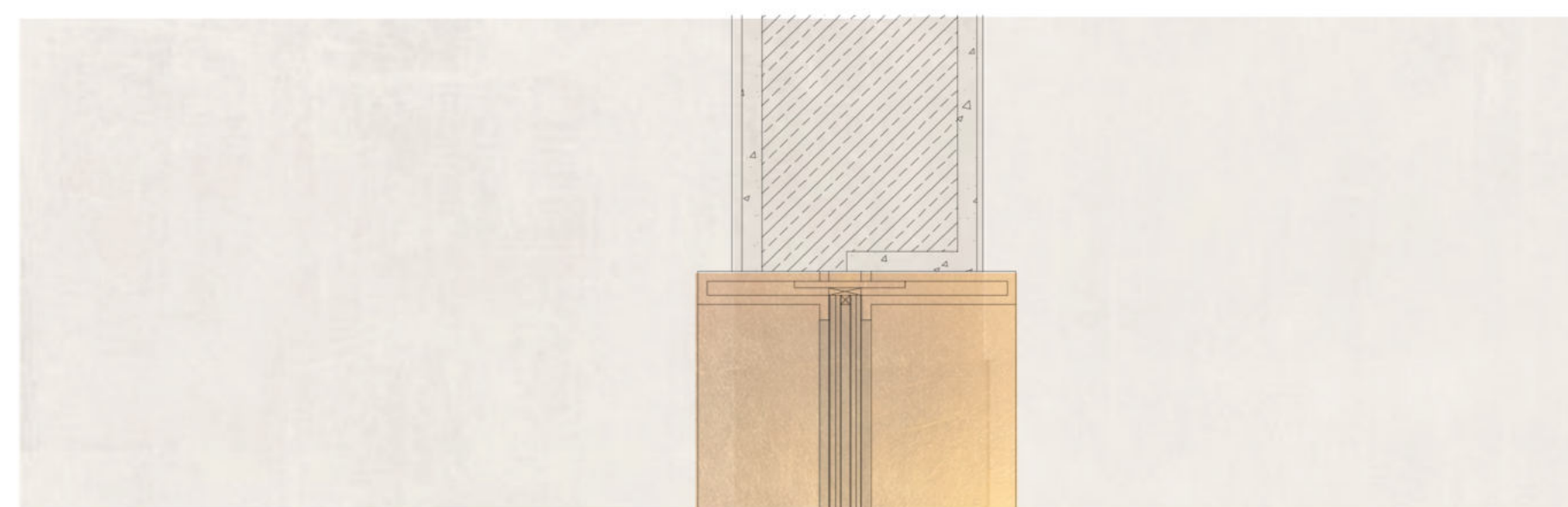
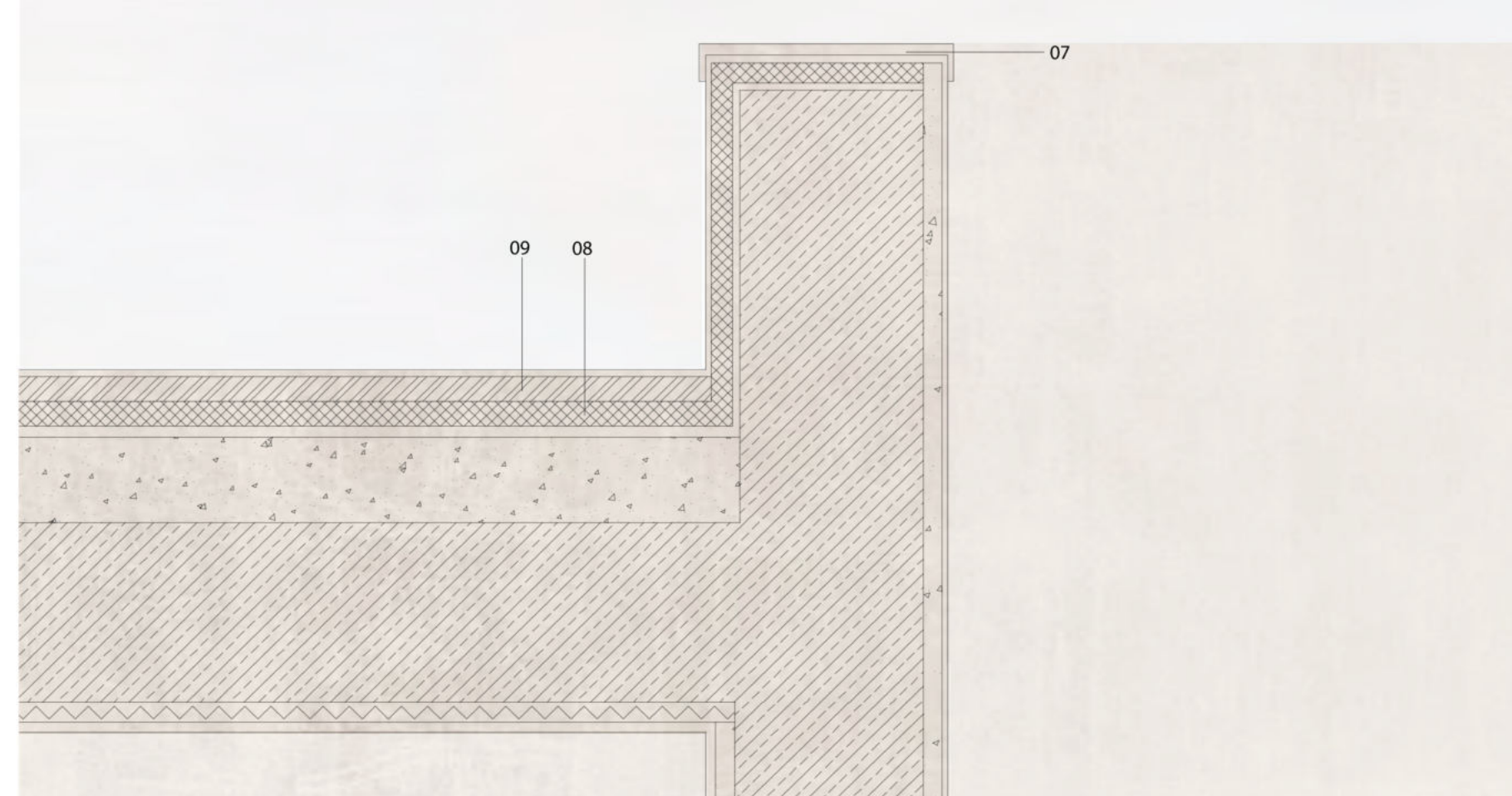


01 DRENO | 02 TELA GEOTEXTIL | 03 MEMBRANA GOFRADA | 04 ENROCAMENTO | 05 IMPERMEABILIZAÇÃO | 06 TELA PITONISADA DRENANTE | 07 LAJE DE BETÃO ARMADO | 08 BETONILHA DE REGULARIZAÇÃO | 09 TELA VEGETAL | 10 ISOLAMENTO ACUSTICO | 11 TELA DE IMPERMEABILIZAÇÃO | 12 PAVIMENTO
13 ESTRUTURA DE PEDRA EXISTENTE





01 DRENO | 02 TERRA VEGETAL | 03 LAJE DE BETÃO ARMADO | 04 TELA IMPERMEABILIZANTE | 05 PAVIMENTO | 06 CAMADA DE COBRE | 07 CALEIRA | 08 BETONILHA DE REGULARIZAÇÃO



PROJETO FINAL DE MESTRADO
FA-ULISBOA

ORIENTADOR CIENTIFICO
PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MARTINS JACOB CABIDO

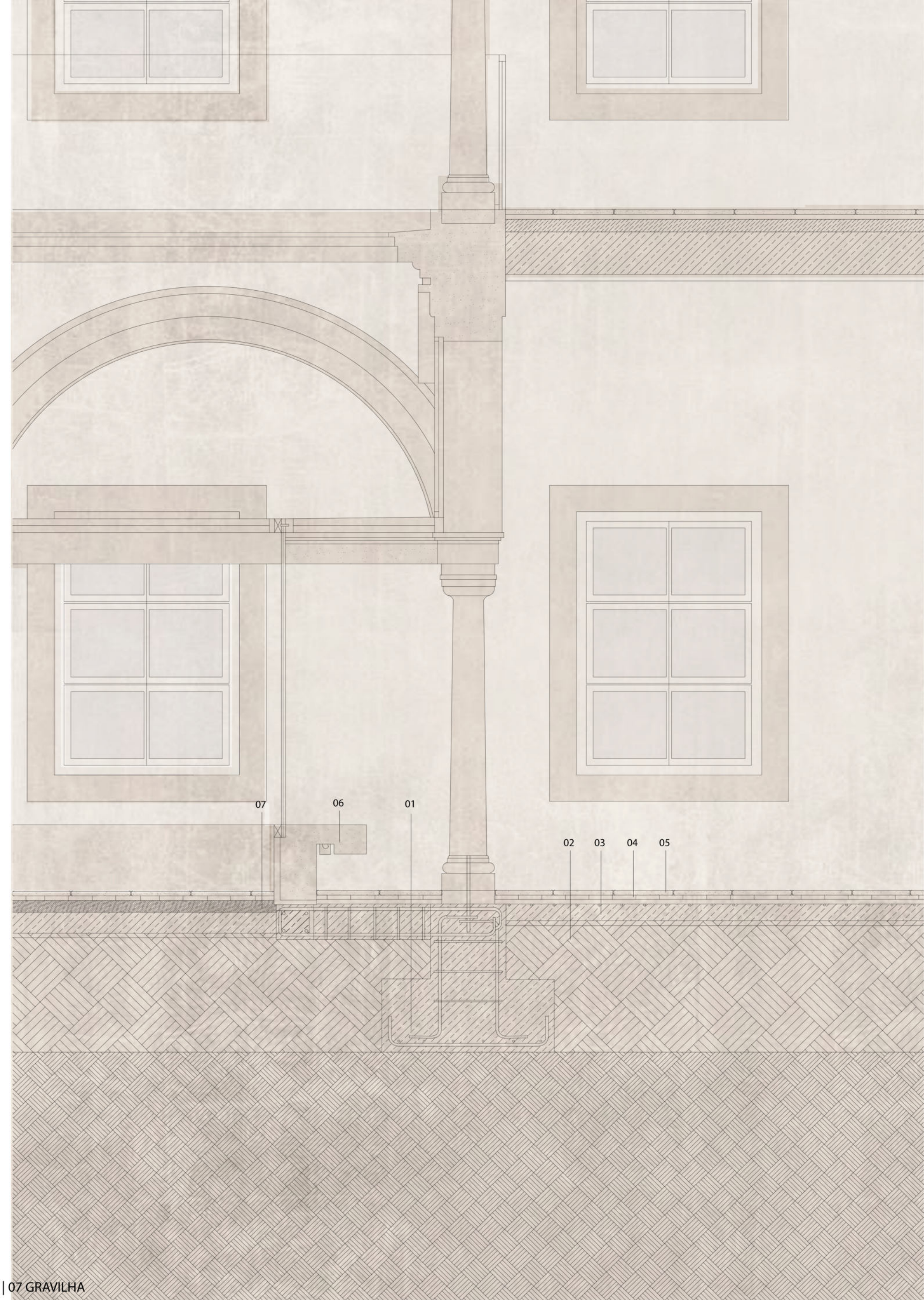
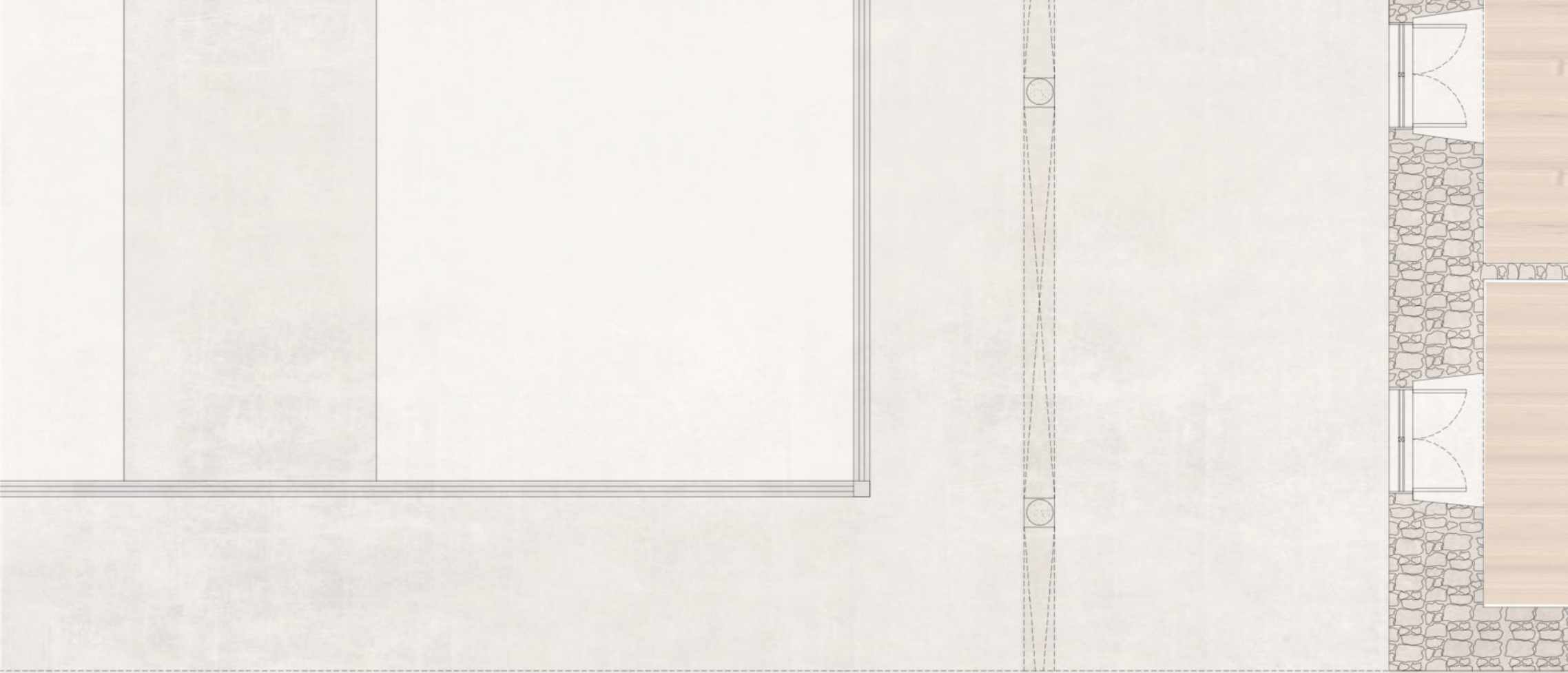
ARQUITETURA: O CONFORTO APÓS A FUGA
Reabilitação do Hospital Militar da Boa Hora para apoio a Reguigiados

SOFIA RIBEIRO TOMÉ HENRIQUES
Número 20141049

MATERIA DETALHE
BIBLIOTECA

ESCALA 1:50

P 18



01 SISTEMA ESTRUTURAL DE BETÃO COM TUBOS DE AÇO | 02 TERRA VEGETAL | 03 LAJE DE BETÃO ARMADO | 04 TELA IMPERMEABILIZANTE | 05 PAVIMENTO | 06 PEDRA | 07 GRAVILHA



PROJETO FINAL DE MESTRADO
FA-ULISBOA

ORIENTADOR CIENTIFICO
PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MARTINS JACOB CABIDO

ARQUITETURA: O CONFORTO APÓS A FUGA
Reabilitação do Hospital Militar da Boa Hora para apoio a Reguidados

SOFIA RIBEIRO TOMÉ HENRIQUES
Número 20141049

MATERIA DETALHE
CLAUSTRO

ESCALA 1:50

P 19





